

1. INTRODUÇÃO

Pouca coisa tem sido discutida no que diz respeito às violências sofridas por homossexuais nas diversas esferas de suas vidas, e das conseqüências destas para a saúde psíquica e física. No entanto, esta é uma experiência recorrente na vida de todo homossexual, num continuum que vai desde sua família de origem até ambientes mais impessoais como trabalho e espaços de lazer.

Fenômenos como homicídios, agressões verbais, físicas, extorsões/chantagem e discriminações cometidos contra homossexuais passaram a ser objeto de combate por parte dos grupos militantes, carecendo ainda de atenção da comunidade científica. Nesse sentido ações pioneiras foram tomadas por parte do Grupo Gay da Bahia (GGB) que registra essas ocorrências, concentrando suas anotações nos crimes que podem ser classificadas como crimes de ódio (homicídios, espancamentos, etc), coletados de fontes como jornais, revistas, cartas, internet e informações orais e reunidos num dossiê¹ publicado pela editora do grupo. De acordo com esse documento “a cada dois dias um homossexual é barbaramente assassinado vítima do ódio” (MOTT, 1999, p. 11), essa cifra, o próprio Mott admite, está muito aquém da realidade, devido à escassez de informações sobre o assunto. Tal carência deve-se, sobretudo, ao fato de que “a maior parte dos homossexuais deixam de registrar queixa policial quando sofrem algum tipo de discriminação e violência, pois nas delegacias, quando vítimas de violência são tratados como réus pelo simples fato de serem “viados, travecas e sapatões” (idem, p. 12).

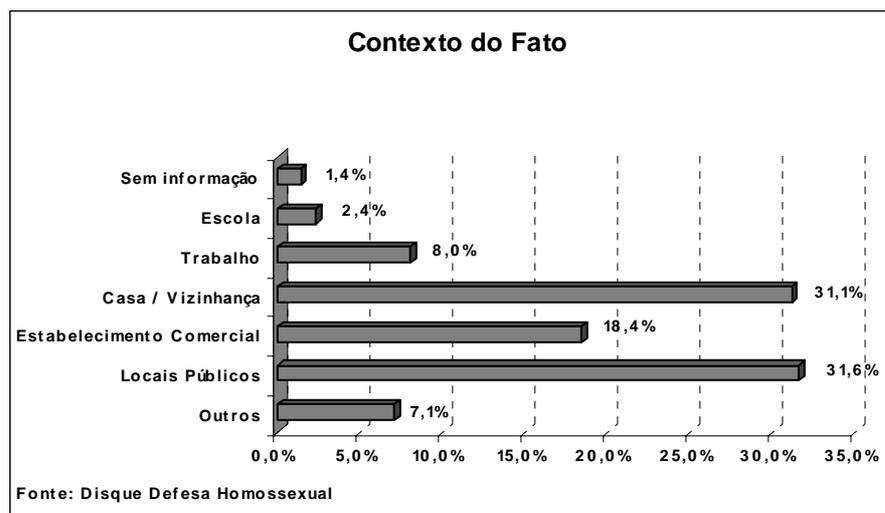
Outro problema é que a violência homofóbica, na maioria das vezes, começa dentro de casa. Sabemos que a família é um espaço idealizado para ser um nicho de afeto e proteção, entretanto ela é também um lugar privilegiado de reprodução social, incluindo aí dominação e violência. Quando os próprios pais, familiares e outros objetos de amor agridem, xingam e discriminam os homossexuais essa contradição os leva a banalizar a violência dificultando

¹ Ver Violação dos direitos humanos e assassinato de homossexuais no Brasil – 1999 (2000); Assassinato de homossexuais: Manual de Coleta de Informações, Sistematização e Mobilização Política contra Crimes Homofóbicos (2000); Causa Mortis: homofobia (2001); O Crime Anti-Homossexual no Brasil (2002), organizados por Luiz Mott et all.

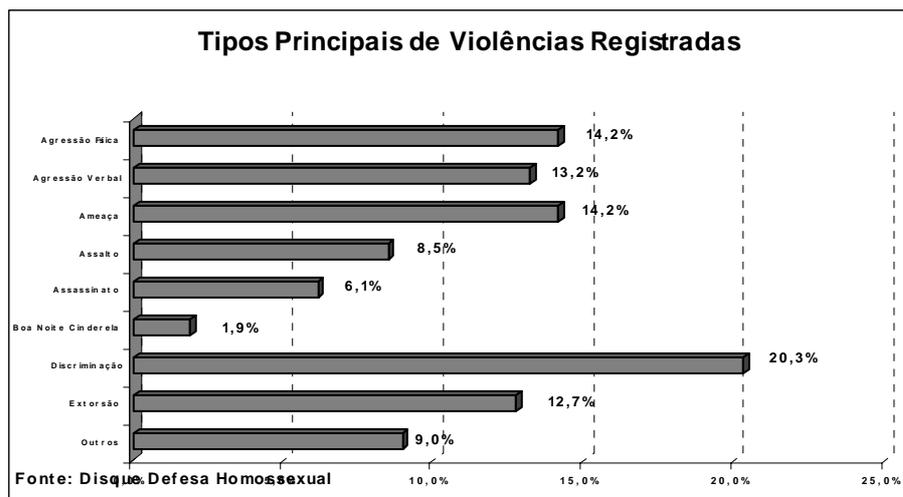
reações que possam prevenir ou extinguir a violência, tais como denunciar o agressor nos locais cabíveis.

Isso torna exemplar a iniciativa da Secretaria de Segurança e Cidadania do Rio de Janeiro que em 1999, criou o Centro de Referência de Proteção das Minorias. Este centro funcionou com alguns programas, entre eles o DDH – Disque Defesa Homossexual, que serviu de modelo para outras iniciativas semelhantes nos estados de Minas Gerais, Goiânia e Brasília².

De acordo com o relatório do DDH, “em 1 ano de funcionamento (1 de julho de 1999 a 28 de junho de 2000), foram atendidos 382 casos pelos voluntários” (RAMOS, 2005). Estes casos ocorreram em diversas circunstâncias e envolviam uma ampla variedade de tipos de violência. Os gráficos que seguem, permitem visualizar melhor essas informações:



² No âmbito deste centro foram realizadas pesquisas que estão documentadas no site www.cesec.ucam.edu.br



No Brasil são altos os índices de crimes contra os homossexuais. Segundo pesquisa realizada³ num universo de 468 pessoas entrevistadas durante a 8ª parada do Orgulho GLBT⁴ do Rio de Janeiro no ano de 2003, 58.5% foram vítimas de discriminação, sendo esta a mais freqüente forma de violência apontada por todos os participantes. Entre os homossexuais masculinos 19.5% foram vítimas de agressões físicas e 58.1% foram vítimas de agressões verbais ou ameaças.

Dos que responderam sobre violências sofridas, 5.2% disseram ter sido vítimas do Boa Noite Cinderela⁵, muitas vezes identificado pela polícia e pela imprensa como crime típico contra homossexuais. O percentual dobra quando as vítimas são os “gays” (10.4%) e é também expressivo para “bissexuais” (4.9%), sendo inexistentes relatos de casos entre “lésbicas” e transgêneros (CARRARA, RAMOS & CAETANO, 2003, p.22)

Neste caso a idade aparece como um fator determinante, pois, entre os homossexuais vítimas de ‘Boa noite Cinderela’, 19,5% das vítimas estão na faixa de 40 anos e mais. A incidência de violência sexual também tende a aumentar segundo a faixa etária, sendo esta agressão mais sofrida por homossexuais masculinos (7,9% contra 1,6% de mulheres). Chantagem e extorsão ocupam o terceiro lugar entre os tipos de agressão; mais uma vez essa violência atinge mais

³Pesquisa realizada pelo Centro Latino-Americano de Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM) e pelo CeSEC, em parceria com o GAI, Grupo Arco-íris de conscientização homossexual, e publicadas no relatório ‘Política, direitos, violência e homossexualidade: 8ª parada do orgulho GLBT do Rio de Janeiro.

⁴A sigla GLBT é uma sigla internacionalmente usada pelos movimentos sociais, nem sempre todas as letras são adotadas ou são apresentadas nessa ordem, expressando tensões e dissensos entre as categorias identitárias que elas representam. Na ordem em que se apresentou aqui significa Gays, lésbicas, bissexuais e, no Brasil, a letra T remete a transgêneros – que engloba travestis e transexuais. (BESSA, 2007).

⁵Boa noite Cinderela é um termo êmico, consiste em sedar a vítima com soníferos ou narcóticos com tornando-a vulnerável a violações, principalmente roubos.

homens que mulheres e, entre estes, mais aos mais velhos. O maior número de vítimas mais velhas pode indicar uma maior vitimização dessas pessoas ou também um efeito cumulativo da violência nas suas vidas.

A pesquisa investiga ainda o contexto em que essas agressões ocorrem, indagando sobre local e autores. O espaço público, onde predomina a impessoalidade, é o principal ambiente de agressão, mas um número significativo de abusos ocorre também no espaço doméstico, perpetrado por sujeitos íntimos da vítima.

Embora a amostra dessa pesquisa não seja representativa da população homossexual brasileira, ela informa dados importantes sobre um tema ainda pouco conhecido, insinuando a necessidade de investigarmos melhor a violência nessa população.

Há uma tipificação da violência contra homossexuais em três categorias: **crimes de lucro**, de ódio e violência interativa. O primeiro tipo se caracteriza pela ação de extorquir dinheiro da vítima, contando com a certeza de que esta não registrará queixa dos agressores, posto que isso levaria também à revelação de sua condição homossexual. As principais modalidades deste tipo de violência são chantagens/extorsões, 10.3% e assalto ou roubo, 6.6%, segundo dados do DDH. (RAMOS, 2002).

Os crimes de ódio concentram uma importante parcela dos delitos cometidos contra homossexuais, podem ser tomados como uma variante das diversas formas de intolerância (racismo, intolerância religiosa, etc), indo desde discriminações até assassinatos; geralmente eles ocorrem na esfera pública, ao contrário da terceira e última categoria apresentada- a **violência interativa**. Esta se refere ao local e ao tipo de agressor e ocorre na esfera íntima da vítima.

Nesse tipo de caso encontra-se uma variedade de criminalidade interativa e sem fins lucrativos, como ameaças de familiares do(a) parceiro(a), pais que espancam filhos adolescentes, conflitos conjugais e domésticos, problemas de herança e brigas de vizinhança (RAMOS, 2002, p. 10).

A violência interativa tem pouca visibilidade social, ela é envolta em vezes sutilezas e suas vítimas nem sempre estão aptas a reconhecê-las como agressão, tampouco a reagir e menos ainda a denunciá-la em delegacias de polícia. Principalmente quando se trata de violência conjugal, em que operam emoções conflituosas, em que também medram facilmente sentimentos de culpa, obscurecendo a percepção das circunstâncias. Não devemos desconsiderar, todavia, a consciência que as vítimas têm do total despreparo dos órgãos de polícia para tratar da vitimização de homossexuais.

Essa tipificação da violência em três categorias estanques é precária, por diversas razões. Em primeiro lugar, essa separação tão bem estabelecida entre crimes de ódio, crimes de lucro e violência interativa nem sempre se verifica no cotidiano. Segundo, não devemos esquecer que a violência, em última instância, ocorre sempre num contexto de interação entre duas ou mais pessoas, portanto a própria designação violência interativa já não dá conta da diferenciação que pretende fazer. Terceiro, se nos prendermos exclusivamente a essa classificação, deixaremos escapar uma série de sutilezas que possivelmente estejam presentes na violência íntima entre parceiros e, se não são consideradas violentas pelos próprios sujeitos da relação, precisam ser discutidas no âmbito da pesquisa. E nós o faremos quando discutirmos, mais adiante, os significados e o estatuto teórico conceitual da violência.

A literatura apresenta o termo “violência doméstica” como unívoco de violência entre parceiros íntimos, esta terminologia também ainda não é adequada, por ser imprecisa. A violência doméstica pode incluir uma série de personagens e motivações muito diversas das que queremos abordar aqui, além do que a violência entre parceiros íntimos não se dá apenas na esfera doméstica, embora não esteja excluída deste espaço. Assim o termo violência entre parceiros íntimos parece o mais adequado.

Para ser mais exata devo demarcar este como um estudo sobre violência entre parceiros íntimos do sexo masculino, assunto ainda de escasso tratamento na literatura científica, o que nos obriga a recorrer a comparações com o material produzido sobre violência entre parceiros íntimos heterossexuais.

Estudos sobre violência conjugal sofrida por mulheres heterossexuais brasileiras discutem as dificuldades que estas enfrentam para constituir queixas e enfrentar essa situação. Se compararmos a situação de violência em relação aos casais formados por pares do mesmo sexo com a de pares heterorientados teremos idéia das dificuldades que os primeiros enfrentam.

Boa parte da violência sofrida na esfera doméstica, principalmente a violência entre parceiros íntimos, não é problematizada por se considerar que pertence à esfera pessoal e, portanto, não deve figurar no campo das discussões públicas. Em que pese esta idéia ser completamente superada no âmbito acadêmico e na militância feminista, na prática ela ainda persiste vigorosamente. O ditado popular “*em briga de marido e mulher ninguém mete a colher*” expressa bem isso e é possível que se repita entre dois parceiros do mesmo sexo, entre os quais estima-se que a violência doméstica esteja entre os três principais riscos à saúde, só perdendo para o HIV/AIDS e abuso de álcool e drogas. (NUNAM, 2004)

Mas, no caso do homoerotismo masculino, a essa dificuldade somam-se outras. A sensibilidade à existência de violência entre parceiros íntimos do sexo masculino esbarra em dois discursos correntes: um de que a violência seria fruto das diferenças de gênero e de que as parcerias formadas entre o mesmo sexo seriam mais igualitárias e democráticas. E outro de que um homem, ainda que gay, deveria estar preparado para se defender.

Ora, a disseminação desses discursos quando não nos torna insensíveis à ocorrência de violência entre parceiros do sexo masculino, nos faz crer em diversos mitos relacionados. O principal deles é que o parceiro agredido é sempre o mais frágil e afeminado, o que nem sempre se mostrou verdadeiro nesta pesquisa.

Há que se considerar ainda a ausência de espaços específicos para denúncia e registro dessas agressões, como existe no caso da violência doméstica contra mulheres, e um possível desinteresse de setores da militância em registrar e abordar tais fenômenos, posto que poderiam depor contra a “causa homossexual”. Ou ainda, por dificuldades particulares como vergonha de explicitar sua orientação sexual, principalmente se esta vem associada ao papel de vítima.

Por fim, devemos considerar também que elementos específicos interferem na visibilidade da violência entre pares do sexo masculino, sobretudo a prioridade que se deu ao HIV/AIDS ofuscando outros temas. Tanto assim que, a partir da década de 1990, quando se estabelece certo controle da epidemia sobre esse público, começa, timidamente, a surgir interesse em estudar violência interpessoal entre parceiros do mesmo sexo; ainda assim estes estudos privilegiavam parcerias entre lésbicas. (NUNAM, 2004)

Esse interesse sobre as lésbicas pode ter diversas motivações não excludentes entre si, talvez uma sensibilização que já existia frente à violência de gênero exercida contra mulheres heterossexuais tenha estimulado os estudos, ou o estímulo esteja em um imaginário que representa lésbicas com características masculinas e, portanto, violentas, não sabemos. O fato é que, se há uma grande lacuna nos estudos sobre violência entre parceiros íntimos do mesmo sexo, ela é ainda maior quando se trata de parceiros do sexo masculino.

A importância de refletir sobre a violência entre parceiros do mesmo sexo reside exatamente no desconhecimento que se tem sobre ela e seus mecanismos. Mecanismos esses que podem, inclusive, guardar relações com outras formas de violência sofridas por homossexuais (exploração, chantagem, extorsão, descuido, homofobia e discriminação). Seria isso fruto do extremo preconceito que reprime e condena o homoerotismo, fazendo com que os gays experimentem uma profunda contradição em seu íntimo? Ou seria apenas uma das facetas da violência simbólica, chamada dominação masculina, operando também sobre os próprios homens?

Cabe esquadrihar minuciosamente o perfil dos agressores e vítimas nesses episódios de violência; os tipos de condutas ou os aspectos da cultura homossexual e as características desses relacionamentos são responsáveis ou levam os gays ao exercício de violência contra seus pares, o que em casos extremos, pode levá-los a atentar contra a vida daqueles que amam.

Em artigo publicado pela revista *Crítica da masculinidade*⁶, encontramos uma advertência: “acontece no meio gay algo muito parecido com o que acontece na hegemonia, onde homens

⁶Crítica da masculinidade, v 2, novembro de 2003, p. 2- 7.

e mulheres convivem no mesmo ‘mundo’ – não há apartações explícitas - o lugar ocupado pelas mulheres está marcado por desigualdades e opressões” (RIOS, 2003, p.6).

Quando dirigimos nossas reflexões para esses fatos, fica claro que as hierarquizações e a violência de gênero tendem a se reproduzir entre parceiros homoeróticos. Concordamos com Míccolis e Daniel quando afirmam que:

O homossexualismo masculino não se livra facilmente do machismo, pelo contrário ele encontra condições ideais de plena evolução dentro das instituições do gueto homossexual (...), no entanto, quero crer que essa opressão tem como fundamento a adoção de modelos falocráticos de relações humanas que tornam os homossexuais masculinos (mas não só ...) um oprimido que ainda não ousou dar nome a opressão (MÍCCOLIS E DANIEL, 1983, p.132)

Se for verdade que a dominação masculina está “ancorada no nosso inconsciente e sutilmente afinada com nossas expectativas”, como nos faz crer Bourdieu (2002, p. 54), a hipótese mais provável é que estes parceiros, por conta de uma socialização machista, reproduzam, talvez até de forma mais acirrada, as relações de dominação e violência, sobretudo no Brasil, onde a dicotomia macho/ativo e fêmea/passivo serviu como modelo para compreensão das relações entre parceiros do mesmo sexo, transformando o parceiro penetrado/passivo em uma fêmea simbólica aos seus próprios olhos e aos olhos dos demais (PARKER, 1991; 1997).

Para Macrae (1990), essa dicotomia está sendo substancialmente modificada, especialmente entre os gays urbanos, bem educados e de classe média. Para ele, a própria nomenclatura homossexual já sugere uma maior igualdade entre os pares quando comparada a terminologias do tipo bicha/bofe predominante nas camadas mais populares. Essa credibilidade numa maior igualdade nos relacionamentos fundada em uma nomenclatura atribui valor excessivo ao discurso como elemento inventivo da realidade.

“Entretanto, não se pode esquecer que o discurso está sempre, negativa ou positivamente, referido às condições materiais e não-materiais da existência concreta de seus produtores. Ou seja, a linguagem não é apenas instituinte; é também instituída” (SAFFIOTI, 1999, p.145). De onde se conclui que não basta verificar uma terminologia renovada para se supor uma nova ordem simbólica instituída, é preciso saber até que ponto essa maior igualdade acontece de fato, visto que a hierarquização de gênero se apresenta como uma realidade das relações

humanas da qual não se conhece sociedade que tenha escapado. No nosso entendimento, as hierarquizações de gênero se atualizam nas relações entre homossexuais interseccionadas a outras categorias: geração, etnia e classe, construindo simultaneamente homossexualidades subordinadas e hegemônicas. Esse processo será abordado no capítulo quatro.

1.1 - VIOLÊNCIA NOS TEMPOS DO HIV

Algumas pesquisas apresentam a contaminação pelo HIV entre os elementos que podem desencadear eventos violentos entre casais.

Estudos recentes realizados nos EUA (GALVAN, FRANK et al, 2004), indicam também que a revelação da condição sorológica para HIV pode constituir um fator desencadeador de abuso físico e psicológico entre parceiros íntimos. Essa pesquisa, desenvolvida numa amostra de 1.421 pessoas (entre homens e mulheres de diversas orientações sexuais) recebendo cuidados médicos para HIV, informa que 51% dos pesquisados reportaram ter um relacionamento “fechado”, entre estes 26,8% relataram a presença de abuso físico e/ou psicológico.

Este mesmo estudo indica também que em várias circunstâncias as situações de abuso são recíprocas, ou seja, a perpetração e a vitimização ocorre igualmente entre os parceiros. O estudo explora ainda fatores como idade, uso de substâncias psicoativas, desordens psiquiátricas, bem como características do relacionamento como preditores para vitimização, embora não esclareça exatamente que características são essas.

Levando em conta a grande concentração de homens que fazem sexo com homens entre os portadores de HIV, o estudo faz uma comparação entre este subgrupo e um subgrupo formado por mulheres heterossexuais, não encontrando diferenças significativas, depois de ajustadas às taxas para os fatores citados acima. Encontra, entretanto, diferenças significativas entre afro-americanos e brancos, estando os primeiros mais sujeitos aos episódios de abuso.

Este estudo, não explora os significados e as expectativas sobre a violência em cada grupo social específico. Até mesmo por conta de seu perfil metodológico marcadamente epidemiológico, essa pesquisa não considera que o limiar de tolerância, os critérios de identificação, e os significados do abuso podem também mudar em função do que cada subgrupo valoriza e reconhece como violência ou abuso. Entretanto, sugere elementos importantes a serem investigados em pesquisas posteriores.

De fato, o HIV afetou de modo crucial o comportamento sexual de homens e mulheres. Os homossexuais certamente sofreram mais agudamente esse efeito, em razão de que, a princípio, a infecção pelo HIV ser associada à homossexualidade, chegando mesmo a ser chamada de “peste gay” o que exacerbou o preconceito e discriminação que já atingia essa população. Entretanto, a reação da comunidade gay a essa epidemia foi notável, eles foram capazes de reverter essa situação a ponto de hoje se afirmar que “o movimento gay mais importante dos anos 80 e 90 é a ala do movimento anti-AIDS em suas diversas manifestações” (CASTELL, 1999, p. 253). Não é exagero dizer que o movimento gay, em grande parte, organizou suas bandeiras de luta em torno da problemática da saúde sexual, especialmente em relação a AIDS. Entretanto, esse não é atualmente o problema que mais preocupa os projetos de bem-estar e saúde destas pessoas, embora possa ser que para aqueles que se preocupam exclusivamente com números e estatísticas. Os mais atentos já começam a formular críticas à postura de identificar a AIDS como o único problema de saúde desta população, (TERTO JÚNIOR, 2002).

Percebemos em nossa jornada de investigação que, antes que do HIV ou do pavor dele, aquilo que mais freqüentemente afeta o bem-estar dessas pessoas são as reproduções de hierarquias de gênero pautadas em reproduções de papéis estereotipados de macho e fêmea.

A idéia, por exemplo, de que a masculinidade se organiza em torno de um ideal de macho viril e violento é recorrente mesmo entre os homossexuais com quem dialoguei. Ao mesmo tempo em que há uma desvalorização de certos tipos homossexuais mais afeminados, fato que também guarda relação com o ideal de virilidade violenta, imposto pela maioria e aceito inadvertidamente pela comunidade gay.

Vale a pena determo-nos um pouco mais nessa problemática. Começaremos por discutir a construção da associação entre masculinidade e violência e em seguida vasculharemos as dinâmicas internas da violência no universo homoerótico, ou como diz Osmundo Pinho (2004), “as guerras dos mundos homossexuais”.

1.2 - MASCULINIDADE(S) E VIOLÊNCIA(S)

Muito do que se afirma sobre a masculinidade e a violência as trata como se fossem coisas intrínsecas, reforçando a idéia de uma masculinidade que pressupõe:

A virilidade, a força e a heterossexualidade como ubíquas culturalmente e em processos emocionais, isto é, os sentimentos masculinos seriam intrapsíquicos, ou residuais, e deveriam ser canalizados ou diluídos no esporte, no sexo, nas lutas sangrentas e etc(...) [este argumento]. Por fim impede que se vejam os diferentes estilos de masculinidades, uma vez que situa os aspectos das violências e agressões masculinas como um dado da natureza. Nesta percepção, a masculinidade segue sendo transistórica e culturalmente universal, e exatamente o oposto das feminilidades (CECCHETTO, 2004, p. 80/81).

Tal raciocínio é refém da armadilha teórica da qual precisamente queremos escapar, pois, se leva a coisificação da masculinidade, conduz ao mesmo tempo à conclusão de que a violência é inevitável, pelo menos entre os homens, e até mesmo necessária.

A compreensão da masculinidade que permeia essa dissertação se opõe às construções essencialistas/naturalistas que independem do tempo e do local em que elas se erguem. Nesse sentido, pensamos ser mais adequado falar em masculinidades, no plural, para evidenciar que estas são construídas historicamente e, portanto, são variáveis no tempo, no espaço e no interior de uma mesma cultura em função de outras variáveis, ou sítios de pertencimento simbólico, como raça, classe, geração, entre outros.

Devemos, no entanto, não esquecer que essas masculinidades não gozam todas do mesmo valor social. Há entre elas uma hierarquia que estabelece um ideal de masculinidade oposto a todas as

outras masculinidades ditas subalternas, num processo que Michael Kimmel apropriadamente descreve como “A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas”. Nesta descrição, Kimmel (1998) compara o processo de desigualdade econômica entre os países e o processo de desigualdade de gênero. Para ele se o desenvolvimento de um país se faz às custas do subdesenvolvimento de outros, o mesmo se dá com relação às desigualdades de gênero. Em suas próprias palavras:

Como en el caso del desarrollo económico, lo mismo sucede con el género, com las construcciones históricas de los significados de la masculinidad (...) lo hegemónico y lo subalterno emergían en una interacción mutua pero desigual, en un orden económico y social marcado por el género (KIMMEL, 1998, p.207).

Em realidade a comparação com a produção de desigualdades econômicas não é gratuita:

Essas formas de masculinidade e de racismo hegemônicos são reconhecivelmente ocidentais; isto é, estão ligadas à ascensão do poder econômico e político do ocidente e são parte de um discurso ocidental sobre o outro. De qualquer modo, vale notar que essa forma particular de masculinidade hegemônica é agora global (...) A experiência pessoal de gênero e das relações de gênero está ligada ao poder e às relações políticas em diversos níveis.(MOORE, 2000, p. 34 e 35).

Nesse processo, o ideal do macho viril, auto-realizado, forte, heterossexual, branco e sempre no comando, emerge magicamente⁷ como o único que pode, legitimamente, se apropriar dos termos homem, masculino, ou macho para se referir à sua identidade. A masculinidade hegemônica se constitui em dois campos de poder, um é a desigualdade de gênero entre homens e mulheres, outro são as desigualdades entre os próprios homens, relações que se baseiam em diferenças de raça, etnicidade, orientação sexual, idade e classe.

Em boa parte do mundo ocidental, senão em todo, a violência se apresenta como uma marca distintiva dessa masculinidade dita hegemônica. Segundo Burke (2002), no decorrer da história sempre houve prática de violência por grupos de homens adultos jovens, que conscientes de sua força física, precisavam colocá-la à prova. O mesmo autor afirma que “os laços masculinos formais podem facilmente se voltar para fins violentos na juventude. É

⁷ Magicamente justamente porque obscurece o processo de construção dessa masculinidade fazendo-a parecer naturalmente dada.

norma social que desde a tenra infância, o masculino seja educado de modo a assumir comportamentos, posturas e se identificar com tarefas e prazeres ‘naturalmente’ masculinos, tais como proteger o mais fraco, ser agressivo e ter posição ativa no ato sexual” (LIMA, 2005.)

No Brasil a relação entre violência e masculinidade se afirma no idioma sexual de forma inequívoca. Termos como ‘cacete’, ‘porra’, ‘pau’, ‘fuder’, possuem duplo sentido: guardam uma conotação sexual, mas também uma conotação agressiva e violenta.(PARKER, 1991).

Essa violência se reverte contra os próprios homens que, de uma forma geral, são as principais vítimas de violência e acidentes no Brasil⁸, mas ela se reverte principalmente contra as masculinidades consideradas subalternas.

A violência contra homossexuais geralmente vem à tona por meio daqueles que não se identificam como homossexuais (violência homofóbica), mas também pode se reproduzir entre os próprios sujeitos através de uma dinâmica perversa de internalização de valores machistas/homofóbicos. É precisamente sobre esse processo que queremos refletir:

“Nas lutas simbólicas os dominados são seguidamente levados, salvo na revolução simbólica, a integrar na revolta, as mesmas categorias que produzem aquilo contra o qual eles se revoltavam” (BOURDIEU, 1996, p. 33). Isso mostra que as agressões aos sujeitos subalternizados, no caso os gays, podem proceder daqueles que lhes subjagam, mas também dos seus semelhantes, na verdade essa assimilação é absolutamente necessária na dominação: *“Para que a dominação simbólica funcione é preciso que os dominados tenham incorporado as estruturas segundo as quais os dominantes os percebe, que a submissão não seja um ato da consciência...”* (BOURDIEU, 1996, p. 37). Como se vê, mudar tal situação exige uma mudança não apenas individual, mas uma mudança na ordem simbólica.

A intromissão dos valores dominantes é de tal ordem que o ‘mundo homossexual’, se é que podemos nos referir dessa forma a um sistema de valores, normas e comportamentos;

⁸As estatísticas mostram a pertinência dessa afirmação, os primeiros índices de mortalidade e morbidade por acidentes são ocupados pelos homens, em óbitos por homicídio eles também ocupam os primeiros lugares tanto quando são vítimas como quando são agressores.

reproduz dominação, hierarquização, exclusão e violência de modo muito semelhante à norma heterossexual.

1.3 - ESPECIFICIDADES DA VIOLÊNCIA

Até aqui estivemos tratando a violência como algo tacitamente definido e evidente, chegando mesmo a apresentar modalidades distintas da violência. Falamos em violência simbólica, intimidação, agressividade, uso da força física como significados que pudessem ser condensados em uma só palavra.

Sabemos do caráter polissêmico da palavra violência, seus significados são diversificados e complexos, no entanto, se impõe uma explicação sobre o sentido exato que queremos reter dela.

A palavra violência cobre um espectro de fenômenos que se situam desde o plano intersubjetivo (desacordos verbais interpessoais) até aqueles fatos que se situam no plano geopolítico (guerras, terrorismo, atentados, etc) passando por níveis intermediários.

Concordamos com Ferreira (2004) quando este assinala a violência como um processo que não pode ser compreendido sem referência aos contextos e situações particulares em que ele acontece.

Alguns autores (Minayo e Souza, 1998) definem a violência como um fenômeno complexo, fruto da ação realizada por indivíduos, grupos, classes ou nações, que pode ocasionar danos físicos, emocionais, morais e/ou espirituais a si próprio ou a outros. A escolha por apresentar esta acepção, em detrimento de tantas outras que existem, se deve ao fato de ser esta a definição assumida pelo Ministério da Saúde em documento oficial intitulado “Política Nacional de Redução de Mortalidade por Acidentes e Violências” (BRASIL, 2005).

Por tal perspectiva, pouca coisa é não-violenta. Entretanto, sabemos que muitas coisas que cabem nessa definição escapam a definição de violência adotada no dia-a-dia das pessoas comuns. É freqüente, sobretudo na situação do convívio íntimo, não se considerar como violência insultos, ridicularização, ‘brincadeiras de mau gosto’, pequenos gestos, que, no entanto podem diminuir a auto-estima da vítima caracterizando violência psicológica.

Muitas coisas que caberiam na definição de violência adotada pelo Ministério da Saúde essa passam despercebidas quando nos vemos no campo das ações concretas de implementação de políticas públicas com vistas a interferir sobre o processo de vitimização que afeta as orientações sexuais ditas desviantes⁹.

O texto da Política Nacional de Redução de Mortalidade por Acidentes e Violências, deixa de fazer referência a fenômenos como violência homofóbica ou violência entre parceiros íntimos do mesmo sexo, ainda que seja possível conhecer o poder pernicioso desses eventos para o bem-estar gays, lésbicas e travestis. A violência homofóbica é uma importante *causa mortis* para as populações gay e travesti, e a violência entre parceiros íntimos do mesmo sexo é considerada o terceiro maior problema de saúde desta população.(MOTT 2000, NUNAM, 2004).

Isso mostra o quanto o fenômeno violência está fortemente relacionado (em diversos níveis) à sexualidade e ao poder, formando uma trindade cujo exame é complexo e por vezes embaraçoso.

Trataremos com maior acuidade dessa questão mais adiante. Por hora não podemos esquecer que a violência é um fenômeno fugidio, de difícil abordagem, tanto pelos impasses conceituais que citamos aqui, quanto por dificuldades existenciais em abordar o tema. Falar da violência é remeter a experiências que freqüentemente queremos esquecer, quer tenhamos sido vítimas ou agressores. Nesse sentido, a violência se assemelha à homossexualidade, de

⁹Uma exceção deve, no entanto, ser mencionada: a lei 11.340/06, batizada de lei Maria da Penha, ao criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, define no seu artigo 2º, que toda mulher tem o direito de viver sem violência, independentemente de sua classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, no entanto, no restante do texto não há qualquer contemplação às idiosincrasias de um relacionamento homoerótico, além, é claro de ser uma lei específica sobre violência contra a mulher, não fazendo, portanto, qualquer menção à violência contra homens em suas relações conjugais.

modo que se a homossexualidade é ou foi conhecida como ‘o amor que não ousa dizer o nome’, a experiência da violência pode ser chamada de a dor que não conseguimos nomear.

Experiência radical e surpreendente para o ser humano, a violência nos impõe uma reflexão sobre o mundo em que estamos e nosso lugar no mundo, e, embora ela faça parte da nossa cultura, a sua emergência se apresenta como uma ruptura dos padrões desejáveis de interação, quer seja para a vítima ou para o agressor.

Se aceitarmos que a violência é um recurso que podemos utilizar na resolução de conflitos, devemos considerar também que essa violência provavelmente é produzida dentro de relações de dessimetria, visto que entre iguais buscar-se-ia outras formas para solucionar conflitos. Devemos pensar ainda a própria existência das assimetrias como uma forma de violência ou pelo menos, como fruto de um processo violento que institui, de modo arbitrário, essas diferenças como dessimetrias.

Voltemos à questão dos sentidos da violência “*Em nossa linguagem a palavra violência concentra muitos significados negativos sendo empregada nas mais diferentes situações da vida. Além disso, o termo violência é conceituado por diversos campos do saber, sendo possível encontrar vários conceitos*” (NORONHA, 2006). Vamos passear por alguns desses campos, sem a ambição de esgotá-los, mas apenas de mapear o campo discursivo que temos em torno dessa temática.

As mais importantes questões que o trabalho de campo me apresentou versam sobre a relativização da dicotomia vítima/agressor e sobre os sentidos peculiares que a violência assume.

Começando pelos sentidos que a violência assume. Subsiste uma idéia de que a violência é, pelo menos em alguns momentos, algo inevitável e até mesmo necessário, tanto por conta de uma fraqueza do espírito humano que cede a um impulso agressivo, quanto pela própria natureza da violência, ou antes, da origem da ‘natureza humana’.

Para os discursos de inspiração psicanalítica, a ‘natureza humana’ se decompõe em dois fragmentos: Há uma pulsão de vida à qual a sexualidade se liga parcialmente e uma pulsão de morte, sendo essa última responsável pela agressividade humana, e ao mesmo tempo, pela violência. *“Ao lado da sexualidade, a destruição vai interferir decisivamente na explicação dos mecanismos mentais e passa a ser considerada um dos elementos primordiais no destino da vida psíquica e social do mundo”* (COSTA, 2003, p.29).

Teses como estas associam agressividade e violência. Ora, se há uma pulsão inerente ao ser humano que nos impõe um comportamento agressivo e essa agressividade é a responsável pelas ações violentas, estamos todos condenados à violência como destino.

Se a agressividade é um dos fundamentos do psiquismo, e a violência um produto dela, a contenção do impulso que a alimenta se faz necessária para garantir convivência entre os seres humanos e isso se dá pelo contrato social.

Seguindo essa linha de argumentação, a cultura é, em última análise, fruto de um arranjo que se faz com o intuito de manter uma vigilância entre os membros de uma determinada comunidade, portanto, mais uma vez, a violência é apresentada como elemento fundante e essencial, primeiro do psiquismo e depois da cultura.

Mas nem a violência é a mãe da civilização, nem a agressividade é a raiz da violência, *“o argumento que faz da agressividade instintiva; do ‘componente animal do homem’ a causa da violência é impertinente”* (COSTA, 2003, p. 35), na medida em que, corresponde à idéia de que a violência é irracional, instintiva e determinada por um descontrole emocional, quando em realidade ela não é necessariamente nem uma coisa nem outra. A idéia de que a violência é fruto de um descontrole emocional nem sempre é verdadeira, muito menos a da sua irracionalidade, embora esses componentes não devam ser desconsiderados.

“Emocional – na acepção ordinária do termo e não na definição científica do termo - não é oposto de racional, de indiferente, apático, abúlico, etc. a violência provocada pela emoção pode ser racional e frequentemente o é”.(COSTA, 2003, p. 37), o que vemos é que, na

prática, a violência não exclui a razão, muito pelo contrário, o que dizer, por exemplo, de crimes premeditados e guerras milimetricamente calculadas?

Pode-se argumentar que esses exemplos estão distantes da nossa problemática específica, que, no caso da violência entre parceiros íntimos, muitos afetos estão envolvidos. Esse argumento nada mais é que uma particularização da idéia de que a violência é inevitável porque é instintiva, e confunde causa com coincidência. A existência de conteúdos afetivos numa ação não implica que essa ação seja causada por essa emoção.

A ausência de emoções nem causa nem promove a racionalidade. “Desapego e serenidade” em vista de uma “tragédia insuportável” podem realmente ser “aterrorizadores”, isto é, quando não são o resultado do controle mas de uma evidente manifestação de incompreensão. A fim de responder razoavelmente é preciso, em primeiro lugar, estar “sensibilizado”, e o oposto de emocional não é o ‘racional’, o que quer que isso signifique, mas ou a incapacidade para sensibilizar-se, que geralmente é um fenômeno patológico, ou o sentimentalismo, que é a perversão do sentimento (ARENDETT, 1994, p.48).

Agressividade não é a mesma coisa que violência:

Violência é o emprego desejado da agressividade, com fins destrutivos. Esse desejo pode ser voluntário, deliberado, racional e consciente, ou pode ser inconsciente, involuntário e irracional. A existência destes predicados não altera a qualidade especificamente humana da violência (COSTA, 2003, p. 39)

Assim, inscrita na esfera do desejo de destruição, a violência necessita do reconhecimento da intencionalidade para se caracterizar enquanto tal. Explicando melhor, ninguém considera violência o comportamento do recém-nascido, embora ele seja a expressão de instintos e pulsões; ninguém considera violentos determinados rituais de iniciação religiosos, ou uma cirurgia plástica, a não ser um observador externo que ignore os sentidos daquela ação. O que diferencia esses episódios da violência propriamente dita, é que ninguém que nele esteja envolvido reconhece um desejo de destruição ou de provocar danos, embora estes possam acontecer como efeito involuntário.

O significado atribuído a ação é fundamental para defini-lo como violento. Outro exemplo: pais que batem nos filhos como recurso educativo. Nesse caso fala-se em violência por conta do uso da força e pela assimetria de poder.

Entretanto, durante muito tempo admitiu-se (e, em muitas circunstâncias ainda se admite) que a força física fosse usada pelos pais para controlar seus rebentos. Nesses casos o que tornaria o ato violento não seria tanto o uso da força, mas o abuso dele. Aqui devemos lembrar que a sensibilidade a esse tipo de evento tem se tornado cada vez maior, e cada vez menos se tolera o uso da força como recurso pedagógico, argumentando-se que o uso da força causa danos, senão físicos, pelo menos psicológicos.

Assim, não é a intensidade, a frequência ou o montante de agressividade da ação que a define como violência ou não, mas a representação que a ela se associa.

Quando falamos que é a representação que define a violência estamos dispostos a admitir que algumas ações violentas dispensam inclusive o uso da força. Tomando ainda como exemplo a relação pais e filhos, a ausência de reação, o desprezo, a indiferença, o descaso, podem ter efeitos tão nocivos quanto o uso da força.

A intimidação é uma forma de violência simbólica. A timidez é precisamente um reconhecimento forçado da dominação que a gente pode tentar afastar com todas as forças (especialmente da consciência), mas sofrendo sua ação em nosso corpo (“a gente treme todo, a consciência diz não, mas o corpo treme”) (BOURDIEU, 1996, p. 37).

Para resumir essa discussão sobre a natureza da violência, podemos dizer que ela se caracteriza pelo abuso da força, ou pelo uso da força fora dos parâmetros da moral vigente, causando danos a outrem ou até a si mesmo.

Ao falarmos de força evidentemente não nos referimos apenas à força física, assim como quando falamos de danos não nos reportamos apenas ao corpo físico *stricto sensu*, dado que o corpo, ele próprio é efeito de palavras.

1.4 - VÍTIMAS E AGRESSORES

*“Do rio que tudo arrasta se diz violento, mas ninguém diz violentas as margens que o comprime.”
Bertold Brecht*

No caso que queremos abordar -a violência entre parceiros íntimos- podemos afirmar que os sentidos que se produzem, assim como as próprias ações sobre as quais esses sentidos são produzidos, se dão em situações ambíguas, em que emoções diversas embaçam a percepção, e dúvidas sobre co-participação e co-autoria dão lugar para a vítima se pensar culpada e o agressor isento. Então, interrogar sobre o significado da violência entre parceiros íntimos é interrogar também o lugar de vítima e de agressor.

Diversos mitos que operam sobre o casal homossexual. O primeiro deles afirma que homens homorientados não estabelecem relações conjugais duradouras onde a violência pudesse se caracterizar como uma ameaça ao bem-estar. Isso porque se supõe que ao primeiro sinal de violência/abuso o vínculo se romperia facilmente.

O segundo mito infere que essas relações se dariam em bases igualitárias em que hierarquizações e violências não teriam espaço. Esse mito toma ainda mais fôlego quando é compartilhado por pensadores bem conceituados na contemporaneidade, Antony Giddens (1993), por exemplo, acredita que há:

Uma maior igualdade no dar e no receber da experiência sexual (...) Nos relacionamentos gays, tanto masculinos quanto femininos, pode-se testemunhar a sexualidade completamente desvinculada da reprodução. A sexualidade das mulheres gays forma-se a partir de uma necessidade e está quase totalmente relacionada às implicações observadas no relacionamento puro. Ou seja, a plasticidade da resposta sexual é canalizada, acima de tudo, por um reconhecimento dos gostos dos parceiros e de sua opinião sobre o que é ou não agradável e tolerável. (GIDDENS, 1999, p.158).

Em que pese toda uma idealização dos relacionamentos homoeróticos, não podemos concluir que essa maior igualdade no plano sexual se reproduza no plano social mais amplo. Não

podemos sequer afirmar, como o faz Giddens, que essa maior igualdade no plano sexual de fato aconteça. Estudos sobre violência entre parceiros íntimos do mesmo sexo informam indícios de violência sexual, entre outras formas de abuso e violência (McCLENNEN, 2005).

O próprio Giddens, no mesmo livro, ao se referir à sexualidade, lembra que “*sua associação com a morte tem se tornado para nós tão bizarra e quase inacreditável, quanto parece óbvio o seu envolvimento com a vida*” (GIDDENS, 1993, p. 214). De fato a associação entre pulsão de vida, pulsão de morte e sexualidade não é uma novidade, e na atualidade, tornou-se cada vez mais forte, em parte por conta da AIDS, mas não somente por esse motivo: manifestações das mais diversas violências relacionadas ao comportamento sexual é lugar comum, inclusive, no universo homoerótico.

Mais uma vez é Giddens (1993) que, ao falar sobre posição do homem nas relações de proteção e intimidade, afirma que este tem dificuldades em estabelecer estas relações com sujeitos que estão em condição de igualdade. Diante disso como seriam vistas as relações homoeróticas entre homens?

A esta altura é necessário por em consideração aspectos que estão para além do gênero como demarcadores das disposições ocupadas pelos parceiros na relação, rompendo com a suposição da igualdade intrínseca aos relacionamentos homoeróticos, que confunde gênero com sexo anatômico e desconsidera as intersecções entre gênero e outras categorias.

De uma forma geral, acredita-se que a violência entre parceiros íntimos está associada à uma história prévia de violência, tanto para agressores como para vítimas. Sem descartar essa hipótese, queremos colocar outras mais diacrônicas e enfatizar aspectos como as estratificações de poder entre parceiros íntimos baseadas em classe, raça, diferenças etárias, capital cultural, e a internalização de valores machistas (virilidade e violência) por parte de homens homoeroticamente orientados, e sua atualização nos seus relacionamentos afetivos.

A vivência da violência está fortemente marcada pela internalização desses ideais, tanto por parte das vítimas quanto por parte dos agressores. Os primeiros podem experimentar um sentimento de merecimento da agressão por conta de sua inadequação aos ideais viris,

enquanto os últimos podem se valer da brutalidade como uma forma de exorcizar sua culpa pela sua orientação dita e assumida como “desviante”.

De acordo com Oliveira (1998), a construção da identidade masculina é permeada por rupturas e sujeição à dominação feminina, sendo que a dominação que o homem adulto submete à mulher e a outros sujeitos em condição subalterna seria uma forma de compensar a experiência inicial da construção de sua identidade.

Um outro aspecto apresentado pelo autor refere-se ao estereótipo do homem que não permite a expressão de sua subjetividade, provocando em si mesmo tensões e angústias. Esse papel masculino exige diferenciação das mulheres e superação dos demais homens. Trata-se da construção de um ser autoconfiante e mais poderoso, exigências que podem ser enfrentadas de diversas formas, inclusive através da violência. Deparar-se com outro sujeito que põe em xeque todas essas exigências, no caso outro homem que espelha sua orientação sexual homoerótica, pode acentuar suas tensões e angústias.

Mulheres vítimas de violência costumam se sentir culpadas¹⁰ e envergonhadas da sua condição de vítima. Entre parceiros homoeróticos também não é diferente, mas a forma específica de vivenciar a dor da violência e a culpa associada à mesma está intimamente ligada aos valores hegemônicos da masculinidade. Por conta desse mesmo imaginário acredita-se (como já mencionamos) na inexistência de violência entre homossexuais masculinos, já que esses, por sua ‘natureza’ viril, deveriam saber usar o ataque como defesa.

Esse é um dos motivos pelos quais não existem espaços de denúncia ou apoio para as vítimas de parceiros do mesmo sexo. Salvo as experiências pioneiras no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, Goiânia e Brasília.

Uma outra consequência da associação entre masculinidade e violência: “acreditar que o agressor é sempre maior, mais forte e mais “masculino” (NUNAM, 2004, p.9), quando em

¹⁰ Há que se pensar no papel coadjuvante que as vítimas podem ter na eminência de um ato de violência, é preciso considerar, para compreender essa colocação, uma gradação de formatos de violência e as sutilezas que estas podem conter a ponto de se mimetizarem no cotidiano como atos corriqueiros. Isso não visa justificar a violência, mas pensá-la de uma forma menos maniqueísta e, porque não dizer, ingênuas.

realidade, a violência não se refere, exclusivamente, à força física, mas a outras formas mais sutis e até duradouras de agredir.

Há a idéia de que a incorporação, por parte dos homossexuais, de um modelo comportamental afeminado alimenta a violência física e simbólica, à medida que naturaliza modelos de relacionamentos pautados em padrões estereotipados de masculinidade e feminilidades (OLIVEIRA, 1998).

Mas se esse modelo alimenta essas violências o que dizer das Bárbies, dos malhadões, dos enrustidos que abominam a “fechação”¹¹ e se associam a um modelo de comportamento excessivamente masculinizado? Não estariam eles também alimentando os valores hegemônicos e opressores? E mais, não seriam eles os opostos complementares da bicha mole afeminada?

Para Kimmel (1998) e Oliveira (1998), não há uma apropriação por parte da maioria dos homens brancos de classe média e alta dos problemas relacionados às questões de gênero, raça e classe, mas somente pelos sujeitos que se dão conta da sua condição subalterna, como os negros, as mulheres e os homossexuais.

Há aí dois equívocos: primeiro, não é verdade que os homens brancos de classe média/alta não se apropriem das questões de raça, classe, etc. A verdade é que eles se apropriam dessas questões a partir do lugar de onde estão, o que ocorre é que eles não problematizam, isso sim, essa condição e se apropriam, e muito bem, dessa condição privilegiada e nela se refestelaram durante toda a história da humanidade para prejuízo das mulheres e demais masculinidades subalternas como bem denominou Kimmel (1998).

O segundo equívoco é crer que os demais sujeitos, negros, índios, homossexuais e mulheres, apenas por sua condição subalterna estariam mais sensíveis à questão das desigualdades presentes nessa relação. Talvez estejam mais sensíveis à dor que nelas se encrava, mas em

¹¹ A fechação, no ethos gay brasileiro, refere-se a uma conduta afeminada, propositadamente escandalosa. Há toda uma discussão em torno dessa postura, alguns advogam que ela é uma espécie de protesto hilário, literalmente incorporada nos gestos e no modo de viver e pensar, outros acham que não passa da reprodução caquética da feminilidade.

muitos casos operam de modo tão pouco crítico quanto os privilegiados. Como se também o fossem, atuam de acordo com os valores da norma, reproduzindo padrões de comportamento que contradizem seus próprios interesses. A fala de Osmundo Pinho (2004) pesquisador do tema, homossexual, negro e militante ilustra muito bem o que queremos dizer, o “mundo homossexual” é repleto de contradições e reproduções das posições hegemônicas:

Esses mundos, como conjunto de práticas e performances sociais e sexuais, interagem configurando o que eu gosto de chamar de Guerra dos Mundos Homossexuais. De modo que as comunidades homossexuais (...) são construídas através da desigualdade, através do racismo, através da violência que as estruturam de modo determinante. Não é que a violência, a desigualdade e o racismo sejam um acidente, uma contingência, um desvio. Nossas comunidades existem, são estruturadas, têm suas regras de convivência baseadas na desigualdade. Como também (...) - um roteiro determinado de relação afetiva e de performance sexual e subjetiva é possível justamente porque existe uma desigualdade. (PINHO, 2004, p.132).

Um bom exemplo disso é a preferência quase que absoluta no universo gay daquilo que podemos chamar, parafraseando Kimmel, de homossexualidades hegemônicas.

Diante disso, podemos questionar como esses aspectos podem interferir nas relações estabelecidas entre os homens e seus parceiros íntimos e se, no caso da violência nas relações homoeróticas entre homens, esta seria considerada como violência de gênero. Em outras palavras presumimos que a construção dessas hierarquias dentro do ‘mundo homossexual’ pode se constituir em vulnerabilidade para violência para aquelas identidades não privilegiadas ou subalternas.

Para responder a essa proposição precisamos antes de tudo conhecer como se estruturam essas relações onde, supomos que ocorrem essas violências, e estabelecer qual compreensão de violência orienta o discurso desses sujeitos que são, de alguma forma, os personagens principais do cenário, os próprios homens vítimas e autores dos atos ditos violentos.

2. METODOLOGIA

OS SUJEITOS DA PESQUISA OU AS IMPLICAÇÕES DA CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO DE INVESTIGAÇÃO

A prática sexual entre parceiros do mesmo sexo é costumeiramente referida como homossexualidade. Entretanto, as palavras homossexualidade e homossexual estão comprometidas com o contexto médico-psiquiátrico do século XIX em que foram criadas, que a concebia como um distúrbio de ordem biológica. Embora atualmente a homossexualidade já tenha sido retirada da classificação internacional de doenças, o termo homossexual permanece como um hábito lingüístico.

Entende-se que essa palavra designa não apenas uma prática sexual, entre outras, mas um modo de ser, e de ser interpretado no mundo. Mais que a prática sexual em si mesma, ser homossexual é partilhar de “toda uma cultura que tem suas regras, equívocos, representantes, espaços, bandeiras, cores e símbolos (...)” (LÍPER, 2005, p.20), é supostamente, possuir um modo de ser e sentir típicos, além de exibir signos identificadores de pertença, não a um lugar, mas a uma teia de relações entre pessoas e objetos que permitem afirmar, “ele é gay, ele é gay que eu sei”.

Ao utilizar o termo homossexual, estamos diante de duas questões intrínsecas: a primeira trata da essencialização da experiência homoerótica, a segunda refere-se à medicalização dessa prática. O essencialismo exerce um forte apelo na medida em que garante segurança ontológica, redime os “desviantes” de qualquer possível culpa e permite a criação de uma unidade de interesses, mas é também um mecanismo que legitima privilégios, justifica exclusões, abusos e violências. Em outras palavras essencializar, o outro é o primeiro passo para sua demonização. (YOUNG, 2002)

De fato, a noção de identidade está intimamente ligada à de corpo e à de sexualidade. Em que pese os perigos de tal afirmação sugerir uma interpretação naturalista já superada nas ciências humanas, o que quero enfatizar aqui é que o corpo, ainda hoje, é um lugar privilegiado, mas não o único, onde se exhibe e ratifica as construções identitárias (sexuais, étnicas/ raciais e etárias). Ele sempre participa desse processo, ainda que seja apenas como um receptáculo de signos identificadores ou reforçadores (tatuagens, maquiagens, roupagens, adereços, próteses, intervenções cirúrgicas, modos de andar, gesticular, pentear e falar), sem que isso danifique a concepção construtivista de identidade que adoto aqui¹².

No entanto, nem todo homem que pratica sexo com outros homens se identifica como homossexual, de modo que o termo não é suficiente para dar conta de práticas sexuais e formas de significação tão diversas que a realidade nos trás.

A substancialização/essencialização da experiência homoerótica é ainda o pré-requisito para sua medicalização. “Se já não são mais exatamente em uma condição patológica, as homossexualidades passam a ser consideradas situações patogênicas: passam a facilitar o advento de doenças, psiquiátricas ou não...” (MÍCCOLIS & DANIEL, 1983, p.131). A homossexualidade já não é um crime contra a sociedade, nem contra a ordem natural, mas ainda é um fenômeno arriscado (pensa-se alhures).

Esse risco potencial que o homoerotismo representa e o transforma num objeto de intervenção clínica precisa ser melhor analisado. Ele é muito antigo, começa com seu correlato moral - o pecado, ‘evolui’ para a categoria de crime, passando depois a condição de aberração da natureza, sendo então, um problema de ordem neurológica, hormonal, genética ou psiquiátrica, sem que nunca se prove qualquer dessas hipóteses. Ainda assim, a medicalização do homoerotismo persiste. Na modernidade a problemática do HIV/AIDS se apresenta como sua nova face, deslocando o eixo do problema do campo da psiquiatria para o campo da infectologia.

¹²A discussão em torno da identidade é pródiga, diversos autores se debruçam ela. Para aqueles que desejarem aprofundar uma leitura sobre uma concepção construtivista do sujeito e gênero ver: **Cuerpos que importan** - sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires, Anagrama, 2002; ou **Problemas de gênero** – Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003 ou ainda: **Fundamentos contingentes**: o feminismo e a questão do “Pós-modernismo”, Cadernos Pagu, 1998, p. 11-42; todos de Judith Butler. Sugiro ainda a clássica obra de Nestor Perlonger: **O negócio do michê**: Prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Associada à prática sexual entre homens, a AIDS será tomada como a única demanda planejada pelos profissionais e gestores de saúde para essa população.

Mas, medicalizar a atração entre homens não é apenas transformá-la num fato médico, antes, é restringi-la em sua potencialidade política e humana. Desde sempre tal transformação reduz esses sujeitos a uma identidade particular e os aprisiona em guetos, impedindo a identificação com os demais, com os ‘normais’, como se essa existência ‘normal’ fosse possível. E, se não exclui, essa prática pelo menos limita/restringe a possibilidade de solidariedade deste segmento com, de e para outros grupos sociais.

Embora a fluidez e a fugacidade da idéia de sujeito seja uma concepção cada vez mais aceita nas ciências humanas, quando pensamos a identidade sexual, sobretudo no âmbito da militância, mas não apenas aí, tendemos a pensá-la em dois pólos diametralmente opostos e incomunicáveis. As pesquisas mostram o caráter altamente ambíguo das definições e das práticas sexuais no Brasil e a fragilidade da separação entre hetero e homossexualidade.

A filiação a um desses ‘partidos’ é, no dizer de Boaventura (apud GARCIA, 1995), uma ficção-necessária, necessária para sustentar discursos de auto-afirmação, de defesa de direitos, mas também dos seus opostos, a saber, discriminação e preconceito. É necessário, então, considerar que a “nossa identidade individual é uma realidade psíquica e lingüística, necessária em face de objetivos práticos” (COSTA, 1995, p.2) e, por isso mesmo, circunstancial, assim como nossa identidade coletiva grupal. Não obstante, precisamos aprender a caminhar sobre o terreno ambíguo das múltiplas identificações sexuais sob pena de não podermos responder as questões que o real nos impõe.

Devemos ainda considerar que “os sexos são criação social tanto quanto o gênero e isso nos impõe um desafio teórico: como lidar com corpo e identidade sem cair em velhos determinismos psíquicos?” (MISKOLCI, 2005, p.4) ou sem falsas dicotomias que criam hierarquia, dominação e exclusão?

No processo de construção ou escolha de um sujeito de pesquisa tais questões não podem ser ignoradas, pois estas possuem desdobramentos tanto teórico-metodológicos, quanto éticos e

políticos. Tentei seguir atenta a essas fragilidades e complexidades presentes na construção do meu “objeto” de estudo. Assim, adotei a terminologia homoerotismo, proposta por Costa (2002) na tentativa de dar conta, ou pelo menos assinalar o caráter circunstancial e provisório de construções identitárias pautadas no critério da inclinação sexual, e com isso afastar a pesquisa do risco de estigmatização ou medicalização do homoerotismo.

Entretanto, nas entrevistas, meus interlocutores, em geral, se autodenominavam homossexuais, embora estivessem atentos a essa problemática: um deles quando convidado a se identificar, referiu-se exatamente a essa efemeridade da identidade sexual: “Eu gosto de ser definido como Camilo¹³ (...) Eu não vivo essa homossexualidade vinte e quatro horas por dia, eu só a vivo mesmo em momentos chaves de tudo, mas... Eu me defino como Camilo” (CAMILO, 33 anos, separando)¹⁴

A fala abreviada de Camilo nos lembra que a categoria homossexual, como tantas outras nas ciências humanas, deve sua existência a demandas específicas, quer seja de cunho teórico, político ou existencial, e devem estar bem circunscritas aos seus espaços, se queremos fazer uma investigação que de fato esteja preocupada com a produção de conhecimento com vistas à promoção do bem-estar ou, pelo menos evitar malefícios.

O pesquisador que deseja conhecer um fato, não pode perder de vista que esse conhecimento assume contornos políticos e sociais que afetarão diretamente o grupo de pessoas a que ele se refere, e mais, não pode perder de vista que esse conhecimento é, em si mesmo, uma construção política e social.

¹³ Os nomes de todos os entrevistados e interlocutores foram substituídos por codinomes para preservar suas identidades.

¹⁴ Escolhi incluir a situação conjugal dos entrevistados, pois essa informação nos permite contextualizar as falas desses rapazes, assim além da idade (outra informação que considero relevante), aparecerá ao longo desse texto uma referência à situação conjugal deles no momento da entrevista, no caso de Camilo, chama a atenção o fato de que ele está há um ano em processo separação, e ainda coabitava com o ex-companheiro. Outras informações que também considero relevantes, como atividade profissional, foram, no entanto omitidas, pois facilitaria demais a identificação das pessoas.

Quando se escolhe pesquisar um grupo de pessoas já imensamente castigadas pela estigmatização e pelo preconceito, como é o caso desta pesquisa, devemos nos indagar sobre como construir essas informações sem prejuízos para suas vidas, sua liberdade e sua dignidade. Como então produzir esse conhecimento? Dando voz àqueles que realmente tecem o fio dessa história, ou seja, os próprios sujeitos.

O pesquisador deve evitar impor suas soluções para o grupo estudado. Aí entramos numa outra questão também de cunho teórico-metodológico-político, em pesquisas de cunho etnográfico muitos pesquisadores se deparam com a questão de dar voz aos nativos sem tornar-se mais um. Parece que escapar de tal armadilha requer um exercício constante de vigilância epistemológica, tarefa de responsabilidade não apenas do pesquisador (no contínuo jogo de conferir suas interpretações) como também de seus pares.

Clifford Geertz (1989), afirma que as interpretações antropológicas são interpretações de segunda ou de terceira mão, de modo que devemos reconhecer o caráter incompleto e provisório de nossas produções científicas e, mais que isso, devemos conhecer as circunstâncias subjetivas e objetivas em que essas produções se tornaram possíveis, para que possamos compreender o sentido e a direção de nossas enunciações. Portanto, o rigor metodológico confunde-se com o compromisso ético de compreender fatos sem a intenção de proclamar verdades sobre estes, e sim, de contextualizá-los na medida em que reconhecemos que a ciência é uma construção social tão contingente quanto qualquer outra.

Nosso desafio, então, “é lidar com um objeto de estudo - reconhecidamente um ‘sujeito de estudo’ (...) sobre o qual não cabe generalizações” (BELTRAME, 2002, p. 30) que, no entanto, pede uma compreensão ampla. Em outras palavras, o desafio é tirar conclusões provisórias a partir de pequenos fatos, densamente entrelaçados, apoiando-as em especificidades complexas (GEERTZ, 1989).

Não por acaso, recorri a reconstrução das histórias de vida dos sujeitos dessa pesquisa por meio de relatos orais. Esses relatos são como pequenos fragmentos de uma realidade ampla e complexa e intrincada no todo social. O uso do relato oral na transmissão dos saberes é, sem dúvida, o meio mais remoto e está, ainda hoje, na base de várias outras técnicas de construção

de dados, principalmente na história de vida, técnica que nas Ciências Sociais vem sendo usada desde a segunda década do século XX.

Becker (1994) constrói uma metáfora da pesquisa científica como um mosaico, no qual várias peças vão se juntando para formar um todo, nesse sentido cada história de vida pode ser entendida como uma peça nesse mosaico, “cada peça acrescentada num mosaico contribui um pouco para nossa compreensão do quadro como um todo” (BECKER, p. 104, 1994). Deste modo, presta-se perfeitamente aos propósitos da análise interpretativa da cultura, quando esta análise se propõe a produzir uma explicação geral, com base em fenômenos específicos.

Para o bom entendimento do que foi feito, as narrativas produzidas nesse estudo devem ser chamadas de *história de vida com ênfase na história da vida sexual* ou entrevistas narrativas.

A entrevista narrativa é iniciada com a utilização de uma questão gerativa narrativa que se refere ao tópico estudado e que tem por finalidade estimular a narrativa principal do entrevistado. Esta última é seguida pelo estágio das investigações da narrativa, no qual são completados os fragmentos de narrativa que antes não haviam sido exaustivamente detalhados (...) o interesse pode aludir à história de vida do informante em geral (...) ou pode visar a um aspecto específico (FLICK, 2004, p. 110)

Foram produzidas também anotações etnográficas em caderno de campo, algo que já vinha sendo feito desde a fase exploratória da pesquisa. Nessas anotações relatei minhas próprias impressões, não apenas sobre as entrevistas, mas sobre todos os contatos, intencionais ou não, que pude realizar nesse processo. Assim, quando me refiro a interlocutores, falo não apenas dos sujeitos que entrevistei diretamente, mas de todos os sujeitos com quem estive convivendo de forma contínua durante todo o período da pesquisa. Alguns desses sujeitos, os episódios que presenciei e os diálogos que estabeleci com eles também estão relatados aqui, direta ou indiretamente. Segui no caso de citações diretas o mesmo cuidado ético de utilizar codinomes.

Além disso, como estratégia para cotejar os dados assim produzidos, foram feitas observações nos espaços de sociabilidade e lazer gays. As observações tiveram um duplo propósito: O primeiro era realizar as referidas observações e depois, encontrar sujeitos dispostos a participar da pesquisa.

2.1 - ACESSO AOS INTERLOCUTORES

Acessar esses rapazes foi uma tarefa muito mais fácil do que imaginei. Alimentei, durante certo tempo, fantasias sobre minha identidade pessoal como barreira para o contato com eles. Tais fantasias logo se desfizeram. Encontrei homens solícitos e dispostos a falar sobre suas singulares histórias. É bem verdade que no começo, todos estivemos muito tímidos, mas esse sentimento se dissipou, invariavelmente, ainda no primeiro contato.

Como já falei antes, a primeira estratégia para abertura de contatos deu-se pela frequência a espaços de sociabilidade gay (bares, boates, praias), posto que eu já vinha frequentando sistematicamente esses espaços, em função das atividades de pesquisa e intervenção social desenvolvidas¹⁵ anteriormente. Tais lugares não me renderam muitas entrevistas pois, o público que frequenta esses espaços não tem exatamente o perfil que eu desejava - homens em condição atual ou pregressa de relações homoeróticas estáveis, às quais eles mesmos referissem como uma relação conjugal.

Outros espaços, surpreendentemente, me trouxeram importantes contatos e um aprendizado óbvio, que há muito já deveria ter sido feito: os gays estão em todos os lugares e não apenas nos guetos, por isso, uma parte considerável das minhas observações e de contatos com entrevistados foi feita em lugares onde eu não tinha intenção de estabelecer contatos ou mesmo fazer observações. Assim, em espaços de sociabilidade que eu considerava exclusivamente heterossexuais, lá estavam eles, ocultos precisamente por estarem tão presentes e familiares. Foi assim que ao frequentar bares não GLS, academias de ginástica, e clubes, fui travando contatos com alguns dos homens que aqui apresento.

Felizmente ou infelizmente, “toda pesquisa tem uma história geralmente não tão linear quanto a que nos é dado conhecer” (HEILBORN, 2004, p. 72). Ao longo da trajetória da pesquisa alguns obstáculos e surpresas nos obrigam a redesenhar as estratégias metodológicas iniciais. Assim, a frequência a um clube esportivo, que a princípio não visava de modo algum a tarefa da pesquisa, se constituiu um riquíssimo espaço de observação direta dado o número de

¹⁵ Essas atividades foram descritas na apresentação.

rapazes homoeroticamente orientados que também freqüentavam a academia, de modo que, durante o período de março a agosto de 2006, freqüentando esse espaço pude fazer um mergulho no universo dos meus interlocutores que o simples e breve contato das entrevistas não me permitiria fazer.

Outra estratégia adotada foi acessar minhas redes de relações com homossexuais, ONGS/AIDS e grupos gays, e a partir deles efetuar contatos com possíveis interlocutores.

2.2 - PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Chamou minha atenção que a maioria dos entrevistados são imigrantes de cidades do interior, que saíram de suas cidades natal em busca de melhores condições de sobrevivência e da liberdade individual que uma metrópole como Salvador oferece.

Procurei diversificar o perfil dos entrevistados em aspectos considerados relevantes para as relações conjugais, primeiro o critério de classe e secundariamente o da diversidade etária, funcionaram como referências na escolha dos interlocutores. Ainda assim, não foi possível entrevistar homens mais velhos, os oito rapazes que entrevistei podem ser considerados jovens: estão numa faixa etária que varia entre 27 e 40 anos.

A ocupação, o grau de escolaridade e local de moradia foi o que nos permitiu deduzir o pertencimento de classe dos entrevistados. Ainda que esses elementos não sejam exaustivos para essa dedução, eles me pareceram suficientemente confiáveis quando associados à observação direta de bens adquiridos e serviços utilizados pelos mesmos.

Se no princípio, na minha amostra predominaram rapazes moradores de bairros da periferia de Salvador, com baixa escolaridade e precária qualificação profissional; mais tarde incluí homens com alto grau de escolaridade e inserção no mercado em profissões mais prestigiadas

socialmente e melhor remuneradas. Assim na amostra estão presentes, cabeleireiros, garçons, desempregados, comerciários, professores e profissionais liberais.

A raça não funcionou como um critério de seleção, embora saibamos ser esse um importante elemento de análise. Os entrevistados, em sua maioria, são negros/mestiços e se auto-identificam por diversos termos similares, tais como afro-descendente.

A condição conjugal no momento da entrevista variava de informante a informante, alguns se encontravam casados pela primeira vez, um deles já estava no seu terceiro casamento, enquanto outro estava em pleno processo de separação, essa situação certamente influi na forma como cada um relatou e descreveu seu próprio relacionamento.

2.3 - AS ENTREVISTAS OU CATANDO PALAVRAS NA SUPERFÍCIE DE UM LIVRO SEM FINAL

As entrevistas foram realizadas em locais escolhidos pelos interlocutores, quase sempre em suas residências, sendo que um dos entrevistados preferiu realizar os encontros em casa de amigos, onde se sentia mais confortável para falar, outro o fez numa praça no bairro onde residia e um outro conversou comigo no seu local de trabalho.

A duração dos encontros era de, no mínimo, duas horas, e em alguns casos sucederam-se dois ou três encontros. Feito o primeiro contato e a apresentação da pesquisa por meio do consentimento informado¹⁶, iniciava-se a entrevista que, invariavelmente, começava com um pedido para que os rapazes se apresentassem.

¹⁶ Exigência do Comitê de Ética para pesquisa envolvendo seres humanos, esse instrumento consiste em um termo de esclarecimento sobre objetivos, métodos e usos da pesquisa, onde o depoente informa estar ciente e aceita participar voluntariamente da pesquisa. As interferências que esse recurso produzem na pesquisa não devem ser desconsideradas.

Essa abordagem, propositadamente vaga, algumas vezes os deixava sem saber o que falar, porém permitiu que cada um falasse de si por critérios fundamentados em seus próprios referenciais.

Rosangela - Se você fosse se apresentar para alguém como você se definiria?

Pablo – É um pouco difícil, viu? Você ir falando assim, (...) características de comportamento?

Rosangela – O que você diria para alguém que você nunca viu?

Pablo – Eu diria que, apesar de me dizer homossexual, eu não sou... Eu não me classifico como baixo-astral. Porque existem vários, né, nesse meio aí, muito baixo-astral, que é que eu posso dizer... É assim... Eu não conheço a pessoa, quero conhece-la... Sei lá...” (Pablo, 27 anos, separado).

Seguia-se a essa questão um estímulo para que falassem sobre a história de vida sexual, procedimento que nem sempre era necessário, dado que alguns já iniciavam sua auto-apresentação pela sua história afetivo-sexual posta em retrospectiva.

Raul Castro - Sou Raul Castro, no caso...

Rosangela - Do quê, menino...? (risos)

Raul Castro - Castro. Tenho 36 anos de idade, sou do signo de sagitário, natural da Salvador – Bahia. É... No momento não tô vivendo nenhum relacionamento, mas eu vivi vários relacionamentos que hoje em dia não experimentaria viver de novo. Então, hoje, vivo uma vida mais solta, digo assim, curtindo, fico curtindo, não me ligo diretamente a ninguém e não procuro me apaixonar por que acho que no momento não vale a pena, e pelas experiências também que eu já tive. Então acho que não é bom pra mim, então a melhor coisa que faço é viver. Bem que a gente se sente só por não ter uma pessoa, você tem aquela necessidade de ter uma pessoa, mas pelas coisas que eu já passei antes, então acho melhor não ter, tá entendendo como é? Mas já tive vários relacionamentos que eu convivi em casa na minha própria casa trabalhando e ele também trabalhando... (Raul Castro, 36, separado).

Decidir pela finalização das entrevistas sempre foi um momento difícil, dado que as histórias de vida estão em pleno curso, entretanto segui o parâmetro de encerrar as entrevistas sempre que, chegando à relação mais atual, já tivesse explorado aspectos considerados como elementos que caracterizavam satisfatoriamente esses relacionamentos, tais aspectos contemplavam: acordos em torno de monogamia/fidelidade, divisão de tarefas domésticas, partilha de responsabilidades financeiras, consensos em torno de práticas eróticas, brigas, motivos para discórdia e, se fosse o caso, a finalização do próprio relacionamento e suas causas.

Algumas entrevistas também se direcionaram para expectativas futuras, o que foi muito proveitoso, pois permitiu uma perspectiva ampliada para os relatos.

Estive atenta às sinalizações de tédio ou cansaço como um indício de que a entrevista precisava ser interrompida. Houve momentos em que o próprio entrevistado decidiu por isso, por ter outros compromissos. Numa única vez a causa da interrupção do diálogo foi o grau de mobilização emocional que o tema suscitava, essa reação já era esperada e a possibilidade de interromper ou desistir da entrevista, a qualquer momento, era mencionada desde o termo de consentimento informado.

Um outro entrevistado solicitou que determinado trecho do relato não fosse gravado, permitindo em seguida que fosse retomada a gravação. Enfim, cada encontro possuiu particularidades, detalhes, experiências que não podem ser totalmente retomadas aqui, mas, vale a pena assinalar que, em muitas circunstâncias, já tendo finalizado a entrevista, o gravador estando desligado, os interlocutores relaxados, surgem comentários preciosos que ficam apenas na memória da pesquisadora, e no seu caderno de campo, obviamente.

Uma das entrevistas foi realizada em presença do parceiro. Nesse caso, visto que escolhi entrevistar apenas um dos companheiros¹⁷, encurtei o primeiro encontro na tentativa de fazer

¹⁷ A essa altura devo justificar essa escolha. Primeiro procurava escapar de uma possível expectativa de terapeutização do encontro, dado que minha identidade profissional como psicóloga favorece esse tipo de expectativa. O formato de entrevista dos pares poderia sugerir uma terapia de casais e não estava disposta a assumir os desdobramentos que essa situação poderia resultar. Um segundo motivo: em alguns casos, isso seria impossível, pois, alguns dos homens entrevistados, no momento da entrevista já haviam se separado e não mantinham nem mais contato com o ex-parceiro. Por fim, o confronto de informações que duas entrevistas

um segundo contato só com o entrevistado. Meu esforço resultou inútil, nesse segundo encontro o parceiro excluído chegou em casa quando a entrevista estava em curso. Procurei aproveitar, então, a situação para conversar com os dois, e acredito que tal decisão não prejudicou a entrevista.

Em outros casos, a presença do companheiro inviabilizaria a entrevista, pelo menos uma delas esteve condicionada à ausência do parceiro, já que o entrevistado relatou que este não permitiria a realização da entrevista se estivesse em casa.

2.4 - NARRATIVAS DE HOMENS

“O que eu era de meu e quase nada, / cresceu de muitas vidas/ minha vida foi na de muita gente convertida, minha canção revista e ampliada”. (Nélio Rosa, Soneto Urbano I)

As interpretações produzidas aqui partem da escuta, transcrição e leitura de algumas narrativas de homens que vivem, ou viveram, ao longo de suas histórias de vida, com outros homens que quais consideram companheiros, maridos, amantes, amores, parceiros, pares...

Essas narrativas foram produzidas em um contexto de interação onde eu, de antemão, carregava comigo minhas categorias de interesse: identidades sexuais, significados da violência, tipologias de violência, performances de gênero, caixinhas onde guardar e organizar aquela profusão imensa de experiências, vivências e impressões. Não obstante, essas categorias foram revistas e ampliadas, a partir de contatos e reflexões vindas dos relatos produzidos.

poderia me fornecer, não era o meu objetivo na pesquisa, não estava em busca de uma verdade sobre o casal, estive muito atenta ao fato de que cada narrativa é uma versão, uma construção sobre os fatos e episódios. Possuir duas versões não alteraria o objetivo da pesquisa dado que não estou no papel de detetive e sim de pesquisadora, como tal devo cotejar as informações obtidas com bases em minha própria observação dos sujeitos e do contexto em que vivem e produziram aqueles relatos.

No início não foi fácil conter a sanha de ir direto ao assunto, calar, segurar a respiração e ouvir...

A produção e a interpretação que faço de tais relatos se dão por meio de dois referenciais teóricos, produzidos em diferentes contextos: a etnometodologia e a antropologia interpretativa.

A etnometodologia é um procedimento de pesquisa desenvolvida em torno dos anos 1960, o termo foi cunhado por Garfinkel. Ela visa saber como as pessoas se comportam e, sobretudo como se percebem, “vêem, descrevem e propõem em conjunto uma definição da situação” (COULON, 1995, p.20) em suas experiências diárias. O foco é sobre as interpretações produzidas pelos próprios sujeitos que, na opinião dos etnometodólogos, sempre produzem suas próprias teorias explicativas.

Não se trata de espontaneísmo sociológico (BOURDIEU, CHAMBOREDON & PASSERON, 2000), mas de assumir uma postura compreensiva, de se aconchegar ao ‘objeto de estudo’, de se posicionar horizontalmente na relação sujeito-objeto, perseguindo as categorias simbólicas que os sujeitos humanos empregam na criação de sentidos para a vida.

Dito isso, não devemos deduzir ingenuamente que o pesquisador está totalmente neutro nesse processo, sabemos que a realidade não se estabelece pura e simples, mas é o resultado dialético da ação do pesquisador sobre ela. Nesse sentido concordo com MacRae quando afirma que:

A realidade social é criação do observador e que sua transposição para o papel requer toda uma série de operações (...) [o que leva] o resultado final a servir mais como um auto-retrato inconsciente do autor que um espelho da realidade objetiva do objeto em estudo (MACRAE, 1990, p. 35).

Adotamos o pressuposto que a ciência é uma produção humana entre outras e como tal está sujeita a interesses de diversas ordens. Admitimos a impossibilidade de um objetivismo absoluto, sem com isso sucumbir ao ‘espontaneísmo’ sociológico.

De acordo com essa reflexão a própria denominação “coleta de dados” deverá ser repensada, pois esse termo abrevia concepções teóricas profundamente radicadas na “cultura acadêmica” que pensam os dados como algo pronto e acabado, cabendo ao pesquisador a tarefa de tão somente coletá-los, quando, em realidade, ele os produz numa interação ativa com os sujeitos da pesquisa.

Para concluir não posso deixar de aludir o fato de que toda história é uma construção, ou uma reconstrução de fatos e episódios que são relatados com interferências dos efeitos de memória e esquecimento, da imaginação, de censuras e recalcamientos, sem que isso prejudique a validade epistemológica desses dados. Antes, essa observação alerta para o caráter contingencial de todo discurso, e nos prepara para realizar devidamente um diálogo com essas narrativas, analisando-as com um olhar cada vez menos ingênuo e menos persecutório, no sentido de buscar extrair deles uma verdade última e essencial.

2.5 - ANÁLISE, INTERPRETAÇÃO, DESCRIÇÃO DENSA

Os discursos produzidos nessa pesquisa foram considerados à luz da análise hermenêutica, em busca da identificação das categorias centrais do estudo e da forma como estas se articulam com as práticas homoeróticas. Todavia é válido salientar que essa separação entre análise e produção é um tanto quanto artificial. O primeiro diálogo que se estabelece entre o entrevistador e o entrevistado, as perguntas que surgem, as anotações em caderno de campo já compõem um nível da análise, ou uma pré-análise.

Neste caso, a análise final se fez pela decomposição do texto (relato oral transcrito) em unidades significativas. Foi feita, nesse momento, uma espécie de “desconstrução” do discurso.

Uma vez fragmentado o discurso, foram extraídos dali os trechos que então considerei significativos para o estudo. Sobre eles segui uma reflexão, de modo que um novo diálogo se apresenta nessa dissertação, pautado agora nas categorias do estudo: identidade sexual,

experiências afetivas, práticas eróticas, percepção sobre gênero, percepção sobre violência entre parceiros íntimos, modalidades de violência, negociações em torno de práticas sexuais, questões financeiras, divisão de tarefas domésticas.

Todo esse processo fez surgir novas perspectivas de interpretação dos discursos construídos com os interlocutores. Em realidade, não posso deixar de insistir que a interpretação que apresento aqui é uma perspectiva adotada por um sujeito específico que possui uma história de vida singular e posicionamentos em sítios de pertencimentos simbólicos que não devem ignorados, em diálogo com outros sujeitos que também possuem suas especificidades. De tudo isso decorre inevitavelmente que essa dissertação é, como as histórias narradas também o são, uma versão.

Desta versão podem e devem surgir novas interpretações, inclusive opostas, e assim o debate prossegue. Acredito que se esta for a consequência deste estudo o seu objetivo maior terá sido alcançado: fomentar e contribuir no debate.

Para concluir volto a Geertz (1989), que afirma que a antropologia interpretativa é uma ciência cujo progresso é marcado menos por um consenso do que por um refinamento do debate:

Os estudos constroem-se sobre outros estudos, não no sentido de que retomam onde os outros deixam, mas no sentido de que melhor informados e melhor conceitualizados eles mergulham mais profundamente nas mesmas coisas, cada série começa com um desvio inicial e termina onde consegue chegar antes de exaurir seu impulso intelectual (GEERTZ, 1989, p.35).

Assim, esse trabalho é um primeiro mergulho sobre a superfície de um livro que está sendo continuamente escrito, não por mim, mas por esses homens no seu dia-a-dia, a mim coube apenas a pretensão de lê-los e tentar descrevê-los aqui.

3. CONJUGALIDADE

Impossível estudar qualquer fenômeno social nas suas manifestações ao nível individual sem primeiro entender o universo de representações dentro do qual o indivíduo se move como ator social. E as representações são produzidas socialmente (FRY, 1982, p.87).

Ao mencionar as identidades (sexuais ou não), a proposta é pensá-las como processos de interação dialética entre um indivíduo e seus pares. Sabe-se que é justamente nessa interação que também se constituem movimentos de caráter coletivo, entre esses os movimentos sociais, que podem e devem ser tomados como elementos em torno dos quais se definem e se articulam identidades coletivas e, também, as individuais.

Isto posto, pode-se introduzir a questão dos movimentos sociais e a influência que eles exercem para além das identidades coletivas ou das agendas de políticas públicas e de pesquisa. Interessa aqui perceber como, juntamente com o movimento gay, as agendas pessoais mudaram ao longo das quatro últimas décadas. Torna-se necessário recapitular essa parte da história do movimento homossexual por ser este o limite temporal em que os personagens dessa pesquisa viveram, ou pelo menos se referenciam, visto que os mais jovens não viveram exatamente esta época, mas sofrem influência por uma espécie de memória coletiva. Dessa forma será feita uma articulação entre a história do movimento social e as narrativas particulares produzidas no estudo. Numa proposta de conhecer como se tecem essas subjetividades em relação a uma suposta comunidade à qual esses homens pertencem.

3.1 - RECONSTRUINDO O CENÁRIO ONDE SE DESENVOLVEM AS RELAÇÕES ‘CONJUGAYS’

Foi apenas nas três últimas décadas do século XX que os movimentos de defesa dos direitos de gays e lésbicas e de afirmação da liberdade sexual se formaram. Primeiro nos Estados Unidos espalhando-se depois por todo o mundo.

A batalha de Stonewall¹⁸, ocorrida entre policiais e gays, no Greenwich Village em Nova Iorque, entre 27 e 28 de junho de 1968, tornou-se o marco de referência do movimento homossexual em todo mundo.

Frentes constituídas naquele período como a Mattachine Action Commite, a Gay Liberation Front e a Gay Activist Alliance foram precursores dos movimentos mais organizados surgidos no anos 90, como o Act-Up e a Queer Nation que, juntamente com outros grupos, organizam as famosas paradas americanas conhecidas como Gay Pride. (OLIVEIRA, 2004, p.164).

Alguns fatores contribuíram para que esse movimento surgisse nesse momento específico: primeiro, um clima de rebelião, liberdade sexual e questionamento da autoridade. Segundo, o impacto que o feminismo teve sobre o patriarcalismo, levando ao questionamento das categorias homem-mulher, e conseqüentemente, ao questionamento do heterossexismo. O feminismo foi ainda, de acordo com Castells (1999), responsável por uma segmentação entre homens e mulheres. Apesar de reconhecer que o homossexualismo (sic) tem suas motivações próprias. O autor afirma que:

A profunda cisão acarretada pelo efeito conjunto do desafio feminista e da incapacidade da maioria dos homens de conviver com a perda de seus privilégios, fez surgir redes de apoio e amizades do mesmo sexo, criando um meio em que todos os tipos de desejo podiam se expressar mais facilmente (CASTELLS, 1999, p.241).

¹⁸ A partir de 28 de junho de 1969, em Greenwich Village, Mahattan, cerca de 400 homossexuais saíram as ruas para protestar contra a repressão e abuso policial, o auge destes abusos tinha ocorrido um dia antes em Stonewall Inn, um bar homossexual, localizado na Chistoper Street, onde foram feitos muitos feridos e 13 prisões. Os homossexuais passaram uma semana em mobilização. Daí em diante esse dia tornou-se um marco para o movimento gay.

A reação violenta da sociedade também contribuiu para incitar o movimento, “transformou em radicais até mesmo gays que só queriam viver em paz” (CASTELLS, 1999, p. 240).

Razões de ordem econômica também são elencadas pelo autor:

A formação de uma economia informacional avançada nas áreas metropolitanas fez surgir um mercado de trabalho diversificado e inovador e redes de habilidades, independentes das grandes organizações onde o comportamento individual podia ser controlado mais facilmente. (CASTELLS, 1999, p. 240).

No Brasil “Embora algo semelhante a uma subcultura enfocada em torno de desejos e práticas entre pessoas do mesmo sexo pareça ter existido nos centros urbanos maiores desde o final do século XIX” (PARKER, 1991, p.136), é somente no século seguinte que a urbanização do país favorece a manifestação de um movimento gay, no sentido mais rigoroso do termo.

Ainda assim, as conseqüências desse movimento serão mais efetivamente conhecidas no final do século XX quando a emergência da AIDS coloca em evidência as minorias sexuais, principalmente, os homossexuais masculinos, considerados grupo de risco para a infecção pelo vírus HIV, o que depois se mostrou um conceito problemático.

Há que se estabelecer os limites dessa última afirmação: Antes da emergência da AIDS, já na década de 70, existiam no Brasil e no mundo movimentos em torno das práticas homoeróticas e, como veremos ao longo desse capítulo, foi graças a isso que essa população foi capaz de enfrentar a epidemia e o preconceito de forma eficaz e, porque não dizer, corajosa como o faz até hoje. Entretanto, para alguns autores como Trevisan (2004) o movimento homossexual enfrentava uma crise de mobilização quando surgiram os primeiros casos de AIDS no país. Assim o desafio da doença funcionou como mote para se reativar a cena gay.

Analogamente ao que aconteceu com a sífilis nos séculos XVII e XVIII, a Aids abriu um campo de discussão sobre o comportamento sexual brasileiro. Rapidamente organizaram-se políticas públicas para estabelecer um controle sobre os riscos específicos para essa população. Mas desta vez não houve tanto espaço para a introdução de discursos moralizantes.

As décadas de 80 e 90 conheceram uma crescente produção de pesquisas sobre homoerotismo masculino e a sexualidade de outras minorias. Ao sabor da trajetória epidemiológica, do vírus recolocou-se a preocupação disciplinar/higienista sobre os corpos, agora com o forte apelo da nova epidemia, mas, para além dessa “nova cruzada disciplinadora”, os grupos postos em evidência ou objetos dessa cruzada tomaram para si o estandarte dos seus rótulos e transformaram seus estigmas em identidades ou reafirmaram-nas apesar deles, estruturando assim suas lutas e reivindicações.

É assim que se diz que a emergência da AIDS contribuiu para um crescimento da militância homoerótica, servindo como nicho para outros debates correlatos como o direito ao casamento gay, adoção e o combate à violência homofóbica, trazendo à tona reivindicações que muitas vezes contrariam as fantasias sobre o universo homoerótico masculino, intensamente marcado por idéias que supõem instabilidade afetiva e promiscuidade como padrão, incapacidade de estabelecer laços afetivos duradouros, de constituir famílias, de cuidar de crianças etc.

Muito mais do que simples idéias, esses juízos que se formam sobre o homoerotismo estabelecem atitudes, tanto por parte dos que não se definem como homossexuais quanto por aqueles que se identificam como tal. Para esses últimos a problemática de “sair do armário”¹⁹ se coloca sob o signo dessas representações em torno da sua imagem, afinal isto envolve, no mínimo, se posicionar frente a esses rótulos seja, assumindo-os ou negando-os.

É preciso retroceder até um pouco antes do aparecimento do HIV para conhecer o movimento homossexual em sua totalidade e compreender como essas questões surgem, os significados que elas têm e as disputas que elas suscitam.

¹⁹ Expressão que traduz a expressão “to come to out of the closet”, sair do armário significa que o sujeito admite para si e para pelo menos alguns outros o desejo homoerótico.

3.1.1 - ANOS CINQUENTA E SESENTA

Pode-se falar aqui mais em termos de uma descrição da movimentação gay, do que uma descrição do movimento homossexual em sua conotação sócio-política, dado que o movimento homossexual, enquanto movimento social, ainda não está estruturado.

Nesse período predominava uma visão que percebia o homoerotismo pela perspectiva médica ou jurídica, ou seja, como doença e/ou crime.

O Brasil passou por mudanças dramáticas (...). Milhões de camponeses e trabalhadores migraram em massa para as grandes metrópoles, a produção industrial expandiu-se, oferecendo empregos e novos produtos para o mercado doméstico. Cidades como Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo eram ímãs atraindo homossexuais do interior que buscavam o anonimato das grandes cidades, longe do controle familiar. Eles se juntaram com os nativos das cidades grandes para formar subculturas homossexuais urbanas (GREEN, 2000, p. 278).

Até o fim dos anos 50 não haviam bares especializados em gays e lésbicas como vemos hoje. Os principais espaços de encontro e sociabilidade eram praças, parques, cinemas, banheiros públicos, casa de amigos e a “ocupação tênue de restaurantes, cafés ou partes de praias (...) pequenas festas, shows de travestis realizados em casas particulares, e fins de semana no campo ou na praia” (GREEN, 2000, p. 280).

As informações sobre o cenário gay em Salvador indicam a existência de bares gays que se disfarçavam “com o artifício de registrar-se e anunciarem no frontal do estabelecimento comercial, como ‘galerias de arte’. Destas, a pioneira e mais famosa, no Pelourinho, foi a Galeria 13, de Deraldo Mota” (MOTT, 2000a, p. 25).

Alguns dos interlocutores ainda lembram, com saudade, de espaços como o bar Abaixadinho; situado na Avenida Sete; o Papo de Bruxa, no São Bento, onde eram servidas bebidas exóticas; da Boate Anjo Azul; e do Varandá, esse último bar, segundo informa os

interlocutores mais inteirados, era freqüentado pela cantora Fafá de Belém. De fato, numa de suas canções ela faz referência ao bar e ao seu dono, Sandoval. (Caderno de campo, 2006).

O carnaval também era um momento de suspensão ritual da norma e desse modo se constituía um momento onde gays e travestis podiam se expressar com alguma liberdade.

O baile das bonecas no Rio atraía um público internacional. Gays vinham de toda América do Sul, para participar da folia e assistir homens de plumas e paetês competirem para ser coroados a deusa mais glamourosa e bela das celebrações carnavalescas (GREEN, 2000, p.280).

Os festejos carnavalescos, aliás, continuam sendo um importante espaço onde gays, de todas as tipologias, podem se expressar. Em Salvador, é realizada uma tradicional lavagem, na segunda-feira de carnaval, tal evento, e segundo conta um dos meus interlocutores, remonta a uma brincadeira de amigos, que lá pela década de 70, satirizando a lavagem do Bonfim, improvisaram torços e fantasias. De lá pra cá se consolidou como um importante evento no carnaval daqui. As festas de largo também são importantes espaços de interação homoerótica. A já citada lavagem do Bonfim possui até um ponto de concentração gay no alto da colina santa.

O exemplo de uma iniciativa mais organizada na cena gay dos anos 60 é a publicação de ‘O Snob’, um “boletim mimeografado, com coluna de fofocas e figuras de homens vestidos de mulher nas capas. A publicação de outras 30 revistas no Rio e no resto do país e a formação da Associação Brasileira da Imprensa Gay, que durou de 67 a 68” (GREEN, 2000, p.81), mas o temor da repressão militar fez com que os editores suspendessem as publicações. Somente na década seguinte os gays passaram a ter um veículo de comunicação, o jornal Lampião, cujo primeiro número saiu em 1978.

Mas, independente da ditadura militar, uma subcultura gay já medrava. Todas as mudanças que o país sofreu nesse período mudaram não só o cenário geopolítico, mas também hábitos e costumes de toda a população.

O êxodo rural motivado pela busca de emprego, renda e serviços, no caso da população gay ganha uma motivação a mais: a busca de liberdade.

... Me inquietava muito, me deprimia até, ficar no interior e assim, eu tinha consciência que por conta da minha opção sexual... eu sabia que era complicado ser gay, numa cidade do interior... (Raul Rios, 40, casado).

Essa concentração nos grandes centros urbanos favoreceu o aparecimento dos guetos gays, onde se estabeleceu a movimentação e o movimento gay.

Nesse sentido, deve-se concordar com o professor Edward MacRae sobre a importância do gueto. Apesar de todas as críticas que se possa fazer a esses espaços, não resta dúvida da “importância que pode ter esse espaço como local de refúgio e foco gerador de novos padrões de atitudes” (MACRAE, 2005, p. 304), sobretudo para as primeiras gerações do movimento gay que gozava de pouquíssima liberdade de expressão.

“Você começa a ter referência de outras pessoas, a história que as outras pessoas trazem, de, de, de relações familiares... eu conheci muita gente casada e casada já há um tempo também, com uma casa montada, e histórias que pai e mãe aceitavam e eu acho que isso foi muito importante...” (Raul Rios, 40, casado)

“Ernesto – (...)De me levar pros points gays de Salvador, aí eu comecei a conhecer, entrei em choque de ver dois homens beijando na boca (ri) entrei em choque, chorei três dias (ri) não imaginava que aquilo era real aí depois fui me acostumando...”

Rosângela – Chorou três dias, Ernesto?

Ernesto - Fiquei assim traumático, chorei três dias, fiquei assim, pô!

Rosângela – Matou alguém nessa história aí.

Ernesto – É pô que na realidade eu fiquei feliz e fiquei assim, sei lá, triste não, mas assim comovido com aquela história porque era real aquilo não era só uma coisa só da minha fantasia, né, uma coisa que eu sentia tinha uma extensão, eu via outras pessoas que pensavam como eu, desejavam como eu desejava, então aquilo foi...” (Ernesto, 38, separado).

Aos poucos uma movimentação social em torno de desejos e afetos engendrou um movimento social e político. O auge desse processo ocorrerá entre os anos de 1978 e 1981²⁰, quando surgem no país mais de 16 organizações gays, e sofrerá um declínio nos anos 80, para reflorescer depois, chegando ao ponto que se conhece hoje²¹.

3.1.2 - SAINDO DO ARMÁRIO, ANOS SETENTA

Em 1974, a ditadura militar no Brasil já enfrentava uma grave crise econômica e o crescente movimento da oposição por eleições. Por conta disso o Brasil vai conhecer um período de lenta reabertura política que favorece a organização de diversos movimentos.

Esse período foi marcado também por profundas transformações no cenário mundial que se coadunam com o processo que sobre o qual falo acima. As mudanças ocorridas na economia, como a flexibilização do trabalho, provocaram um esvaziamento das bandeiras de luta tradicionais. Dessa forma:

A década de 70 presenciou, em várias partes do mundo, o crescimento em importância de um “terceiro caminho” para a atividade política. Abandonando a dependência nos partidos tradicionais tanto de direita quanto de esquerda, surgiram novos movimentos sociais com propósitos imediatistas, para a resolução de problemas específicos(...) (MACRAE,1990, p. 279).

Mas não apenas por causa da questão econômica ocorria essa mudança nos costumes e práticas de ativismo social, até porque as desigualdades de classe permaneciam como permanecem até hoje. Essas inovações eram também fruto de um desgaste nas formas de convivência e participação própria ao interior dos movimentos políticos. As mulheres começam a formular críticas ao sexismo no interior das esquerdas tradicionais. O movimento

²⁰ Merecem destaque nesse período, iniciativas como o jornal Lampião da Esquina, o surgimento do grupo SOMOS em São Paulo e a fundação do Grupo Gay da Bahia.

²¹ Hoje mais de dez cidades brasileiras, incluindo Salvador, possuem leis de combate à discriminação por orientação sexual, em 2003 foi criada a Frente Parlamentar pela Livre expressão Sexual, com mais de oitenta parlamentares, em 2004 foi lançado o programa “Brasil sem Homofobia” pelo governo federal, além dos sucessos em decisões judiciais sobre guarda de crianças e reconhecimento de parceria civil, ou seja, apesar de tudo o cenário homossexual tem melhorado muito.

feminista ganha força apontando a incapacidade do discurso da luta de classes em dar conta de demandas postas pelas especificidades do ser mulher.

O movimento negro emerge também nessa década. Enfim uma série movimentos específicos surgem como alternativas ao então considerado velho discurso da luta de classes. No bojo dessas críticas, o movimento homossexual também se constituiu.

É o que os relatos dos seus protagonistas sugerem, como vemos nesse depoimento de João Silvério Trevisan, um dos grandes ícones do movimento homossexual naquele período e autor de diversos livros, entre eles ‘Devassos no paraíso’, do qual se extraiu o relato que segue:

(...) nós éramos ‘a luta menor’, portanto secundária, enquanto contraposição que ousava contestar isso que nos parecia uma sacralização da classe operária, na melhor das hipóteses não passávamos de ‘minorias’ – nome, aliás, da série de debates da qual estávamos participando. Na noite anterior, já os negros, que vinham se organizando contra a discriminação racial e pela afirmação de sua cultura, independentemente da luta partidária, tinham sido massacrados por grande parte do público (de brancos), sob a acusação de estar promovendo uma reles ‘discussão existencial’ em torno de sua problemática.(TREVISAN, 2004, p. 243).

Negros, mulheres e, principalmente, os gays entendiam, ao contrário, que a marginalidade que lhes era atribuída na agenda política partidária naquele momento, era em si mesma uma forma de questionar o autoritarismo presente em várias esferas sociais.

Esses movimentos, pelas causas que defendiam, exigiam dos seus militantes uma revisão profunda de suas vivências privadas, de sua relação com os próprios corpos e o dos outros, de modo que a questão passava pela desintegração de preconceitos muito arraigados, inclusive no proletariado revolucionário “pero no mucho” desse país latino-americano²².

A reabertura política do país se soma a esses aspectos, intensificando o esvaziamento das bandeiras de luta da esquerda tradicional,

²² Ainda hoje prevalece um certo descaso com questões de gênero e raça dentro dos partidos que se limitam a departamentalizar esses movimentos dentro da estrutura burocrática. Já cheguei a ouvir “companheiros” contarem piadas onde afirmavam que no departamento de políticas para mulheres devia haver uma pia, um fogão e uma cama.

(...) a ditadura favorecia um simplismo maniqueísta onde as forças políticas podiam ser divididas entre Sistema e Oposição, mas a implantação gradual de uma nova ordem civil e mais pluralista trouxe novas dificuldades para todos esses movimento (MACRAE, 1990, p 303).

Sem o dragão da ditadura para unificar os descontentes em um único combate, os movimentos tiveram mais espaço para expressar suas singularidades e, dado que as esquerdas se encontravam eivadas de preconceitos, sobretudo em relação às questões sexuais, tornava-se impossível conciliar dentro de um mesmo organismo interesses e questões tão diversificadas.

Mas mesmo nesses novos movimentos havia muitas dissonâncias e esse será um dos fatores que depois do *boom* inicial, levará o movimento gay a uma crise de mobilização e recrudescimento.

No campo sócio-cultural a reabertura política também propiciou inovações. Com a anistia, diversos personagens voltam ao Brasil e causam escândalo com as novidades que trazem do primeiro mundo onde o *boom* gay já tinha ocorrido. (a ‘batalha’ Stonewall, marco do movimento gay internacional, ocorreu em 1968).

Personalidades como Caetano Veloso cantavam o desejo homoerótico na canção Menino do Rio; Gilberto Gil em uma sensível canção brincava com o grande ícone da masculinidade hegemônica, através de versos como “minha porção mulher que até então se resguardara é a porção melhor que trago em mim agora e o que me faz viver”. Ainda o performático Pepeu Gomes engrossava o caldo cantando “ser um homem feminino, não fere o meu lado masculino se Deus é menina e menino, sou masculino e feminino”.

Mas principalmente o grupo Secos & Molhados marcou definitivamente a passagem artística pelo desbunde gay. A figura ambígua de seu vocalista, Ney Matogrosso, causava uma enorme confusão nos parâmetros de masculinidade e feminilidade. Confusão essa reforçada por canções de grande sucesso que faziam clara alusão ao homoerotismo. Ao velho ditado popular “mulher com mulher vira jacaré, homem com homem vira lobisomem” o refrão de “O vira” retrucava: “vira, vira, vira, homem vira, vira, vira, vira lobisomem”.

O grupo fez enorme sucesso em todo o país e jamais a androginia de uma figura popular foi tão exposta e debatida. “Sem esquecer a abreviação S&M do nome do grupo, que remetia ambigualmente a uma estética sadomasoquista” (TREVISAN, 2004, p. 289).

Outras expressões artísticas também trouxeram à tona a ambigüidade. O grupo de teatro Dzi Croquetes, por exemplo, fez muito sucesso no Rio de Janeiro. Ele próprio já era uma paródia um grupo californiano cujo nome, The Cockettes, derivava de uma denominação popular para o órgão sexual masculino em inglês (TREVISAN, 2004).

A televisão, grande fenômeno de massa e de conformação de subjetividades, também não esteve de fora desse movimento, e vários personagens de novelas e programas televisivos eram explícita ou implicitamente gays, com uma diferença: de todas as expressões artísticas mencionadas antes, aqui os personagens quase sempre resvalavam para o cômico da bicha louca nos programas humorísticos, ou para a estereotipia da sapatona grosseira, mal amada, frustrada e com final infeliz.

As abordagens mais sérias começaram a aparecer nos meados da década de 90, mas ainda sob pressão da “opinião pública”. Em 1998 duas personagens lésbicas foram retiradas do enredo da novela Torre de Babel por um acidente em um shopping. Muito tempo depois, na novela América, foi apresentado um casal de gays com um final feliz. Ainda assim a relação homoerótica apenas sugerida

Essas notícias nos dão uma noção de que o cenário gay mudou nos últimos quarenta anos, mas não tanto, e mais: essa mudança no plano artístico-cultural pouco atingiu o cotidiano de gays e lésbicas. O aumento da visibilidade gay não tem conseguido, por exemplo, diminuir a intolerância e o preconceito, pois os índices de assassinato de homossexuais continuam crescendo em escala alarmante.

O que significa, então, essa apropriação do homoerotismo por parte dos veículos de comunicação de massa, se ela não expressa uma mudança concreta nos hábitos e valores dessas massas?

Para James Green, a maior visibilidade e “o crescente consumo gay, que incluía boates, saunas e bares também sustentou uma ilusão de que a sociedade se tornava cada vez mais livre e que a organização política de gays e lésbicas não era mais necessária” (GREEN, 2000, p. 284). Esse foi um dos fatores responsáveis pelo declínio que o movimento gay sofreu no início dos anos 80.

Mas, visto de dentro, o movimento apresenta outros fatores de fragmentação e enfraquecimento, como os desacordos entre gays e lésbicas (as lésbicas denunciavam o machismo e a misoginia dos gays enquanto eles acusavam-nas de androfóbicas); as divergências quanto à construção de alianças com movimentos operários e partidos políticos, e até mesmo a escassez de membros, recursos financeiros e de experiência política contribuíram para fragilizar um movimento que estava prestes a enfrentar um novo grande desafio .

3.1.3 - ANOS OITENTA/NOVENTA

A década de oitenta é apontada como uma “década perdida”. Para o movimento homossexual depois do *boom* inicial na década de 70 ela é tomada como um período de declínio. De fato, em 1981, o jornal *Lampião* deixou de sair e, dos vinte grupos homossexuais que existiam nesse período, apenas sete sobreviveram até 1984, quando o segundo Encontro de Homossexuais Organizados aconteceu, em Salvador, com a presença de apenas cinco deles.

Parece insuficiente considerar a década de 80 como um período de declínio do movimento gay. Na verdade, o que aconteceu foi uma mudança no foco e na forma de atuar: de um formato comunitarista, libertário e antiautoritário, o movimento passa a enfatizar a garantia de direitos e uma maior formalidade nas suas ações. Evidentemente que algumas organizações não sobreviveram a esse processo, outras sobreviveram ao tempo em que outras surgiam.

O Grupo Gay da Bahia aparece nesse período, precisamente em fevereiro de 1980. “Fizemos os primeiros contatos e marcamos a primeira reunião do Grupo Gay da Bahia. Foi no dia 29 de fevereiro de 1980... era um ano bissexto!! Reunimo-nos dezessete pessoas num sábado à noite” (Luiz Mott em entrevista a FACCHINI, 2005, p.113).

“Em fevereiro de o 1985 Conselho (Nacional de Saúde) removeu a homossexualidade da categoria de doenças tratáveis” (GREEN, 2000, p. 284), o que representava uma grande conquista para o movimento homossexual, porém, antes mesmo dessa vitória se consolidar outro desafio começa a se apresentar: o primeiro caso de AIDS no Brasil foi diagnosticado em 1982. O pânico da doença se espalhou mais rápido que o próprio vírus “antes mesmo que o mal tivesse alguma importância epidêmica, o estardalhaço foi tal que AIDS passou a ser mais popular que a fome ou as tradicionais doenças infecto-contagiosas” (MÍCCOLIS E DANIEL, 1983, p.123).

A Aids reeditou no mundo inteiro e com muita força discursos medicalizantes e, sobretudo, moralizantes, o vínculo entre homoerotismo e doença foi refeito, se não era mais uma doença em si, o homoerotismo agora passa a ser um fator de risco.

Se o discurso predominante no movimento homossexual na década de 70 era a liberação dos costumes, a resignificação das vivências sexuais, a crítica ao machismo e ao patriarcalismo, agora o movimento tem que enfrentar o fantasma da doença que ficou logo conhecida como peste gay.

Uma das primeiras respostas organizadas foi iniciada pelo grupo Outra Coisa: Ação Homossexualista, que tinha rachado com o Somos por causa de suas ligações com a esquerda. Seus membros distribuíram um panfleto nos bares gays e áreas de paquera em São Paulo, informando a “coletividade homossexual’ como eles poderiam obter informações sobre a doença (GREEN, 2000, p.286).

Paradoxalmente, o HIV/Aids favoreceu o reflorescimento do movimento na medida em que o crescimento de ONGs voltadas para a prevenção do HIV/Aids aumentou os recursos, a infraestrutura e até mesmo o profissionalismo do movimento

De tal modo que hoje, uma das grandes pautas do movimento é a saúde dos homossexuais, sobretudo sua saúde sexual, a ponto de Manuel Castells afirmar que “o movimento gay mais importante dos anos 80 e 90 é a ala gay do movimento anti-AIDS em suas diversas manifestações (CASTELLS, 1999, p. 253).

O autor continua afirmando que uma certa maturação do movimento aliada à ameaça do HIV promoveram uma estabilização dos relacionamentos e, conseqüentemente, a luta pelo reconhecimento destes como famílias. Segundo ele: “O que começou como um movimento de liberação sexual completou sua cadeia evolutiva e agora persegue a família patriarcal como uma praga, atacando as raízes heterossexuais e subvertendo sua exclusividade sobre valores familiares” (CASTELLS, 1999, p. 255).

De fato, a homoparentalidade e homoconjugalidade têm se tornado uma grande bandeira de luta, Em Feira de Santana, na Bahia, o III seminário sobre diversidade sexual, ocorrido em 2005, escolheu como tema a homoparentalidade e adoção.

Além das tradicionais palavras de ordem em defesa da diversidade sexual e da luta contra o preconceito, várias paradas trouxeram para as ruas em 2004 o tema da família. Em Curitiba, a palavra de ordem foi “Família, Orgulho e Respeito”; no Rio de Janeiro, “União Civil Já!”; em Blumenau, “Homossexualidade, Um Assunto Familiar”; e finalmente, em São Paulo, “Temos Orgulho e Família”. (CARRARA, 2005 p.13).

No entanto a idéia de que o movimento completou sua cadeia evolutiva. Ela é infeliz, dando sentido de que o auge foi alcançado e que esse auge corresponde a uniões monogâmicas estáveis. A própria diversidade de arranjos conjugais contradiz a afirmação de que o movimento gay persegue a família patriarcal. Sem mencionar todos os outros problemas que uma perspectiva evolucionista indicada pela expressão ‘cadeia evolutiva’ possa implicar.

Outros autores assinalam ainda que, em alguns países, no final da década de 80, começa a haver uma “legalização” das uniões monogâmicas estáveis como uma estratégia para estimular relações monogâmicas e com isso estabelecer um controle maior sobre a epidemia da AIDS, além de facilitar o amparo legal no caso dos “viúvos” em decorrência desta doença.

(...) países do norte da Europa- Dinamarca, Suécia e Noruega – começam a reconhecer, a partir do final da década de 80, estatuto legal as relações amorosas estáveis, entre gays e lésbicas, inclusive sob o argumento de que a iniciativa fortaleceria o estabelecimento de relações monogâmicas e duradouras, contribuindo para a diminuição das possibilidades de infecção pelo HIV, além de assegurar o amparo legal aos parceiros de homens mortos em decorrência da epidemia. (MELLO, 2005, p. 203, grifos meus).

Essa tática é demasiado ingênua. Ao acreditar que relacionamentos estáveis favorecem, necessariamente, a monogamia e, assim, o controle da AIDS, subliminarmente advoga-se a idéia de que sexo seguro, esse sim eficaz na prevenção, é o mesmo que relação estável e estas, por sua vez, iguais à monogamia. A observação do número de mulheres heterossexuais, monogâmicas que hoje são vítimas do HIV permite entender a crítica que formulo aqui.

Por outro lado, esta argumentação favorável às relações monogâmicas estáveis como estratégia de prevenção ao HIV/AIDS ignora ou relega a segundo plano o esforço que a militância gay fez e faz pelo reconhecimento da união civil entre homossexuais, colocando-a como uma dádiva com vistas ao controle de uma epidemia.

É igualmente pertinente pensar a exibição da conjugalidade gay como fruto de uma maior liberalidade que os homossexuais vêm conquistando nas últimas décadas que “teve entre outros efeitos, o de permitir uma diversificação dos modos de vida e das aspirações dos gays.”(BOZON, 2004, p.55). Contudo, não pretendo aqui deliberar sobre a razão que levou à seleção da conjugalidade como bandeira de luta, até porque esta deve ser múltipla. O fato é que após um primeiro momento de ‘desbunde’ e auto-afirmação em torno do questionamento de valores heterocentros, a questão do casamento gay e o combate à violência homofóbica têm se tornado as principais bandeiras do movimento gay organizado.

Já em 1984, o II Encontro de Homossexuais Organizados tematizava a legalização do casamento gay e o VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas (em 1995) contou com uma oficina sobre amor intergeracional, o que nos dá notícias de quanto o movimento homossexual já estava atento às questões relativas a conjugalidade entre homens muito antes da deputada federal pelo PT, Marta Suplicy, apresentar, em 1995, a proposta de

regulamentação das uniões homossexuais como uma parceria civil, instalando o debate nas esferas jurídico, política e midiática²³.

Interessa saber como os homossexuais, ativistas ou não, se relacionam com essas novas bandeiras de luta, como incorporam elas nas suas vidas íntimas, enfim como problematizam suas vidas e seus afetos.

Nos primórdios do movimento, a questão da homossexualidade era percebida como um estopim para uma revolução social ampla, enquanto os “não organizados” tendiam a pensar nele mais em termos de direitos civis a serem conquistados dentro da estrutura social existente (MACRAE, 1990). Esse dissenso não se apresenta apenas entre ativistas e não ativistas, nem tampouco é restrito ao contexto brasileiro, “a história de suas divergências pode ser verificada ainda quando eles nem tinham a dimensão que ganharam nas últimas décadas” (OLIVEIRA, 2004, p. 165)

Nos idos da década de 70, a vida cotidiana era um importante tema de debate:

Pensava-se que a revolução devia começar dentro de casa, mexendo em grandes tabus –tais como a vivência monogâmica e a possessividade no amor (...) também era comum discutir-se sobre a relação com nosso próprio corpo, pensando numa sexualidade mais terna e menos genitalizada.(TREVISAN, 2004, p.349).

Vejamos o seguinte diálogo extraído de uma entrevista que de certa forma apresenta alguns elementos dessa discussão:

Raul:-... A gente tinha meio que estabelecido não abrir brecha, acho que porque, aí deixa eu te dizer, esse casal de amigos que eu morei em Brotas, né? Era um casal que era assim, vinha com uma história meio conflituosa entre eles por conta da proposta de um casamento aberto, que foi uma coisa que durante um tempo, é...Vigorou muito, né? E que hoje em dia eu vejo com uma certa... Também voltando com certo...

²³Só para dar alguns exemplos, o numero 40 da revista Sui e Generis, traz na sua reportagem de capa uma matéria intitulada: ‘Família Gay, a homossexualidade atinge a última fronteira’. Enquanto a Veja, em junho de 2003 lançou uma edição tematizando a vida de homens e mulheres que resolveram assumir sua homossexualidade numa vida a dois.

Entrevistadora:- Mas você fala vigorou, entre, entre...Homossexuais?

Raul: - Entre gays, a história a história de ah! Ter relação aberta, que era a galera que tava vindo aí da década de setenta, dos questionamentos, do né? Enfim... E que a aids deu uma freada nisso tudo.

Rosângela: - Hum, hum.

*Raul: - E aí o que é que ocorre: eles tinham essa história e **como era um desastre** e a gente via pessoas que a gente gostava tanto, porque a gente andava os cinco, era assim, éramos eu e ele um casal e os outros três era a história do casamento aberto (...) e a gente transitava aí dentro.*

Rosângela:- ah! Tá era um triangulo amoroso.

Raul Rios:- e a gente transitava aí dentro

Rosângela:- E era um desastre em que sentido?

*Raul: - Por que havia ciúmes, havia disputa, havia um certo... É... Um certo soltar veneno, sabe? Um pro outro assim, mas de uma coisa muita velada, muito sutil, muito... E eu acho que assim pelo menos isso me marcou muito dentro dessa, porque foi com esse contato desse mundo gay que eu fiz contato e aí se eu já tinha essa coisa que eu trazia comigo, que eu te falei antes de valores coisa e tal e eu disse pra mim: **eu não quero isso pra mim, não preciso disso, não é assim que eu quero viver, isso aí eu tenho plena consciência, então assim, era mesmo vamos ser um casal monogâmico...**" (Raul Rios, 40, casado).*

O diálogo acima demonstra como operavam os valores entre gays militantes e gays não militantes, "Os militantes acentuavam a liberalidade sexual como forma de questionamento do autoritarismo, mas no gueto as coisas eram menos liberalizadas. Essa liberalidade mais comum entre homens que entre mulheres. Nisso os homens homossexuais não parecem ser muito diferentes dos heterossexuais" (MACRAE, 1990, p. 297).

Hoje observando os temas que preocupam os homossexuais percebe-se uma mudança radical: o corpo já não é mais problematizado, os gays estão cada vez mais enquadrados, ou buscando se enquadrar, a modelos de beleza e consumo da média da população, sem que isso seja tematizado criticamente. Assim como as relações 'conju'gays' e a homoparentalidade homossexual estão na agenda de grupos e organizações gays.

O cenário gay, em si mesmo, também mudou substancialmente em Salvador. Podemos falar que se consolidaram verdadeiros circuitos gays. O mais antigo deles é a Avenida Carlos Gomes, situada no centro da cidade, ele medeia um circuito homoerótico do qual fazem parte

o Beco dos Artistas, travessa que concentra alguns bares GLS²⁴, no Garcia; o Barris, bairro que também abriga algumas agências gays, como duas saunas e pelo menos um bar com frequência mista ou GLS. Além do Largo Dois de Julho que possui alguns bares e motéis de tendência GLS, casas de pensão de travestis e prostitutas.

Entre todos esses sítios, o principal é a Avenida Carlos Gomes, embora já não ostente mais mesmo prestígio de décadas anteriores, ela ainda é uma grande referência para o cenário homoerótico soteropolitano. É nesse endereço que em geral os personagens desse estudo se encontram ou desencontram na tentativa de efetivar suas buscas amorosas.

Outros espaços de interação homossexual existem, como boates na Barra, o porto da barra e o Cristo, barracas de praia em armação (Arruba) ou em Estela Mares, como a cabana do Gaúcho, e alguns bares na periferia ou orla marítima:

Eu tava falando disso. Como era muita novidade, ali na Barra tinha um, tinha um bar que era dos meninos da Companhia Baiana de Patifaria, era o Volúpia, a rua da Lama aquilo ali, que era, tinha milhões de bares e alguns bares de, assim... Não eram predominantemente bares gays, mas bares é... Com uma frequência muito mista e indefinida, uma tribo muito misturada (...) fui há umas duas semanas atrás ali, num bar, ali na Barra que chama Da Vince que é uma espécie de café restaurante que é um lugar marcadamente gay. (Raul Rios, 40, casado).

Mas o fato é que nenhum destes se consolidou tão fortemente enquanto território gay como a Carlos Gomes. Lá a maioria desses espaços nos lembra que estamos num local ímpar e por vezes de exclusão social; luzes embaçadas, pouca ventilação criam um espaço a um só tempo favorável à intimidade, mas também de intimidação, para as pessoas que vão dançar, beber e, sobretudo namorar.

Atualmente, quando começa a se esboçar alguma tolerância para com os homossexuais, outros espaços surgem com uma tônica diferente, se lá opera a lógica de ocultar algo que só se apresenta para os entendidos, nos novos espaços de interação e sociabilidade gay a regra é exhibir bandeiras e signos. Esse exibicionismo certamente é credor de todo o esforço que homossexuais e lésbicas fizeram e fazem para garantir sua liberdade de expressão, mas

²⁴ Sigla utilizada pelos gays para designar a expressar a tríade Gays, Lésbicas e Simpatizantes.

também pode ser atribuído, em um certo grau, a uma exploração comercial que atualmente atua sobre o homoerotismo.

Não raro nos chegam notícias de espaços comerciais, como bares e restaurantes, que se dizem GLS, mas onde seguranças e outros funcionários ofendem, maltratam gays e lésbicas ou impedem expressões de homoerotismo, evidenciando uma contradição inexplicável entre seu discurso organizacional e sua prática.

Concluindo esse esboço do cenário da movimentação gay nas últimas quatro décadas, pode-se perceber as mudanças que aconteceram desde a fundação do movimento gay no Brasil na década de 70, mudanças por vezes contraditórias, que apontam avanços e retrocessos, continuidades e rupturas. O fantasma da Aids como doença gay está cada vez menos presente, a visibilidade homossexual cresceu como nunca, a mídia veicula imagens cada vez mais imagens sobre o assunto.

Ainda assim, esses homens são impedidos de doar sangue²⁵; ainda hoje casais gays são impedidos de freqüentar bares e praias de nudismo²⁶; são censurados, espancados nas ruas e até em casa e têm que esconder seu desejo e jeito de ser para evitar a violência homofóbica, que aumentou²⁷, segundo denúncias dos ativistas. A parceria civil, também conhecida como casamento gay, não foi aprovada pelo congresso nacional e, idéias preconceituosas relativas ao universo gay persistem, e de tão repetidas, são até reproduzidas pelos próprios.

²⁵ A resolução nº 153/2004 expedida pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) considera homens que tiveram relações sexuais com outros homens inabilitados para doar sangue por um ano.

²⁶ Na manhã de cinco de janeiro de 2004 a reserva naturalista de Massarandupió, no município de Entre Rios, Bahia, foi tomada por grupos de militantes gays que protestavam contra o impedimento de gays de permanecerem na praia. A Defensoria Pública do Estado da Bahia determinou depois que, a partir de março, do mesmo ano a freqüência de gays fosse liberada. O episódio foi registrado pela imprensa e também por um divertido cordel, intitulado 'Os gays que quebraram o pau numa praia da Bahia' escrito pelo poeta e cordelista Jotacê de Freitas.

²⁷ Enquanto na década de 80 contabilizava-se a média de um assassinato de gay, lésbica ou travesti a cada quatro dias já no final da década de 90 já se estimava a morte de um homossexual no mesmo intervalo de tempo, esse aumento pode ser fruto da crescente intolerância ou reflexo da maior visibilidade que as demandas homossexuais têm tido na mídia, ou ainda, dos dois fatos se retroalimentando. Mas é certo que as cifras podem ser ainda mais penosas já que as fontes de registro desses crimes são apenas a mídia, a informação oral e alguns poucos centros de defesa homossexual que funcionaram quase que experimentalmente em Estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiânia e Brasília.

Se o movimento gay não é um simples movimento em defesa de direitos, mas a expressão de questionamentos sobre o ordenamento da sexualidade através do dispositivo da sexualidade, deve-se concluir que há uma propensão implícita no movimento gay em subverter a ordem patriarcal e destituir a repressão sexual, em promover o esmaecimento das fronteiras sexuais, a reestruturação da família, e a ressignificação de conceitos como amor, sexualidade, gênero, poder e até mesmo do sentido da identidade. Embora não haja consensos no interior do movimento gay sobre o entendimento do seu papel social, esses temas:

Tocam nos centros nervosos da repressão e da civilização, (por essa razão) o horizonte que se abre à frente dos movimentos gay e lésbico é tumultuoso (...) Mesmo assim, se a experiência vivenciada no último quarto de século tiver algum valor indicativo para o futuro, o poder da identidade se reveste de mágica quando tocado pelo poder do amor. (CASTELLS, 1999, p 257).

3.2 - RELAÇÕES “CONJUGAYS”

Por tudo isso, a conjugalidade entre parceiros do mesmo sexo tem criado polêmica e surpresa. Alguns setores do movimento gay, sobretudo em São Francisco, criticam os casamentos estáveis de sucumbirem a uma lógica de dominação que oprimiu gays e lésbicas por anos a fio.

Discute-se dentro e fora do movimento se tais preocupações não significariam um recrudescimento do potencial transformador do movimento; essa querela é também atravessada por critérios mal definidos de promiscuidade e, por conta disso, de certa forma essas críticas reforçam um imaginário que hoje muitos homossexuais querem negar.

Contrariando a caricatura do homossexual promíscuo e irresponsável as atuais reivindicações do movimento gay, e mesmo os registros de profissionais que atuam no campo da terapia e estudo de casais (FÉRREZ-CARNEIRO, 1996, MELLO, 2005), indicam que, cada vez mais, os casais homossexuais têm estabelecido vínculo com configuração comparável ao da família

heterossexual moderna. Esses relatos levam a concluir que as atribuições que enfrentam esses casais são, em muitos aspectos, similares às de qualquer casal.

Outros estudos (ALMEIDA NETO, 1991) indicam alguma semelhança entre os padrões heteroeróticos e homoeróticos, enfatizando algumas dificuldades específicas que os casais homoeróticos enfrentam por causa de eventos determinados pelo preconceito e pela falta de regras e rituais estabelecidos tais como, casamento e divórcio. Outros ainda (HEILBORN, 2004) tentam mostrar as experiências de conjugalidade entre pares homoeróticos masculinos e femininos, comparando-as com o modelo heterossexual em diversos aspectos relevantes para a constituição do casal como “escolha do parceiro, separação, eventuais relações extraconjugais, cotidiano doméstico, motivos de acerto e dissensão na vida a dois, linguagem amorosa, redes de amigos, tipos de lazer” (HEILBORN, 2004, p. 81). Consideração importante é que este trabalho se restringe a um tipo de arranjo conjugal que a autora denomina casais igualitários, em oposição a um outro arranjo que pode chamado hierárquico. Casais igualitários, em uma definição bastante sintética, são aqueles que adotam uma “predisposição ética para a não demarcação entre os gêneros” (HEILBORN, 2004, p. 117)

No Brasil o reconhecimento jurídico da união entre pares de lésbicas e gays é reduzida. E essas uniões são tratadas do ponto de vista comercial, negligenciando quase sempre o aspecto afetivo contido nas mesmas. Geralmente reconhece-se uma sociedade de fato, e não uma união baseada no afeto e na sexualidade como as parcerias heteroeróticas são consideradas. Essa interpretação mercantil dos relacionamentos homoeróticos traz conseqüências desfavoráveis no que tange às decisões judiciais em casos de herança e guarda de menores criados entre parceiros do mesmo sexo.²⁸

Em todo o mundo, gays e lésbicas dão, cada vez mais, mostras da construção de uma instituição familiar nova. Quanto às formas de vivenciar suas emoções nesses relacionamentos, adota-se quase sempre uma linguagem²⁹ amorosa forjada na experiência de amor romântico ‘heterocentrado’.

²⁸ Algumas exceções evidentemente existem. A mais conhecida delas foi a que deu a guarda do filho da cantora Cássia Eller para sua companheira Maria Eugênia.

²⁹ Quando falo em linguagem aqui pretendo me referir não apenas a modos gramaticais de falar, mas a modos de subjetivar e de atuar no mundo.

A transposição dessa “linguagem heteroerótica” para a experiência homoerótica não se faz impunemente. Costa (1992), refletindo sobre suas conseqüências, afirma que há toda uma impregnação da moral cristã angustando estes parceiros, e que, na ausência de um vocabulário amoroso específico, os indivíduos homorientados se vêem obrigados a adotar, paradoxalmente, uma linguagem que os deprecia pois “tudo que parece sublime ou edificante na boca de um homem ou de uma mulher, ao se dirigirem um ao outro na situação amorosa, soa grotesco, ridículo e “aviadado” na boca de um homossexual” (COSTA, 1992, p. 94).

Diante de tal situação três alternativas não excludentes entre si, são presumíveis. Uma é o que aqui no Brasil é denominado de ‘fechação’, consiste em um comportamento propositadamente escandaloso e exagerado, uma caricatura dos próprios estereótipos que a cultura hegemônica impõe. Há certa dose de humor e sarcasmo nessa que é uma tentativa lúdica de rebater o preconceito.

A segunda alternativa posta é a formação de guetos, ou seja, ambientes de circulação exclusivamente homossexual, com valores e normas diferenciados dos demais espaços. Essa escolha guarda desvantagens, entre elas, a de segregar e excluir construções identitárias que fujam aos estereótipos esperados pelo gueto. Por fim, resta a alternativa de um estilo de vida marcado pela depressão crônica, sentimentos de despertencimento e inadequação gerados pela opressão da moral heterossexual.

Antony Giddens (1993) faz um balanço das transformações causadas pela modernidade nos relacionamentos afetivos, na estruturação da família e nas vivências sexuais, enfim na intimidade. O autor advoga que frente às mudanças no modo de produção material engendraram-se novas formas de subjetivação de modo que hoje o eixo que liga pessoas num casamento, não é mais da ordem do econômico e sim afetiva e sexual.

Assim, o afeto junto com a atração ou o prazer sexual tornaram-se a base sobre a qual se idealiza que deva estar estruturado o casamento. Essa alteração, aparentemente sutil, produz conseqüências muito amplas. Pela primeira vez a sexualidade se vê livre da obrigação de gerar filhos e, dessa forma, um casamento entre dois homens ou duas mulheres é uma possibilidade tão legítima quanto o de uma mulher com um homem, desde que esteja pautado

em valores como amor e prazer. Essa nova estruturação familiar ainda não é um padrão estabelecido na sociedade. O que se pode afirmar é que há uma profusão de novas formas de família e até parentalidade³⁰ sendo experimentadas, entre elas a conjugalidade homossexual.

Identificar essas **transformações** que estão ocorrendo **na família** e no casamento talvez seja útil para a compreensão das relações estáveis entre pessoas do mesmo sexo. Começemos pela idéia do amor como laço que une pessoas.

O casamento por amor é uma coisa recente. Antes o que havia eram arranjos político-econômicos entre famílias com vistas à manutenção ou aumento de seus patrimônios,

O ideal e a prática do casamento por amor impuseram-se no começo do século XX: esse tipo de casamento significa, por um lado, o fim das negociações entre famílias, substituídas pela escolha pessoal dos cônjuges, e por outro, que a única razão dessa escolha é o sentimento amoroso. (BOZON, 2004, p.48).

O mito do amor romântico, porém, é mais antigo. Ele surge por volta dos séculos XVII e XVIII, e tem seu auge no século XIX. A partir daí o amor passa a ser considerado elemento imprescindível para o casamento feliz.

Juntamente com o mito do amor romântico o que está presente é um ideário individualista que faz crer no livre-arbítrio para escolher (e ser escolhido) com quem viver e amar, essa liberdade guarda algumas limitações que serão apontadas quando falarmos sobre critérios de

³⁰ O neologismo homoparentalidade [homoparentelité] foi criado na França em 1996 pela Associação dos Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicos (APGL), ele designa, ou tenta designar, as novas relações de parentesco que homens e mulheres homorientados podem estabelecer referindo não apenas a paternidade e maternidade mas a parentela em geral. No mundo anglofôno, fala-se em lesbian and gay families ou lesbian and gay parenthood, mas ainda faltam palavras para expressar as diversas composições de uma família homoparental. Podemos elencar pelo menos cinco modos de se compor uma família entre homossexuais:

1. Aquelas recompostas a partir da dissidência de um casamento heterossexual onde pelo menos um dos cônjuges já tinha filho.
2. Inseminação artificial (artesanal ou medicalizada).
3. Adoção (judicial ou espontânea)
4. Co-parentalidade, isto é homens gays ou amigos heterossexuais fecundam mulheres, lésbicas ou não, ou estas gestam filhos para casais gays.
5. Gestação por outrem para adoção futura. Aqui no Brasil essa prática, proibida, é conhecida como barriga de aluguel.

O fenômeno é, novo, complexo e prolixo em seus desdobramentos, um filho de uma parceria homoerótica pode chegar a ter até quatro pais, de modo que as suas conseqüências para a psique individual e para as formas de convívio social ainda estão por ser pensadas.

escolha conjugais. Continuemos por enquanto revistando o desenvolvimento da associação entre amor e conjugalidade.

3.2.1 - A LONGA JORNADA DO AMOR CONJUGAL

As relações entre os sexos sempre foram vistas como hierarquias que espelhavam relações sociais. Na ética a Nicômaco de Aristóteles havia dois tipos de amor: um amor erótico, necessariamente estabelecido entre desiguais (homem/mulher, eraste/erômeno) e a *philia* estabelecido, necessariamente, entre iguais, no entanto, sem envolvimento sexual.

“A primeira grande tentativa de pensar a relação amorosa mútua entre homem e mulher aparece por volta do século XII” (BOZON, 2004, p.32), mas essa reciprocidade só era possível através de outra hierarquização: A mulher, no amor cortês, sempre pertencia a um estrato social superior ao do homem, e a relação deste para com ela assemelhava-se à relação de susserania e vassalagem, reproduzindo, ainda que de modo inverso, as relações de desigualdade sociais entre os sexos.

Durante o século XVII, iniciou-se um processo que acabou transformando o amor não apenas em um sentimento esperado entre cônjuges, mas na própria razão de uma escolha realizada pelos interessados. O amor deixou, então, de ser um apanágio das relações extraconjugais, mas foi apenas no século XX, ao termo de uma longa evolução, que a Igreja católica proclamou o amor entre os cônjuges o fundamento do casamento, e a relação sexual uma expressão do amor conjugal (BOZON, 2004, p.33/34).

Se o amor, como muitos crêem, é um mito, uma ilusão, surpreende que, numa época onde prevalece a racionalidade, o amor, ou ideal dele persista. Isso se dá, talvez, porque ele tornou-se o último domínio onde ainda se pode falar em encantamento do mundo. A experiência de enamoramento parece nos levar a um mundo à parte, uma ilha perdida:

Um mundo fechado e totalmente autárquico em que se dá toda uma série contínua de milagres: o milagre da não-violência, que torna possível a instauração de relações baseadas em total reciprocidade e autorizando o

abandono e a retomada de si mesmo; o milagre do reconhecimento mútuo, que permite, como diz Sartre sentir justificado o próprio existir, assumido, até em suas particularidades mais contingentes ou mais negativas, na e por uma espécie de absolutização arbitrária da arbitrariedade do encontro (...), o milagre do desinteresse, que torna possíveis relações desinstrumentalizadas, geradas pela felicidade de fazer feliz, de encontrar no encantamento do outro, e sobretudo no encantamento que ele suscita, razões inesgotáveis de maravilhar-se. (BOURDIEU, 2002, p. 130/131).

Os interlocutores dão testemunho dessa idéia: “Mas o meu prazer maior consiste em que? De eu saber que alguém sente prazer por mim e eu tô satisfazendo aquela pessoa. Aquela satisfação daquela pessoa já é satisfação pra mim, ta entendendo como é?” (Raul Castro, 36, separado)

Todos traços, levados a seu mais alto grau, da economia das trocas simbólicas, cuja forma suprema é a doação de si mesmo e de seu corpo, objeto agrado, excluído da circulação mercantil e que, por suporem produzirem relações duradouras e não instrumentalizadas, opõem-se diametralmente (...), às trocas do mercado de trabalho, transações temporárias e estritamente instrumentais entre agentes indistintos, ou seja, indiferentes e intercambiáveis – cujo amor venal, ou mercenário, verdadeira contradição nos termos, representa o limite universalmente reconhecido como sacrilégio” (BOURDIEU, 2002, p. 130/131)

Não satisfeito com essa reflexão apaixonada, o autor prossegue:

(...) baseado na suspensão da luta pelo poder simbólico que a busca do reconhecimento e tentação correlativa de dominar suscitam, o reconhecimento mútuo pelo qual cada um se reconhece no outro e o reconhece também como tal pode levar, em sua perfeita reflexividade, para além da alternativa do egoísmo e do altruísmo ou até da distinção do sujeito e do objeto, a um estado de fusão e de comunhão, muitas vezes evocado em metáforas próximas às do místico, em que dois seres podem, “perder-se um no outro” sem se perder. (...) ele entrega livremente sua liberdade a um dono que lhe entrega igualmente a sua, coincidindo com ele em um ato de livre alienação indefinidamente afirmado (através da repetição, sem redundância, do “eu te amo”). (BOURDIEU, 2002, p. 132/ 133).

É até bela a idéia do estar preso por vontade, da servidão voluntária e espontânea. Ela já foi inclusive cantada por poetas e trovadores. Cabe perguntar se este ‘ato de livre alienação’ não

seria um eufemismo para substituir o termo dominação simbólica? Dito de outra maneira, como saber distinguir quando essa livre alienação se transforma em dominação e violência simbólicas?

A percepção dessa diferença muda conforme a perspectiva de cada sujeito e das circunstâncias em que estes se encontram. Vejamos:

Rosângela: - Me fale um pouco mais sobre essa pessoa, você já disse que era casado com uma mulher, ele era mais velho que você?

Camilo: - Um pouco mais velho, seis, sete anos mais velho que eu.

Rosângela: - Em termos de cor, de classe?

*Camilo: - Cor morena, de um metro e oitenta, bem apessoado, bonito, depois eu lhe mostro a foto dele...E, é, **era uma pessoa que me dominava, na verdade dominava, menino inexperiente, ele tinha uma influência muito grande, sabe?** É...Fazia questão de manter segredo de tudo, muitas vezes evitava até da gente andar junto na rua, que não queria ser visto, era uma coisa ruim sabe? Hoje analisando friamente, era uma coisa muito desagradável, mais eu aceitava aquilo, eu queria aquilo...Alguns amigos até me orientavam, dizia: Camilo, isso não é relação Camilo, mas eu queria, eu teimoso queria, vivia aquilo, queria aquilo, né? Porque era muito bom sexo, era muito bom, queria era me divertir, mas minha irmãzinha, foi duro, quando a coisa começou realmente a ficar séria, pesar na minha cabeça, o prazer foi todo embora e aí (...), **foi muito ruim esse tipo de coisa, esse tipo de dominação, é uma ação de dominação, é em todos os sentidos...** (Camilo, 33, separando)*

Mas Bourdieu está atento a essa fragilidade da experiência amorosa, pelo menos nesses termos tão idealizados:

(...) não há dúvida de que só muito raramente o encontramos em sua forma mais perfeita, limite quase nunca atingido – chega-se a falar no caso em “amor louco” -, ele é intrinsecamente frágil, porque sempre associado a exigências excessivas, a “loucuras” (não é por nele se investir demasiado que o casamento se vê tão arriscado ao divórcio?), e sem cessar ameaçado pela crise que suscita o retorno do cálculo egoísta ou em simples consequência da rotina.(BOURDIEU, 2002, p. 130).

3.2.2 - NOVAS FAMÍLIAS, OUTRAS PALAVRAS

Se os índices e estatísticas de divórcio, separação e de núcleos familiares unipessoais exprimem o grau de “descrença no casamento e na família como projetos indiscutíveis de vida dos agentes contemporâneos” (OLIVEIRA, 2004, p. 106). Porque gays, aparentemente na contramão da história, levantam o casamento como bandeira de luta?

A tendência à dissolução dos casamentos não é necessariamente um indício de sua desvalorização. Os dados de recasamento atestam que “só aparentemente a expansão do divórcio contraria o valor alocado ao casamento, ele é tão importante que se busca refazê-lo” (HEILBORN, 2004, p. 122)

Se perseguem o casamento, isso também não significa que os gays façam baseado no modelo heterossexual podem perfeitamente inventar modelos.

Se não estão na contramão da história, seriam então arautos de novas formas de conjugalidade, amor e relacionamento mais igualitário como querem crer alguns? Seria precipitado dizer que esses relacionamentos são mais ou menos igualitários, mas não se pode negar que algo de novo está sendo engendrado.

Tão novo que homossexuais têm dificuldade em nomear suas relações. Para BOZON “(...) os casais homossexuais permanecem casais à parte, que não necessariamente moram juntos e, com maior frequência do que os casais heterossexuais, apresentam-se abertos para parceiros de fora” (BOZON, 2004, p.55). De fato, muitos homens que se consideram casados não compartilham o mesmo domicílio que seus cônjuges. A estabilidade no tempo e a intensidade do vínculo afetivo figuram como importantes critérios de demarcação da conjugalidade.

Há também aqueles homossexuais que mantêm vínculos duradouros com outros homens às escondidas ao mesmo tempo em que ostentam socialmente casamentos heterossexuais, algo similar às relações extraconjugais na norma heterossexual, mas motivado por coisas diversas, quer seja pelo temor das presumidas retaliações sociais quer seja por uma incorporação da

homofobia. O fato é que esses homens vivenciam relações clandestinas, que nomes se pode dar a essas situações senão enrolado, amigado, confusa...

“Eu, nessa época, conheci uma pessoa que veio a ser um relacionamento de três anos, particularidade desse relacionamento é que ele era casado com mulher” (Camilo, 33, separando).

Na cabeça dos homossexuais passam as questões sobre quando uma pessoa se considera casada com outra. Quando usa uma aliança ou mora junto? Será que um casamento gay, precisa necessariamente passar pela bênção de um padre, pastor ou juiz de paz? Será que o casamento está mais vinculado às questões emocionais, relações de parceria e objetivos de vida em comum ou a vivências e partilhas reconhecidas pelas instituições sociais externas ao casal? (PICAZIO, 2006). Enfim, o que é afinal, um casal gay? Em que ele se diferencia dos demais casais?

“As mudanças conjugais contemporâneas traduzem uma definição institucional antiga do casamento para uma definição interna amplamente subjetiva do casal” (BOZON, 2004, p.480).A sexualidade parece ocupar um espaço privilegiado nessa definição:

*Aí fiz isso, a gente tentou várias vezes ele me procurou, disse que queria que eu desse uma chance a ele, mais uma oportunidade, eu dei, mas aí a emoção já não era a mesma, já tinha morrido a emoção, tinha o carinho, o respeito muito grande que ele era uma pessoa maravilhosa comigo, me ajudou muito, eu cresci muito com ele, mas o amor já...**O tesão, não foi nem o amor foi o tesão mesmo, sabia? O tesão já...(...)** O amor fica, ele fica, ele perdura por um bom período ainda.(...) **Não adianta não teve tesão, não há relacionamento.** (silêncio) e foi. (Ernesto, 38, separado).*

Mas nem só de sexo e tesão vivem dois rapazes que se casam. Esperam do parceiro segurança ontológica e existencial, esperam, sobretudo, “*reconhecimento mútuo, troca de justificações de existência e razões de ser, testemunhos recíprocos de confiança, signos, todos, da total reciprocidade*” (BOURDIEU, 2002, p. 130)

(...), mas que bate aquela vontade de ter alguém do lado, todas as pessoas tem carência viu, qualquer ser humano sente uma carência de ter uma pessoa do lado, de tá no dia-a-dia, se preocupar, porque o amor, o sentimento cobra

isso, de você ter obrigações e devoções também, não é só de sexo, dividir os problemas, porque tem gente acham que homossexual não tem sentimento, como outro ser humano qualquer... (Raul Castro, 36, separado).

Para além do sexo e da afetividade o casamento é visto também como um compartilhar de planos práticos, de responsabilidades domésticas e, sobretudo, financeiras: “... Numa relação a dois pra mim, não tem essa só de amor, paixão, coisas idílicas não, numa relação a dois é um contrato, um contrato de duas pessoas a fim de um compromisso, de dividir a vida juntas...” (Camilo, 33, separando)

Em realidade, sexo, amor, compromissos financeiros formam um amálgama onde uma coisa interfere na outra:

Ele acha que o simples fato de nossa relação não ter dado certo foi puramente sexua. Ele acha que é sexual, que eu sou estranho, que ele fez tudo, que ele só fez gostar de mim, que é muito pouco gostar de mim, mas eu sou uma pessoa difícil e que ele não satisfaz e que ele acha que é puramente sexual e não é isso... (Camilo, 33, separando).

Outra importante referência para a definição de um casamento parece ser a coabitação. Entre os interlocutores dessa pesquisa todos coabitavam ou coabitaram com seus companheiros, exceto um que durante três anos esteve envolvido com um homem casado (casamento heterossexual). Contudo em uma pesquisa realizada na parada do orgulho GLBT do Rio de Janeiro em 2004, numa amostra de 265 entrevistados, 22,6% dos homossexuais declararam que estão casados, destes 21,5% coabitam, com o companheiro ou parceiro.

Isso mostra que os sentidos desse estar casado são muito diversificados e, como já foi dito, depende de uma definição muito particular do casal, não envolvendo necessariamente co-habitação. Do mesmo modo que coabitação não implica necessariamente a adoção da terminologia casamento, alguns parceiros preferem se declarar namorados ou outros termos correlatos, como amigados, enrolados etc.

Percebe-se ainda a ausência de rituais demarcadores que levem ao casamento. Frequentemente este se dá sem maiores formalidades, como, aliás, tem sido visto cada vez com maior frequência nas relações heterossexuais:

(...) começamos a namorar. Morávamos próximo, né? Praticamente no mesmo bairro. Eu morava na Centenário ele morava no Garcia, e a gente se encontrava quase todos os dias e, de repente, começou aquela história de passar final de semana, aí ficava mais estendia segunda, terça e quarta, aí ia embora quinta. (ri) sexta já voltava. (...) E aí foi, foi, quando eu vi ele já tava morando comigo. (Ernesto, 38, separado).

Neste caso, há que se pensar os motivos que levam a essa ausência de ritualização do casamento, um elemento importante é a rejeição social desse tipo de relacionamento:

Rosângela – E ele morava com a família e acabou deixando de morar com a família.

Ernesto – aí deixou de morar com a família.

Rosângela – Foi morar com Ernesto?

Ernesto – Foi morar com Ernesto. A mãe quase enlouqueceu.

Rosângela – É isso que eu ia perguntar.

Ernesto – (Ri) A mãe queria a morte.

Rosângela – A morte de quem, a sua?

Ernesto – A minha! A mãe queria meu pescoço na bandeja. Porque? Achando que fui eu o causador da...

O fato é que, em muitos casos, esses rapazes de uma condição de namoro passam rapidamente para a condição de casado, às vezes sem tempo de elaborar e amadurecer mutuamente acordos, metas, expectativas e sentimentos:

Rosângela – E antes dele morar com você, vocês namoraram quanto tempo?

Ernesto - Foi muito pouco, foi rápido coisa assim de mês, de dois meses no máximo. Essa historinha de namorar. Aí, quando se viu, tava grudado já morando junto. (Ernesto, 36, separado)

(...) Acredito que tudo aconteceu muito rápido, (...), eu fui meio que deixando a coisa acontecer, sem rédeas, né? Porque eu acho que quando você inicia a relação, existem coisas a serem negociadas né? Existem arestas a serem aparadas... (Camilo, 33, separando).

Em geral, a relação amorosa com uma pessoa resulta de uma atração mútua ou parcial “e essa relação de dois amantes sob a condição de absorção mútua leva, mesmo que inicialmente, a um isolamento psicológico de outras pessoas” (BARBOSA DA SILVA, p.126, 2005). No caso das relações entre pessoas do mesmo sexo, além dessa tendência ao isolamento psicológico, há também um isolamento social imposto pela discriminação sobre a orientação sexual e não é estranho que eles experimentem um amálgama de sentimentos contraditórios em relação ao objeto do amor, não obstante, é também nesse amor que esses eles encontrarão um dos principais núcleos e motivação para o enfrentamento da homofobia e do heterossexismo. Dois sujeitos que se amam e assumem decididamente essa condição podem se amparar e tornar o enfrentamento do preconceito uma tarefa muito mais amena.

De modo que o isolamento crescente dos amantes, motivado pela condição de enamoramento, vê-se reforçado pelo preconceito. Tal isolamento, quando é voluntário, não implica em problemas. As dificuldades se põem quando ele se dá por conta de manipulações psicológicas. Em tais circunstâncias podemos pensar em abuso, violência moral ou psicológica onde esse isolamento funciona, ao mesmo tempo, como abuso psicológico e como reforçador de outras modalidades de abuso.

Na ausência de um reconhecimento social, mesmo nas esferas íntimas dos companheiros como família e às vezes até amigos, inexistem instâncias de mediação e conciliação de conflitos. Tudo isso se encerra na díade que se vê sobrecarregada e desamparada. Essa clandestinidade tem conseqüências desastrosas em casos de violência e dominação. Exploraremos esse tópico no capítulo seguinte.

3.2.3 - PERFORMANCES DE GÊNERO, DIVISÃO DE TAREFAS DOMÉSTICAS, ACORDOS EM TORNO DE MONOGAMIA, FIDELIDADE E PRÁTICAS SEXUAIS.

As performances de gênero se reproduzem entre alguns dos entrevistados, evidentemente que não com todos, mas alguns casos são exemplares:

*Pedia pra poder **passar uma camisa**, pra poder arrumar as coisas pra ele que ele teria que sair mas ia voltar (...) o que me zangou foi que eu estava dentro de casa e não esperava, e ele chegou com ela e eu estava botando, **fazendo a janta**, estava aguardando por ele, ele chegar. Porque ele levou e no momento que ele levou eu não aguardava, tava à vontade dentro de casa, **limpando a casa**, já era umas cinco horas da tarde quando ele chegou. Ai ele pegou chegou com ela, e ele me chamou a atenção...(Raul Castro, 36, separado).*

A seqüência de fatos relatados acima (passar, cozinhar, limpar a casa, enquanto se aguarda o parceiro) nos remete a uma divisão de tarefas domésticas e a uma dinâmica de gênero que, até mesmo entre os casais heterossexuais, tem se tornado rara. Mas ela não constitui norma entre os casais gays, inclusive são alvo de conflitos entre alguns rapazes, que esperam uma relação menos hierarquizada, ou pelo menos, mais distante do modelo macho&fêmea.

Porque, primeiro porque eu não vivo com uma mulher, eu vivo com um homem e eu acho que o homem tem que ter alguma meta, ideal, algum plano, algum projeto, seja lá o que for, ninguém vive inerte, acordando, bebendo, comendo e dormindo, sem dar uma alavanca na sua própria vida...(Camilo, 33, separando).

Embora não se deseje conviver com as dicotomias de macho&fêmea, papéis esperados para um homem e para uma mulher ainda são polarizados. Alguns parceiros acreditam que essa polarização é fundamental para o equilíbrio do casal.

Há ainda importantes expectativas em torno da manutenção da monogamia e da fidelidade. Embora isso nem sempre se concretize, seu ideal se apresentou nas falas de todos os interlocutores. Em realidade, os assuntos fidelidade/monogamia, compartilhamento de responsabilidades domésticas e financeiras foram os principais motivos apontados para desacordos e ruptura das relações, e as tentativas de negociação desses temas foi um pretexto para os episódios de violências.

A descrição dos episódios de violência, e seus desencadeadores e desdobramentos é matéria do capítulo seguinte.

4. AMOR E ÓDIO / PRAZER E DOR

O objetivo deste capítulo é apresentar os tipos de violência mais recorrentes nos relacionamentos entre parceiros do sexo masculino e a percepção desses homens sobre estes eventos. Antes, porém, irei tecer considerações sobre condutas ou aspectos da cultura homossexual masculina e relacionamentos conjugais, que levam ao uso da violência em seus relacionamentos íntimos.

Acredito que a reprodução das dinâmicas de gênero e outras hierarquizações no mercado afetivo-sexual homoerótico criam o lastro necessário para a ocorrência de violências nessas relações, embora não explique inteiramente a agressividade entre esses parceiros. Por essa razão, antes de narrar os episódios de violência entre os rapazes que entrevistei, apresentarei uma descrição sintética desse mercado.

4.1 - NEGOCIANDO PRAZERES E PODERES

Quando se trata de escolha amorosa, deve-se considerar que há diversos fatores que a determinam. Embora se fale em liberdade de escolher e ser escolhido, a verdade é que essa autonomia é limitada por diversos critérios. Idade, raça, classe, grau de instrução e atributos de gênero são os principais elementos considerados.

No mercado dos prazeres homoeróticos, emergem padrões de escolha que merecem consideração. Trata-se da adoção de padrões estético-comportamentais similares à norma heterossexista, ainda pouco problematizados pelos homossexuais. Esse costume tem influência significativa nas relações conjugais e pode ser visto como uma forma de violência que estrutura e ordena as formas de interação entre essas pessoas, criando categorias preferenciais, ou, parafraseando Kimmel (1998), construindo simultaneamente homossexualidades subalternas em oposição às hegemônicas. Nesse sentido “raça, classe e gênero (gays e lésbicas) são profundamente operativos, tanto da constituição dos cenários,

como são relevantes para a realização do desejo e a construção de condições de segurança, ou vulnerabilidade, para violência e opressão” (PINHO, 2006.).

Já nos primórdios do movimento homossexual no Brasil, existiam dissonâncias entre categorias como as “bichas loucas”, “bichas pintosas”, travestis e os homossexuais mais discretos. Esse dissenso permanece na atualidade, e é agora renovado pela emergência de novas categorias. Dentro da comunidade gay, o tipo másculo, viril e forte se impõe atualmente como modelo hegemônico. Pode-se dizer que “o novo gay, másculo, seria o irmão antípoda do homossexual oitocentista, efeminado” (MELO, 2005, p. 200).

Pouco ou nada se discute sobre a imposição de modelos identitários pautados numa aproximação, cada vez maior, com o ideário heterossexual de masculinidade. Seria isso uma resignação do homoerotismo a padrões heterossexistas que neutralizam o seu impulso criativo, na medida em que elimina sua alteridade?

Essa é uma questão controversa e sem respostas definitivas, pelo menos num espaço destinado a descrever as formas de interação afetiva e conjugal entre gays, e as violências que aí se exerce. Mas o fato é que impera, cada vez com mais força, sobretudo entre aqueles homossexuais de classe média, esse padrão que não é apenas corporal, mas também relativo a comportamentos frente à ética e estética. Nesse sentido, são também modelos que ditam como se dão as relações afetivas, sexuais e conjugais entre esses homens.

Pode-se pensar também essa padronização como uma estratégia de defesa contra a virulência da intolerância homofóbica, na medida em que mimetiza o “desvio” com a “norma”. Mesmo que assim o seja, a estratégia de desvalorização do homossexual mais afeminado é problemática. A narração do episódio que se segue dá mostras disso.

Em uma situação em que estive com um dos meus interlocutores, em num espaço público, ele referindo-se a alguém que passava comentou: “olha só que bichinha mole, depois não quer receber churria” (SIMON, 30, separando). Churria – no linguajar gay significa escorraçar, fazer gozação, perseguir, intimidar. A pergunta que cabe aqui é: da churria para a agressão

física, qual a distância? Certamente muito pequena, é isso que o fragmento do texto do professor Líper evidencia:

Os locais de encontro homossexuais são dos poucos lugares ainda em que o racismo está presente de forma quase explícita. O homossexual negro, pobre, feio, mal vestido é violentamente discriminado. Aliás, a discriminação não ocorre só com negros. O que não é muito jovem ou muito bonito, dentro dos padrões de beleza clichê dos homossexuais, são discriminados, ridicularizados, apelidados, humilhados e agredidos, muitas vezes com violência. (LÍPER, 2005, p. 22).

Tal conjuntura de exclusão e violência não é um incidente, ao contrário, ela é a forma como costumeiramente se estruturam modos de pensar, agir, sentir e se relacionar no “mundo homossexual”. Daí porque insisto em apresentar o mercado afetivo homossexual como uma rede onde se tece e se estrutura as relações ‘conjugays’ e os episódios de violência entre parceiros homossexuais.

*Então eu gosto de falar de mundo com um sentido hermenêutico, como um horizonte de sentido, horizonte de antecipações. Esses mundos, como conjuntos de práticas e performances sociais e sexuais, interagem configurando o que eu gosto de pensar como uma Guerra dos Mundos Homossexuais. **De modo que as comunidades homossexuais, as que eu conheço, sobre as quais eu tenho algum tipo de informação, são construídas através da desigualdade, através do racismo, através da violência que as estruturam de modo determinante. Não é que a violência, a desigualdade e o racismo sejam um acidente, uma contingência, um desvio. Nossas comunidades existem, são estruturadas, têm suas regras de convivência baseadas na desigualdade. Como também (...) um roteiro determinado de relação afetiva e de performance sexual e subjetiva é possível justamente porque existe uma desigualdade. Então, desancorar o mundo homossexual, por exemplo, da estrutura das classes, é fechar os olhos para o que é muito evidente. Eu me pergunto se essa cegueira, para essa condição, não tem a ver com o próprio lugar de classe ou o próprio lugar racial daqueles que produzem as leituras sobre esses mundos. (PINHO, 2004, p. 131, grifos meus).***

À lista das homossexualidades subalternizadas apresentadas acima por Líper, pode-se acrescentar também o homossexual afeminado. Este se encontra em franca desvantagem no atual mercado afetivo/sexual. Em pesquisa realizada na 9ª parada do orgulho GLBT do Rio de Janeiro, numa amostra de 629 entrevistados, dos quais 265 eram homossexuais masculinos, fica claro que há “uma extrema valorização de atributos masculinos entre homens homossexuais, transgêneros e bissexuais, dos quais nada menos que 45,2% declararam

priorizar parceiros mais masculinos contra apenas 2,7% que disseram preferi-los mais femininos” (CARRARA, 2005, p.53).

Quanto à idade, de um modo geral, manifesta-se uma preferência por parceiros mais velhos, principalmente entre os homossexuais mais jovens, “chegando a ser de 41,7% entre os que tinham idades entre 15 e 18 anos” (CARRARA, 2005, p.52). Tal preferência se inverte à medida que a idade do respondente aumenta, isto é, os homossexuais mais velhos preferem parceiros mais jovens, constituindo uma configuração conjugal comum no universo gay: As relações interetárias ou intergeracionais.

A característica menos indicada como relevante para a escolha amorosa é a raça/cor. Aproximadamente 60% dos homossexuais masculinos se declararam indiferentes a esse critério de escolha. Devemos, no entanto, atentar para o fato de que se trata de uma declaração espontânea, feita no contexto de uma manifestação por direito à igualdade (uma parada gay), fato que certamente sugere respostas consideradas politicamente corretas. O mesmo comentário é válido para os demais critérios de escolha, mas causa estranhamento ter sido esse o item mais desvalorizado na declaração dos entrevistados que vivem num país sabidamente racista.

Na prática não é bem assim que se operam as escolhas. Quando convidados a responder sobre com quem estavam se relacionando no momento da parada essa indiferença ao pertencimento racial se mostrou bem menor:

Se, como vimos acima, apenas 13,5% declararam preferir parceiros da mesma cor/raça, uma percentagem bastante superior estava engajada em relações homocrômicas. Excluindo-se os que estavam sozinhos, temos que 52% dos entrevistados (menos os heterossexuais) mantinham relações com parceiros percebidos como da mesma cor/raça. A homocromia é mais significativa entre aqueles que se autoclassificam como brancos (CARRARA, 2005, p.56).

Não surpreende tal discrepância entre os critérios de escolha adotados e os declarados, se considerarmos que estamos num país que proclama o mito da democracia racial como verdade.

Outros critérios de escolha (nível de instrução e renda) são apresentados de forma geral. Isto é, não são apresentados dados específicos sobre a preferência de homens homossexuais, mas sim de todas as categorias que participaram da pesquisa (lésbicas, bissexuais e transgêneros), de modo que podemos informar que 40% do total de entrevistados declararam procurar parceiros com o mesmo nível de instrução, e 31% procuravam parceiros com a mesma renda.

O inter cruzamento de todas essas categorias de escolhas forma um quadro complexo. A escolha pautada em apenas um critério pode implicar em um “pacote” onde outros atributos já estão quase que automaticamente escolhidos. Por exemplo, o que significa para um homossexual mais jovem preferir parceiros mais velhos? Não estaria embutido aí um desejo de se relacionar com parceiros com nível de renda superior ao seu? Do mesmo modo, podemos nos perguntar sobre o sentido de se atribuir tanta importância a um perfil mais masculinizado de companheiros, “que não dão na pinta”, o que permite mais facilmente mimetizar sua relação afetiva numa amizade.

Esse inter cruzamento se torna ainda mais complexo se tentamos correlacionar os critérios de escolha e a identidade, ou melhor, as construções identitárias daquele que está escolhendo e ao mesmo tempo sendo escolhido.

Sem querer esgotar esse mapeamento dos critérios de escolha afetiva, acrescento que todos esses critérios acabam por constituir mecanismos de hierarquização, onde a diferença é vivida como inferioridade. Uma forma já clássica desse mecanismo no universo homoerótico se apresenta no dualismo onde atividade & passividade se associam a masculino & feminino

No Brasil, como em inúmeras outras culturas, os homens que desempenham um papel ativo na relação entre homens não são tradicionalmente designados como homossexuais e preservam de maneira total sua identidade masculina (...) essa representação do ato sexual como envolvimento do parceiro dominado remete, de forma ampla, à estrutura hierárquica da sociedade brasileira tradicional, como cadeia de dependências em que cada um é um membro de uma entidade (família, rede de clientela, etc) na qual depende de um protetor ou de um chefe e pertence a ele (BOZON, 2004, p. 21).

Bourdieu (2002) e Bozon (2004) lembram que as classificações dualistas ordenam tanto os corpos como todas as outras coisas no mundo ocidental, formando um sistema geral de

oposições (quente/frio; alto/baixo; primogênito/caçula; masculino/feminino; ativo/passivo). Dentro desta lógica estritamente binária e diferencial, o feminino está sempre assinalado pela inferioridade.

A dicotomia ativo&passivo é apenas uma, entre muitas formas de hierarquização dentro desse universo. “Bicha baixo astral”, “bicha mole”, “bichinha quá-quá-quá”, “pintosa” são termos freqüentemente enunciados pelos próprios gays para designar homossexuais, pobres, negros e aqueles pouco dispostos a mimetizar sua orientação sexual numa áurea de masculinidade.

Outras categorias subalternizadas são as bichas velhas e os ursos. Esses últimos são uma categoria de uso pouco freqüente em Salvador. São homens corpulentos, gordos e quase sempre cultivadores de seus pêlos. Essa classificação é comum nos Estados Unidos desde a década de 70 e se insinua no Brasil desde finais dos anos 80. Por aqui essa categoria se constrói, sobretudo, nas comunicações via Internet e nas regiões Sul e Sudeste.

Para resumir bastante uma questão longa e controversa, vamos dizer que ursos são homens gays ou bissexuais que fogem um tanto dos estereótipos do mundo gay, e que valorizam seus atributos masculinos e os de outros homens. Como as manifestações físicas mais visíveis da masculinidade são a barba e os pêlos no corpo, tais atributos costumam ser muito cultuados pelos ursos de um modo geral (...) há ursos de todas as idades, desde adolescentes até senhores de mais de 70 anos (www.ursosdobrasil.net, apud, TRINDADE, 2004, p. 191).

Essas categorias que escapam, ou não conseguem se adequar ao modelo físico e comportamental idealizado pelas novas formas de convivência do mundo gay têm diversas dificuldades no mercado afetivo.

*Depois tem uma coisa assim que eu acho também. Eu tenho um sobrinho que é gay, e como eu tô com quarenta, ele vinte e um, então a gente meio que às vezes troca ficha a esse respeito, o universo homossexual ele tem, que eu acredito que no hetero também tem isso, mas, pelo fato de ser gay, é no universo homossexual que eu quero tocar. **Existe uma crueldade do gay novo, bonito, sarado com o gay mais velho** que é uma coisa! Assim, eu sou obrigado a fazer academia por uma questão de saúde e coisa e tal e, eu percebo nas relações das meninas com as mulheres mais velhas, nos meninos com os caras mais velhos independente do gênero vejo isso muito claramente e o que é que ocorre, é... (...) Então acho que tem muito mesmo essa coisa da, da idade, da imagem... (Raul Rios, 40, casado).*

Parece que a categoria hegemônica no universo homoerótico hoje em dia é a Bárbie: homossexuais que passam boa parte de seu tempo em academias de musculação e, em alguns casos, fazem uso de anabolizantes para conseguir corpos másculos que se distanciem o mais possível dos signos de fragilidade (magreza, flacidez, velhice ou excesso de peso). Esse novo tipo de gay está fortemente afinado com as expectativas da sociedade capitalista, afora, é claro, por sua orientação sexual.

Não basta apenas ser forte para ser uma Bárbie, “No Brasil, ser uma bárbie requer também outras atitudes como controle dos gestos (...) a opção por roupas bem coladas ao corpo – e cabelo bem curto ou mesmo careca” (TRINDADE, 2004, p. 195). Como se vê, o modelo Bárbie não é acessível a qualquer gay, ele é um recurso restrito a uma classe, dado que implica um padrão de consumo relativamente alto. Exclui-se daí, também, os gays mais velhos. As bichas velhas, como são usualmente chamados os gays com mais de 40 anos, são um capítulo à parte no mundo gay, na medida em que nas relações homoeróticas a juventude opera como um bem de troca.

4.2 - ABORDANDO O HOMOSSEXUAL VELHO

De forma geral, “(...) a preferência pela juventude e antipatia pela velhice são recorrentes na história das concepções ocidentais sobre envelhecimento, ou pelo menos, constituem sentimentos disseminados na chamada cultura de consumo contemporânea” (SIMÕES, 2003, p. 417).

Essa disposição se acirra naquilo que se pode chamar ‘cultura gay masculina’, e se comprovam em expressões do jargão gay tais, como “bichas velhas”, que não raro vêm acompanhadas de adjetivos como asquerosa, nojentas, repugnantes, etc.

Assim duplamente desvalorizados (por sua orientação sexual e por sua condição etária), só restaria a esses homens duas opções: a primeira seria o que eles mesmos denominam de

“pagar pau”, ou seja, trocar favores materiais em troca de favores eróticos, e a segunda seria se conformar à “solidão dos moribundos”.

A passagem de uma entrevista com o jovem Pablo ao falar de suas expectativas futuras evidencia bem o que quero dizer:

(...) também não quero ficar um velho pagando mico, como eles falam pagando pau, ir pra uma praia ficar lá babando os meninos, entendeu?(...) um coroa, velho, acabado, mexendo com os meninos, sabe aquela coisa assim, nojento... (Pablo, 27, separado).

Evidentemente essa aterrorizante perspectiva não é a realidade de todos os homossexuais, mas é uma caricatura habitual no imaginário de boa parte dos gays, o que conforma comportamentos, expectativas e modos de viver na juventude.

Esse mesmo interlocutor, diante da certeza da velhice e da solidão que ela implica, decidiu que iria viver uma intensa vida sexual, enquanto era jovem e podia dispor de vários parceiros, pois na velhice teria pelo menos o que contar.

Também a literatura científica corrobora essa imagem GAGNON E SIMON (apud SIMÕES, 2003) argumentam que o envelhecimento implica em maiores crises para os homossexuais que para os heterossexuais, uma vez que esses últimos dispõem de um amparo familiar (filhos e cônjuges) mais sólido³¹. Tais assertivas estão imbuídas de uma visão da conjugalidade homossexual, que pressupõe a instabilidade emocional e ausência de solidariedade entre esses pares, ignorando todo um movimento da comunidade gay, se é que é possível chamar assim esse grupo, em estabelecer e terem reconhecimento de seus vínculos parentais com seus parceiros.

Já outros autores como WEINBERG E WILLIANS (apud SIMÕES, 2003), apresentam uma perspectiva mais otimista. Para eles, a velhice seria uma etapa onde o homossexual já consolidou sua opção sexual e alcançou alguma estabilidade socioeconômica que lhe permite

³¹ Como se a família heterossexual cuidasse realmente de seus velhos. Em muitos casos o que se vê como cuidado é o exílio em asilos, a exploração econômica, o desprezo e a violência.

maior tranquilidade que as etapas anteriores. Essa imagem parece coerente com aquele gay de classe média, meia idade que sai para “caçar” em busca de aventuras com outros homens, talvez mais jovens, com quem irá trocar bens materiais por bens afetivo-sexuais. Ou do gay que estabeleceu um vínculo duradouro com um parceiro com o qual construiu uma família.

Há ainda quem argumente que as crises que um homossexual enfrenta ao longo de sua vida são tantas, que a crise de degenerescência não é senão mais uma crise com a qual eles já estão acostumados a lidar. É a chamada hipótese da “competência em crises”.

Essa última tese ignora, por exemplo, que nem sempre a construção da identidade homossexual está consolidada na idade adulta ou na velhice. Muitas vezes ela começa a se compor na adolescência, mas enfrenta tantos obstáculos internos e externos que só chega a desabrochar na maturidade, quando os gays irão enfrentar crises que já estariam superadas.

Simões (2003), revendo essas teses, conclui que “as investigações não têm demonstrado objetivamente que a orientação sexual de per si acarrete diferenças significativas na experiência do envelhecimento” (SIMÕES, 2003, p 440). O que não é o mesmo que afirmar que as vivências afetivo-sexuais sejam indiferentes ao este processo, muito menos que os episódios de violência entre parceiros íntimos do sexo masculino não sejam maculados pelas dinâmicas de gênero e geração.

“(…) Não se pode deixar de observar que há nas organizações gays uma tendência a refletir sobre os principais temas e problemas da sua forma de vida do ponto de vista de pessoas que têm entre vinte e trinta anos” (FOUCAULT, 2000, p. 38). Do mesmo modo, ou como parte da tendência a supervalorização da juventude, há na comunidade gay um forte culto ao corpo, como, aliás, ocorre na sociedade em geral. Sendo que entre, estes rapazes, a assunção da valorização de determinadas características corporais obedecem a motivos específicos que já foram observados no início deste capítulo.

Trata-se, como já salientado, da aproximação de um modelo heterocentrado de masculinidade e de conjugalidade, onde um dos homens assume o ideal de virilidade, força e juventude, representado, em geral, pelo bofe; em oposição à bicha, um tipo gay mais frágil, afeminado,

desvalorizado socialmente, inclusive nos espaços gays. A complementaridade entre esses dois personagens é vista, por boa parte dos meus interlocutores, como fundamental para a realização de parcerias conjugais e para a manutenção da harmonia do casal gay.

Por causa do instinto masculino, como é que eu vou te colocar?... Um exemplo, um homem e uma mulher, um homem tem aquele, na grande maioria, ele tem aquela personalidade forte, as mulheres têm personalidade fraca, ela tá o tempo todo submissa, em geral. (...) então pronto, há sempre aquela aceitação, há brigas, mas não se equipara tanto assim, mas quando são dois homens é diferente, a desconfiança é maior, o medo é maior porque eu sei como eu sou, eu sei como é um homem, eu sei que um homem pensa daquele jeito ali, se passar um coisinha diferente, então ele tá sempre tendo aquela desconfiança, a não ser que o outro seja realmente muito mas tranqüilo, tenha aquela entrega muito maior, um seja mais forte o outro mais fraco, não num sentido de, mais forte ou mais fraco dá pra você entender, né? (...) É, mais tranqüilo, tem aquela visão de um casamento mesmo, de um matrimônio, daquela coisa e tal as coisas podem até durar um tempo maior, espero que o meu dure muito tempo (...) Contratempo a gente tem principalmente que eu sou ranzinza, ele é mais relax, ele não se esquento muito, passa a mão pela cabeça das coisas que eu fizer, se eu brigar, se eu falar, questionar ele dá um jeitinho, “oh papai”. Já eu não, sou muito ranzinza, sou muito preocupado com ele, eu tenho que proteger o máximo possível mesmo ele não me ouvindo, não me obedecendo (Emiliano, 29, casado).

Outro motivo para esse superfaturamento do corpo está ligado à consciência da transitoriedade da existência. À luz dessa verdade inexorável e, adotando uma demarcação estreita de jovialidade, esses homens buscam extrair avidamente tudo que a juventude pode oferecer. Essa perspectiva da “transitoriedade da existência ou os impele a uma euforia desenfreada, a fim de gozar a vida enquanto ela dura, ou (faz com que eles se deixem) levar pela tristeza, desperdiçando um tempo precioso lamentando a aproximação da velhice” (WILHELM, 1956, p. 107).

Podemos pensar na intensa vida noturna, no consumo de drogas, na cultura das “saunas” e no culto ao corpo como tradições gays. Essas práticas fazem parte das representações coletivas desse grupo e são ritualizadas no dia-a-dia, como pode ser visto no contexto gay de muitas cidades brasileiras. (BARBOSA DA SILVA, 2005, p. 234).

Mas pode-se pensar também essa urgência em amar, toda essa intensidade erótica, como um jogo de cena. Há uma hipérbole encenada da sexualidade gay, há uma crença de que ter

muitos parceiros é sinal de virilidade e que, isto leva a atrair outros parceiros. No entanto, essa estratégia pode se tornar um meio de se obter exatamente o contrário.

Considerando que, em nossos dias, os lugares socialmente reservados para “ser homossexual” não permitem mais do que o consumo do sexo, a busca do parceiro adequado pode tornar-se a melhor maneira de estar cada vez mais distante dele. A incessante troca de parceiros entre homossexuais seria, portanto, uma cortina de fumaça a encobrir essa extrema solidão com que sua culpabilidade os castiga (TREVISAN, 2004, p. 461).

Muitos homossexuais sonham com um encontro amoroso. “É muito comum que as paqueras e transas homossexuais ocorram em função de uma busca, até bastante ansiosa, do Príncipe Encantado” (TREVISAN, 2004, p. 461), ou do pássaro perdido, como disse um dos interlocutores, “Príncipe encantado não existe, então eu chamo de pássaro perdido (risos). Eu estou em busca desse pássaro perdido. (pára, pensa) eu acho que tá todo mundo nessa, eu vejo homens e mulheres...” (Ernesto, 38, separado).

A expressão ‘pássaro perdido’ aponta com maestria para os perigos, limites e contradições da busca por um parceiro que preencha todos os pré-requisitos estabelecidos, consciente ou inconscientemente, em tal busca. Além disso, esses rapazes também sabem claramente dos seus próprios limites, impostos por uma cultura que a um só tempo afirma e renega condutas consideradas promíscuas:

*(...) hoje em dia o que for acontecendo pra mim, se eu tiver sorte de encontrar alguém tudo bem. Se eu não encontrar eu vou procurar viver, porque eu não vou ficar parado esperando, oh meu Deus, que alguém venha com uma rosa me dizendo que me ama, que quer ficar comigo, não (...) Agora também eu fico imaginado que **com a vida que eu tenho, que eu levo agora, será que alguém vai querer alguma coisa séria comigo, me conhecendo?**(...) Eu vou ter que abrir o livro e dizer porquê posso quer, se quiser eu quero, agora vou abrir meu livro, contar minha vida, conheço todo mundo, já me dei com todo mundo, **já tive várias relações**, não vou mentir, se achou que eu ia dizer, ah eu fiquei naquela coisa, esperando né, que eu nunca tive, não, **tive um batalhão minha filha, quartel general, as forças armadas da Bahia eu já tive...** Se eu tive e estou aqui é porque realmente o que? Eu me precavi, eu me protegi, oxe ta aqui oh (mostra um preservativo), não fico imaginando que vai aparecer não, mas se caso aparecer já estou pronto, tem vezes que eu tenho uma, eu não tinha mais a fofinha que me arranjou ontem, já pensando que eu ia ficar com o fofo, chamei ele pra comer um chocolate ontem mais ele já tinha se jogado, eu digo oh, não era pra acontecer mesmo, a fraqueza bateu minha filha, eu*

queria, me deu ontem vontade de pegar ele, de beijar... (Raul Castro, 36, separado).

Cientes dos limites e contradições que o mercado afetivo/conjugal homoerótico apresenta, da impossibilidade ou das dificuldades de encontrar esse ‘pássaro perdido’ que um dia será encontrado e romanticamente aprisionado numa gaiola, muitos desses rapazes se contentam em, como eles dizem, ‘dar comida ao corpo’, enquanto o alimento para a alma não vem. Mas esse recurso não encobre a solidão e o desejo de um encontro amoroso idealizado, apenas o lança para o dia seguinte, quando se inicia uma nova caçada ao pássaro perdido.

4.3 - CARACTERIZANDO AS FORMAS DE VIOLÊNCIA PERCEBIDAS

Feita essa breve passagem pelo mercado dos prazeres homoeróticos, passemos agora para uma caracterização das formas de violência identificadas. Deve-se ressaltar que poucas vezes as formas de violência apresentadas aqui foram referidas espontaneamente pelos interlocutores, quer sejam eles sujeitos ou objetos da agressão. Fica evidente que paira sobre esse tema um desejo de esquecimento:

Eu não lembro muito assim detalhes da briga, porque eu acho que briga, as agressões é uma coisa tão chata que você... Sei lá, eu tento esquecer, tirar da minha mente, então chega um tempo que você... Que some mesmo, você lembra é lógico, né, de algumas coisas, mas, tem detalhes que é melhor esquecer, eu mesmo tento esquecer. (Pablo, 27, separado).

Embora a violência seja aplicada em muitas situações, “em nossa linguagem a palavra *violência concentra muitos significados negativos*” (NORONHA, 2006), os interlocutores agentes da violência recusaram veementemente termos como agressivos ou violentos para si mesmos, buscando eufemismos para nomear suas experiências com a violência (caderno de campo, 2006). De modo que, como já mencionei antes, se a homossexualidade ficou conhecida como ‘o amor que não ousa dizer o nome’ a violência entre parceiros íntimos do mesmo sexo pode ser chamada como a dor que não se sabe nomear. Constituinte um segundo “armário” (NUNAM, 2004).

Ranzinza, genioso, brabo, descontrolado, destemperado, rabugento, pouco maleável, são alguns adjetivos usados pelos interlocutores para mencionar comportamentos agressivos em si mesmos ou em seus companheiros. Adjetivos esses que amenizam o impacto da palavra violência e a justificam ao considerarem-na como um traço de personalidade.

Emiliano: Não, tenho que admitir que sou eu que sempre perco a cabeça, meio descontrolado mesmo.

Rosângela: E no caso com vocês dois?

Emiliano: Como assim, se eu já perdi a cabeça?

Rosângela: Sim.

Emiliano: Já, já cheguei a perder a cabeça.

Rosângela: E aí? Me conta.

*Emiliano: (...). Assim, eu geralmente sou meio **drástico** nas atitudes, muitas vezes até verbal, eu sou drástico, às vezes eu nem xingo, mas eu coloco as coisas de forma bastante firme, e tomo ações afirmativas, não precisa nem ser fisicamente, eu chego e digo, olha não dá, a gente já chegou a terminar...*

Outro interlocutor também referindo-se ao seu parceiro, procura termos cada vez mais amenos: “Eu posso definir a personalidade dele como pessoa **irascível**, ele hoje é por vezes **rabugento**, ele por vezes é...” (Camilo, 33, separando).

Outra conclusão que fica evidente é a importância atribuída à violência física, ou mais que isso, a restrição das muitas expressões de violência à violência física:

Então foram meses assim de perseguição. Tirava minha calma, minha paz, minha tranquilidade, era de eu de repente sair tarde do trabalho, quando chegar em casa encontrar ele no portão me esperando, sabe, pra ter uma daquelas conversas difíceis de se ter. Ele não entendia que na verdade eu me sentia muito só, eu não queria ser mais objeto sexual, encontros furtivos só pra sexo, não queria mais aquilo, não queria mais, não queria... (Camilo, 33, separando).

Tal grau de sofrimento não é referido como violência, esse mesmo interlocutor quando interrogado sobre algum tipo de violência nesse relacionamento afirma:

Não, só era muito ressentimento, não, não tinha ameaça de agressão física, era muito ressentimento, tinha muito ressentimento, pra ele o que importava é que ele tava sofrendo muito, ele sofria e eu era o causador desse sofrimento... (Camilo, 33, separando)

Para a lei Maria da Penha (2006), que trata especificamente da violência contra a mulher, “configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero, que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico e dano moral ou patrimonial”.

Tal lei é tomada aqui como modelo, por considerar que a dinâmica de gênero reproduzida por alguns casais homorientados, é a base sobre a qual a violência doméstica e familiar, que inclui a violência entre parceiros íntimos, está assentada.

Uma imensidão de eventos que podem, por tal definição, ser considerados violentos, passam despercebidos pelos meus interlocutores. Todas as vezes que algum deles se referiu à violência ou agressão, estiveram se referindo a violência física: empurrões, contenção física, tapas ou tentativas de relações sexuais não consentidas. No entanto, a violência física é freqüentemente precedida ou acompanhada da violência psicológica (DANTAS-BERGER & GIFFIN, 2005).

A palavra violência cobre um espectro de fenômenos que se situam desde o plano intersubjetivo (desacordos verbais interpessoais), até aqueles fatos que se situam no plano geopolítico (guerras, terrorismo, atentados etc.) passando por níveis intermediários. No caso da violência entre parceiros íntimos há também uma gradação. As violências vão dos desacordos verbais, xingamentos, chantagens, ameaças, intimidações até atos de violência física, sendo que, na percepção desses sujeitos, esta última tem precedência total sobre as demais. Queremos incluir na nossa análise a violência simbólica. Antes disso uma advertência:

Supõe-se, por vezes, que enfatizar a violência simbólica é minimizar o papel da violência física (...) ao se entender ‘simbólico’ como oposto de real, de efetivo, a suposição é de que a violência simbólica seria uma violência meramente “espírita” e, indiscutivelmente sem efeitos reais (...) essa distinção é simplista, calcada num materialismo primário e ignora “a objetividade da experiência subjetiva das relações de dominação” (BOURDIEU, 2002, p.46).

Ela ignora, por exemplo, que algumas palavras são usadas para sangrar, “umas palavras duras, palavras duras, que machucam” (Camilo, 33, separando), não o corpo físico, mas a psique. Se considerarmos que o corpo, em si mesmo, é efeito de palavras, os danos que tais palavras podem implicar não devem ser ignorados.

Chamou-me a atenção como coações, intimidações e outros abusos ocorrem e permanecem imperceptíveis no dia-a-dia de alguns desses rapazes. Um deles inclusive me disse o seguinte:

Não taria fazendo essa entrevista se ele tivesse aqui, eu estaria aqui no mínimo lapidando as palavras, sabe, porque eu sei que ele taria em algum cômodo da casa ouvindo, eu sou muito extrovertido, mas muitas vezes com ele eu deixo de ser, todo o meu percentual de extroversão, eu sou muito bem humorado, eu gosto de conversar tudo, não tem isso comigo, mas com ele, existe sempre uma reserva, sempre (Camilo, 37, separando).

Contou-me ainda um episódio em que recebeu amigos em casa para um almoço. Nesta ocasião, estes amigos foram tratados com tanta hostilidade por seu companheiro que, pouco a pouco, todos foram embora. Esse episódio mais tarde se desdobrou em uma discussão verbal onde não faltaram ofensas e xingamentos.

Até mesmo os familiares são alvo das intimidações e hostilidades desse parceiro:

Pra você ter uma idéia, tem vezes que minha família incomoda ele. A vinda de minha família aqui, de um parente ou coisa assim, ele fica um pouco incomodado. Quantas vezes meus pais estavam aí na sala, a gente conversando, tomando café, que tem muito hábito assim, vem aqui de noite toma um café, e ele aqui no computador, não sai daqui. (Camilo, 37, separando).

Tal conduta ou tais episódios, no entanto, não foram de modo algum referidos como um abuso ou violência, mas produziu ao longo dos anos de convivência entre esses dois rapazes, um isolamento social, que certamente é a base necessária para desproteger aquele que, se ainda não se percebe como vitimado por algum tipo de violência, está pelo menos, vulnerável a isto.

Com outro interlocutor tive tantas dificuldades, em realizar o contato, que acabei por desistir de entrevistá-lo. O episódio registrado em meu caderno de campo ilustra, ao mesmo tempo

em que evidencia o que venho falando sobre intimidação, violência, isolamento social. Enfim: “liguei para Hugo, Augusto César atendeu, indagou do que se tratava. Já atenta ao “temperamento difícil” deste, retorqui dizendo que era uma amiga e que queria bater um papo, ele afirmou que Hugo não estava, liguei, então, para o celular de Hugo e este me atendeu já perguntando se tinha sido eu que havia ligado para ele”, (caderno de campo, 2006). Daí em diante, tantas outras dificuldades ao encontro foram postas, que acabei por não entrevistar Hugo, mas esse episódio, por si só, já apresenta material para reflexão.

Mais uma vez, esses episódios de modo algum são referidos como violentos. Nesse caso específico, embora não tendo realizado propriamente a entrevista, dispus de um contato prolongado com um dos parceiros. Observei que todos esses abusos são descritos e justificados como traços da personalidade do companheiro.

Além da primazia dada a violência física, há, no caso específico da violência entre parceiros íntimos, o efeito dos sentimentos obscurecendo a percepção da violência. Muitas vezes esses homens justificam a agressão como um traço inevitável da personalidade, reproduzindo no seu cotidiano a tese de que agressividade é um componente do psiquismo humano, e que este se iguala à violência.

Porque se você analisar pelas minhas características através dos anos, eu sou uma pessoa muito difícil de manter um relacionamento por causa da minha personalidade., Mas, se tiver uma pessoa com a habilidade que ele tem pra poder me cercar, me conduzir de uma outra forma, as coisas vão e ele sempre me acalma no final. (Emiliano, 29, casado).

Até mesmo justificativas místicas surgiram para explicar tais “traços de personalidade”. Então ter a cabeça dominada por um determinado orixá, ou nascer sob um signo zodiacal específico pode ser motivo suficientemente justo para que um parceiro domine, controle e seja agressivo com o outro.

4.4 - ABUSO FINANCEIRO, EXPLORAÇÃO ECONÔMICA

No elenco das violências entre parceiros íntimos, fala-se em violência sexual, física, financeira e abuso emocional (McCLENNEN, 2005). Algumas dessas modalidades de violência são, de algum modo, compreensíveis ainda que não seja apresentada uma definição delas, no entanto, carecem de maior reflexão. Mais uma vez, recorro aqui ao conhecimento já produzido sobre a violência doméstica contra a mulher. A lei Maria da Penha oferece uma definição de cada uma das modalidades de violência que prevê. Quero reter aqui a definição de violência patrimonial.

Violência patrimonial, [é] entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades. (capítulo II, art 7º inciso IV)

Há referência ainda à manutenção de “dependência financeira forçada” (NUNAM, 2005, p. 2) como uma manifestação de violência psicológica. Pode-se perceber que esses três termos (violência financeira, violência patrimonial e dependência financeira forçada) se referem a eventos correlacionados.

Nesse estudo percebi algo que se aproxima da manutenção da dependência econômica. No entanto, nos eventos observados, essa ‘dependência’ se deu em benefício do ‘subordinado’, que explorava os recursos do outro, de modo que podemos falar mais apropriadamente em exploração ou abuso financeiro. A situação é ambígua e carece de explicação: trata-se de casos em que um dos cônjugues se manteve, por espontânea vontade, na dependência econômica do outro, enquanto este outro tentava se livrar deste “fardo”:

Ernesto: -Porque é aquela história, eu na rua, na loja eu não comprava uma cueca, comprava duas, eu não comprava uma calça, eu não comprava um sapato, eram dois pares de sapato, duas calças, eu não podia me vestir bem e ver ele maltrapilho, não ? Então eu queria que ele estivesse bem como eu estava bem.[...] Então é muito fácil, né? Chegou um ponto que eu dei várias oportunidades a ele, pra você ter uma idéia ele trabalhou aqui comigo (...)

Rosângela – Não deu certo?

Ernesto – Não deu, ele é uma pessoa muito difícil nessa relação, de lidar com as pessoas, tinha um pouco de dificuldade, um pouco não, bastante.

Nesse caso houve logo um desenlace da relação, e essa dependência foi apontada como um dos motivos para a separação:

Rosângela: -Foi você que pediu a ele pra sair de casa?

Ernesto – Foi, eu pedi a ele pra sair, não dava mais.

Rosângela – E ele?

Ernesto – Ele saiu injuriado comigo, de mal comigo. Apesar de que eu gostava, eu gostava muito ainda, mas eu vi que não ia ser uma relação de futuro, ia ser aquilo a vida toda e eu não quero isso, não quero isso pra mim nunca. Eu batalhei pra caralho pra chegar onde eu cheguei, então eu quero alguém que pelo menos seja como eu, não que eu, alguém venha me sustentar, me bancar, eu quero alguém que pense, que queira crescer junto (...) aquela história da relação: Hoje eu pago o aluguel você paga o condomínio, para o mês você paga a feira, eu pago a luz e assim vai construindo a relação afetiva de um casal, porque um casal seja ele hetero ou homo, se houver uma dificuldade financeira ele não estrutura. Eu acho que não tem estrutura pra um casal com problemas financeiros, a longo prazo, a curto prazo tudo bem, mas a longo prazo, você vê que só um defende, só um faz, só um trabalha, essa coisa vai caindo no desgaste, né? Apesar da relação hetero é diferente um pouco ainda a mulher é feita pra ficar doméstica, pra tomar conta.

Rosângela – Esse papel que a gente fazia.

Ernesto – Justamente esse papel, mas nas relações homossexuais não são assi. os dois trabalham, dividem a conta, os dois... Pra ter uma condição de vida melhor, pra poder viajar, pra poder comprar coisas pra casa.

Desfazer a relação aqui interrompeu uma possível gradação do abuso, que poderia chegar a agressões físicas. Mas nem sempre a ruptura de uma relação é um processo tão fácil. Outro interlocutor, na ocasião da entrevista, já estava há um ano se separando de um parceiro que sempre prolongava sua estada no apartamento, situação que causava alguns constrangimentos para o ex-companheiro, além do sentimento de estar sofrendo abuso.

Camilo: - Com o tempo eu vi essa renda acabar, essa renda acabar e eu tando com uma pessoa em casa e eu mantendo tudo, tudo, cem por cento, até comprando roupa e cueca pra vestir. Minha luz vermelha acendeu, tem alguma coisa errada, quando eu vi, ah! demais, deitado no sofá assistindo televisão, de manhã, de tarde e de noite...[...] Não fazia nada, não via procurar um trabalho, nada. Ah, aquilo foi me aborrecendo.

Rosângela: Você tava se sentindo explorado?

Camilo: Tava, comecei a...Aí minha luz vermelha começou a acender né?Deixe eu entrar num detalhe, do período que começamos a morar juntos. Eu comecei a prover conforto pra gente, mudei logo de apartamento, fui pra um apartamento maior pra a gente viver junto. É tudo consequência. Passa a comprar uma cama de casal, uma coisa boa, um móvel melhor, enfeitada a casa, prover conforto, bota TV por assinatura, conforto pra gente, né? Eu comecei a perceber que aquilo não tinha... Sabe, eu tava sozinho nadando, nadando... Eu trabalhando mais pra fazer mais horas extras, pra receber mais, pra cobrir a casa, isso foi me desgastando, desgastando muito, muito, me aborrecendo [...] De repente você chega uma conta de telefone de seiscentos reais pra você pagar sozinho, visto que você não fica em casa, só fica uma...Um homem em casa e você descobrir que é uma conta de seiscentos reais porque ficou pendurado na Internet o dia inteiro, sabe? Aborrece. Aí nessa hora eu explodo, você quer me acabar, você quer me...Sabe, parece mesmo que nada, porque a pessoa não tomava uma decisão e assim um ressentimento que eu guardo dele é nesses anos todos, eu nunca o vi tomar uma atitude em prol de nós dois. Se ele tomou atitude alguma vez foi para ele, como agora ele tá tomando pra ele se mudar. Então, ele tá querendo sair daqui de casa com um apartamento dele montado, completamente montado, é o atual ponto de discórdia da gente, porque eu quero que ele vá o quanto antes, mas ele quer sair com o apartamento dele montadinho, do bom e melhor e nessa hora ele não está economizando, ele tá fazendo pra ele. Quantas vezes precisou, fazer uma coisa, comprar uma televisão nova e nunca me ajudou a comprar nada, um paliteiro, sabe, teve uma época... Foi quando eu saí do emprego, eu senti dificuldade de manter as prestações do financiamento, jamais me ajudou e eu ainda ouvi a célebre frase “o apartamento é seu”. Oh! Você não é diretamente beneficiado por morar aqui sem pagar nada? Como é que eu posso ouvir, como é que eu me sinto ouvindo isso, é um entre aspas foda-se, sabe? Não tô nem aí, isso me reta, isso me deixa puto da vida.

[...]

Rosângela: E em termos de outros compartilhamentos, por exemplo, às vezes alguém trabalha, mas alguém cuida da casa.

Camilo: Exato.

Rosângela: Cuida desse aspecto, outro né? Que é uma divisão também.

Camilo: Exatamente.

Rosângela: Vocês não tinham isso, como é que é?

Camilo: Não tinha isso, entende? E outra coisa me incomodava, não tinha isso e não tinha assim uma consciência de que, pôxa, eu não tô trabalhando, mas vou te ajudar economizando numa luz, vou economizar numa água, sabe. Vou fazer alguma coisa assim pra te ajudar já que, vou pra rua entregar uns documentos seus, não tinha isso, isso é muito chato, muito, muito, muito chato.

Ainda que tais situações não possam ser enquadradas como violência patrimonial ou ainda como dependência econômica forçada, elas guardam alguma semelhança com essas outras classificações de violência e poderia ser bem nomeada se chamássemos de abuso financeiro. Em realidade, ela é mais comum do que se pensa no cenário gay, sobretudo em relações interetárias ou intergeracionais, onde um homossexual mais velho e melhor estabelecido economicamente estabelece relação com outro mais jovem.

Circunstâncias como essas podem ser um nicho para opressões, abusos e violências de todos os lados. Se um dos parceiros pode se sentir oprimido e explorado, o outro pode em face de certas atitudes do companheiro, se sentir humilhado, ofendido e, diante disso, reagir com agressões físicas, instalando uma contenda complexa, sobre a qual é difícil deliberar.

4.5 - ESPECULAÇÕES FREQUENTES EM TORNO DA VIOLÊNCIA ENTRE PARCEIROS ÍNTIMOS DO SEXO MASCULINO

Costuma-se construir alguns mitos em torno do par homossexual. Um dos mitos mais importantes é que esse par, para se realizar a contento, necessita reproduzir a dicotomia macho&fêmea. Nem todas as relações conjugais homoeróticas reproduzem essa polarização, no entanto, entre aqueles que a reproduzem paira um outro mito: que o parceiro mais másculo seria também o mais violento. Evidentemente a amostra pesquisada não nos permite fazer generalizações. Mas o que percebi é que, embora ocorra a correlação entre papel social de macho e violência, ela nem sempre ocorre de forma simétrica, isto é, o parceiro afeminado nem sempre é vítima de um parceiro másculo, não é raro inclusive situações em que as agressões são mútuas:

Pablo: - Aí eu cheguei e encontrei ele lá deitado, eu cheguei e fui pra cima dele (...) eu disse, você pensa que você vai dormir aqui, seu vagabundo? E plá na cara...

[...]

Pablo: - Acordei. Ele: o que é, rapaz, que você quer? Você pensa que vai dormir aqui em casa depois do que você fez? (...) você acha que eu sou o quê? Puf na cara, tá me achando com cara de puta, é? Pra queixar vagabunda na minha cara, eu disse o quê a você ontem? Aí ele: rapaz, pare (...) pare com isso. Como ele é forte qualquer coisa que ele fizesse em mim eu já caía.

Rosângela: - Ele é mais forte que você?

Pablo: - Bem mais. Eu sou gordinho, né? Ele é bem truncado mesmo. Aí ele: pare com isso. Eu: pare com isso uma porra! Você não vai dormir aqui em casa, não depois do que você fez, aí ele pegou e, ah, quem é você pra vir fazer isso, quem é você pra me cobrar isso. Você vive com seus machos o tempo todo se roçando e agora vem tirar onda com a minha cara? Eu disse: eu faço e você permite, o problema é seu, se você não se incomoda o problema é seu, só que eu não vou permitir que você faça isso comigo, aí eu continuei dando tapa na cara dele e ele me segurando, tentando me segurar, aí ele me deu um murro, aí ele rumou, pegou de raspão no meu pescoço e eu caí, aí eu levantei (...) você me bateu e puf, puf. Ele: rapaz, pare com isso, aí me sacudiu e me jogou na cama, (...), aí eu saí do quarto, deixei ele lá, cheguei na porta e falei, aqui em casa você não vai dormir eu vou sair e eu quero ver se você vai ficar aí. Aí saí, ele ficou retado, começou a falar um monte de coisa...

Freqüentemente esses episódios de violência implicam o desenlace do relacionamento. Isso, no entanto, não se dá automaticamente. Optar pela separação é um processo lento, demorado e confuso.

Pablo -: Vai fazer um mês. Eu sei que de lá pra cá a gente não ficou mais e eu tô com medo de ficar com ele por causa disso, porque (...), depois fiquei sabendo que ele pegou uma faca, saiu de casa com uma faca na cintura, (depois da briga) brigando saiu de casa com uma faca na cintura, eu só penso que ele pegou pra mim, depois eu falei com ele, rapaz você pegou pra mim? Ele disse que não, jamais teria coragem de fazer isso. Eu penso também da mesma maneira, eu bati muito nele, e ele me deu um murro que me deu uma sacudida, ele poderia ter feito muito mais, mas o que tá pegando é esse negócio da faca. Eu disse, quer saber de uma? Eu vou ficar na minha, não quero mais, de lá pra cá ele me procurou várias vezes, ligou pra mim, já veio aqui em casa umas oito vezes, a maioria das vezes não me encontrou. Graças a Deus! De lá pra cá, a única vez que ele me encontrou foi domingo passado. Fez oito dias hoje que ele me encontrou mesmo, (...) eu acho que não, aí ele conversou falou que quer voltar pra mim, aliás, ele fala pra todo mundo que não me largou...

Rosângela:- Mesmo você dando uns tapas nele?

Pablo:- Mesmo eu dando, ter dado, que ele não me largou por causa disso, que ele ainda gosta de mim e que não vai terminar o relacionamento por causa de besteira. Isso. Ele falou que tava com saudade, que queria voltar, tava com saudade de mim, aquela coisa de homem quando tá com vontade de transar. E é isso aí, não voltei, não quero voltar, eu gosto dele, tá entendendo? Gosto muito, mas não gostaria de voltar pra ele não, eu to com muito medo desse negócio da faca, sei lá, só ele sabe realmente se puxou pra mim ou não, né? Ele não vai falar, ele não falou pra mim nem pros amigos dele mais íntimos, aí tá difícil.

Quanto à problemática de identificar que elementos da conjugalidade podem influenciar na dinâmica da violência nesses relacionamentos, pensar em configurações conjugais igualitárias e configurações hierárquicas pode ser promissor.

Os casais igualitários, independentemente da orientação sexual, são definidos por Heilborn como aqueles que adotam uma “predisposição ética para a não demarcação entre os gêneros” (HEILBORN, 2004, p. 117), enfatizam a divisão igualitária do trabalho doméstico e não adotam como razão de ser a problemática da descendência. Sobre a fidelidade, esta é pensada de maneira inovadora: a possibilidade de relações extraconjugais não está excluída, desde que, não afete a primazia do par conjugal; espera-se, também, que as despesas sejam efetuadas em comum, prevalecendo a independência econômica entre os parceiros. “Diferenças entre os cônjuges são decerto admitidas, mas não se identificam nem com a interdependência hierárquicas assinaladas por Dumont, nem com as diferenças estatutárias propaladas por Lévi-Strauss” (SALEM, apud HEILBORN, p.115).

As contradições e os limites que se impõem à real concretização de tal modelo conjugal não serão exploradas aqui. Esta breve apresentação dos casais igualitários serve-nos apenas para pensarmos seu modelo antagônico: os casais hierárquicos. Nesse modelo, as regras de convivência são diametralmente opostas. Se no primeiro há um forte investimento dos parceiros em construir diálogos para realizar acordos e suprimir desavenças, nos casais hierárquicos, a violência é de tal modo incorporada à dinâmica dos casais que estes a utilizam como uma linguagem e um método de resolução de conflitos, um recurso que pode ser acessado, legitimamente por um dos pares.

De fato, diversos autores concordam que a violência entre parceiros íntimos “não é um incidente isolado ou individual, mas sim, um padrão de eventos que se repetem de forma

cíclica” (NUNAM, p. 2, 2004). Saffioti (1999) chega a afirmar que a violência é um modo de se relacionar. Grossi (apud HITA, 1999), coloca a violência como uma linguagem adotada pelos parceiros, de tal modo que podemos pensar em um esmaecimento das fronteiras entre prazer e dor, danos e ganhos, onde, às vezes, até o sofrimento físico passa a não ser percebido como prejuízo e, sim, como dádiva.

Sem querer enveredar por interpretações de cunho psicanalítico, não posso deixar de mencionar a presença do sadomasoquismo, fenômeno que borra os contornos da definição de violência, e que é tão comum no repertório das fantasias homoeróticas.

O mesmo interlocutor que me narrou a briga anteriormente descrita relatou situações, em relacionamentos anteriores, onde obtinha prazer em queimar seu companheiro com a brasa do seu cigarro.

Tais eventos levam a pensar que dor e sofrimento podem estar de tal modo embutido, em algumas configurações conjugais, ou em algumas histórias de vida, que a violência, em realidade, nada mais é do que uma linguagem ou ainda, que a violência está de certa forma naturalizada entre esses parceiros.

Essa naturalização da violência deve servir também de pista para compreendermos as muitas dificuldades que as vítimas têm para denunciar o agressor. Claro que há todo um despreparo das agências de policiamento para tratar da violência entre parceiros íntimos, principalmente se estes forem do mesmo sexo.

Há uma controvérsia sobre a experiência da violência íntima entre parceiros: frequentemente, entre as vítimas de violência, aparecem sentimentos de culpa e autopunição. E, de fato, quando episódios de violência entre parceiros íntimos são investigados de perto, somos levados a interrogar sobre o lugar da vítima e do agressor, porque as formas de violência psicológica podem ser tão sutis, imperceptíveis, que tornam-se são difíceis de identificar e mensurar, principalmente porque em geral adotamos critérios demasiadamente materialistas para definir violência.

Esses fatos fazem pensar sobre as dificuldades que se põem para realizar uma queixa formal da violência num espaço como uma delegacia de polícia, e levam a concluir que a violência entre parceiros íntimos, antes de ser um caso de polícia, é um problema multidisciplinar, que precisa ser tratado na sua esfera mais humana.

4.6 - VIOLÊNCIA ENTRE PARCEIROS ÍNTIMOS DO SEXO MASCULINO E VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA

Estive até aqui explorando muitas características da dinâmica interna das comunidades e dos casais gays. Demonstrei como a reprodução de valores da norma heterossexista os impele ao exercício de violências dos mais variados tipos contra seus pares. Entretanto, não podemos esquecer dos efeitos que a opressão e a discriminação que esses rapazes sofrem, também os fragilizam e os expõem à violência. O desejo de se proteger da violência homofóbica faz com que muitos parceiros escondam sua situação conjugal. Alguns deles vivem em total clandestinidade, de forma que não são lhes disponibilizados espaços para o gerenciamento de emoções e resolução de conflitos. Sabe-se da relevância de redes de amizade, e do contato parental, tanto para a construção da identidade do casal, quanto pra a mediação de conflitos. Alguns casais gays vivem suas relações isolados de parentes próximos e às vezes até de amigos que poderiam não compreender sua escolha sexual.

Camilo: e claro, não são bobos, eles intuem o relacionamento, e minha mãe também intui e nunca falei para ela, jamais falaria até pela personalidade dela, uma mulher muito...Né, um gênio muito forte, eu nunca disse a ela que eu tinha esses problemas com (...), mas eu sei que no dia que eu dissesse ela no mínimo ia partir em minha defesa, mas ela intui, ela intui tudo isso.

De tal modo que a violência homofóbica cria ou favorece as condições para que a violência entre parceiros íntimos avance. Assim foi o episódio com o jovem Kleber Gouveia. Militante da causa homossexual, Kleber convivia com seu companheiro Edson Silva há sete anos. Segundo consta em depoimentos, Kleber e Edson, mantinham uma relação difícil, conflituosa e clandestina. Os amigos mais próximos aconselhavam a assumir publicamente a relação, coisa que eles nunca vieram a fazer. No dia 25 de outubro de 2006, Kleber é espancado por

seu companheiro, vindo a falecer na madrugada do dia seguinte por consequência dos danos causados pela surra.

O caso atualizou e generalizou o debate dessa dissertação. Infelizmente ele não é o único. Em 2002 o jornal Folha de São Paulo noticiava que o Vigilante Cleber (29 anos) “jogou álcool no corpo de Oseas e ameaçou tocar fogo” (BIANCARELLI, 2002).

Tais casos deixam claro que se os gays reproduzem padrões de conjugalidade similares às normas heterossexuais, estão consequentemente sujeitos à violência e opressão que também estão presentes nessas circunstâncias.

De todo modo não deve ser necessário que a violência chegue a se consumir de forma tão brutal, para que chegue a nos sensibilizar para a sua existência entre parceiros do mesmo sexo e sobre suas consequências deletérias para a saúde dos indivíduos nela envolvidos.

5. CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

“Tudo acaba, mas o que escrevo continua. O que é bom, muito bom. O melhor ainda não foi escrito”.

Clarice Lispector

Chego ao final deste estudo que procurou ouvir e recontar histórias de homens que, literalmente, enfrentam o desafio de rimar amor e dor. Antes de encerrar é fundamental afirmar que quando apresento aqui as falas dos meus interlocutores estou certa que elas são versões para fatos que certamente são mais complexos do que eles gostariam de crer e me apresentar, tais eventos, é claro, poderiam ter sido contados de forma totalmente diversa, fossem eles outros personagens e se encontrassem em outras circunstâncias nessa história. Entretanto, algumas constantes aparecem e foi sobre elas que procurei concentrar minhas reflexões e argumentações.

Os episódios de violência que se apresentam nesses relacionamentos, não são exclusividade ou peculiaridades deles, mas fruto de uma estrutura que compele a existência desses eventos. Em outras palavras, o que quero dizer é que a violência é menos uma característica desta ou daquela relação, mas um predicado da estrutura familiar. A família, não apenas a formada por parceiros do mesmo sexo, é um espaço ‘privilegiado’ de lutas, conflitos e violências múltiplas, onde ainda predominam estruturas e lógicas hierárquicas e não-igualitárias, especialmente em termos de gênero e geração.

Entretanto, no caso das relações ‘conjugays’, algumas peculiaridades interferem decisivamente sobre a experiência da violência. Em primeiro lugar as construções identitárias que reproduzem a dicotomia macho&fêmea são o primeiro lastro sobre o qual se assenta e é possível emergir a violência. Depois, como demonstrei ao longo de toda a dissertação, outros critérios contribuem para hierarquizações e violência. Fatores como diferenças de raça e classe são importantes na construção dessas hierarquias.

No caso do universo homoerótico, as diferenças etárias constituem um elemento privilegiado, dado que há, nessa ‘comunidade’ uma tendência para que se configurem casais com significativas diferenças etárias. Ainda que não tenham sido entrevistados homens envolvidos nesse tipo de relação, é sabido que muitos casos de violência ocorrem em parcerias intergeracionais, onde tipicamente um jovem de posição socioeconômica inferior agride um homem mais velho.

Sem desconsiderar uma tendência geral de desvalorização da velhice, afirmo que no mundo gay, tal desvalorização se acirra, pois, este se reveste de uma supervalorização do estético. Esse culto ao estético e à juventude é muito bem elaborado no famoso livro ‘O retrato de Dorian Gray’, de Oscar Wilde, não por acaso o livro é um clássico no mundo homossexual. Esse é certamente um tópico dessa dissertação a ser mais bem explorado em pesquisas posteriores.

Observei ainda que os interlocutores insistem em adotar padrões de escolha afetiva e conjugal pautados na dicotomia dos papéis sexuais. Como já salientei, na cultura Ocidental é costume organizar o mundo por um sistema que opõe masculino&feminino, ao mesmo tempo em que assinala o feminino como algo de menor valor. O gay efeminado, seguindo essa tendência, costuma valorizar as características másculas de seu parceiro, sua força e sua virilidade. Muitos deles chegam a afirmar que homossexuais não gostam de “quebrar louça”. Essa expressão, muito comum entre homossexuais de meia idade, evidencia a crença na inadequação de pares formados por dois homossexuais afeminados.

A supervalorização dos estereótipos da masculinidade que opera nas comunidades homossexuais é justamente o que leva esses rapazes a buscarem e se envolverem com companheiros que, muito provavelmente, no futuro serão os seus algozes, exercendo um papel de dominador, resolvendo conflitos na porrada, assustando, ameaçando ou intimidando seu frágil parceiro. É sabido também que entre muitos homossexuais prevalece uma predileção por parceiros rudes, de posição cultural e econômica inferior/subalterna. Parece haver aí uma relação entre a transgressão às normas heterossexistas, que a experiência homoerótica em si mesma encerra, e um encanto pela transgressão. Mais uma vez recorro a literatura para ilustrar os arquétipos e símbolos que operam nesse universo. E os exemplos são abundantes, só para citar dois clássicos menciono a obra Jean Genet, onde se glorificam personagens como

o ladrão, o mendigo, o traidor, o assassino, o enjeitado, enfim o marginal. E a obra de Adolfo Caminha, “O Bom Crioulo”, romance que narra uma história de amor entre um marinheiro negro (Amaro) e um jovem grumete branco (Aleixo). Não faltam semelhanças nessa antiga história e as narrativas que escutei e acompanhei ao longo dessa pesquisa, além das parcerias compostas por sujeitos desiguais em termos de raça e condição etária, o romance tem um final violento, quando o Bom-Crioulo enfurecido de ciúmes mata seu efebo.

No entanto, essa argumentação, ainda não explica inteiramente os episódios de violência entre esses rapazes, alguns homossexuais, mesmo sendo mais frágeis e afeminados, agridem parceiros com aparência mais máscula que eles. Devemos considerar que os homossexuais masculinos, por causa de sua socialização num universo predominantemente machista, não estão imunes às injunções que associam masculinidade e violência. Daí porque o homossexual masculino, não se livra facilmente da opressão e da brutalidade.

A opressão que a homofobia exerce sobre esses homens também influi decisivamente na utilização da violência como recurso para a mediação do conflito, na medida em que, muitos desses rapazes vivem suas relações às escondidas e, mesmo os casais assumidos, dispõem de poucas instâncias sociais de mediação e elaboração dos conflitos. Sem ter um reconhecimento de seus relacionamentos muitos gays não têm onde buscar apoio para enfrentar essas dificuldades. É assim que alguns pesquisadores referem-se à violência íntima entre parceiros homossexuais como o segundo armário do qual é preciso sair para que a situação seja enfrentada de forma satisfatória.

Pela novidade que encerram, e também por efeito do preconceito e da discriminação, as relações ‘*conjugays*’ carecem ainda de rituais demarcadores, como casamento e divórcio, que permitam a esses parceiros a construção de regras e acordos, e também como já disse, a elaboração de afetos e desafetos que todo relacionamento implica. No entanto, após ouvir e meditar sobre as falas e as descrições que esses rapazes apresentam dos seus relacionamentos, o que vejo é que todo o discurso das relações ‘*conjugays*’ está orientado e modelado pela lógica e pela ética do amor romântico heterocentrado.

Evidentemente que a linguagem não tem o poder, por si só, de produzir e inventar realidades. Contudo, se considerarmos que a linguagem não é apenas um mecanismo para descrever a realidade, mas que também refere e conforma o modo como nos posicionamos frente ao real, somos levados a crer que os homossexuais, se desejam fugir aos esquemas lógico-conceituais-éticos-estéticos que levam à experiência de violência e opressão, devem assumir o desafio de criar novas linguagens, novas formas de convivência, relacionamento, amor, amizade, arte e cultura.

Os homossexuais teriam então que lutar não apenas pelo direito de serem iguais aos ‘normais’ e poderem reproduzir e demonstrar essa ‘normalidade’, mas também lutar pelo direito de serem diversos, diferentes, criativos, sem que isso os transforme em párias.

Temo que a obstinação em reproduzir a família e o amor romântico, que as aparentes vitórias em termos de reconhecimento dos direitos civis dos casais homoeróticos, terminem por se constituir uma nova forma de controle e vigilância sobre o homoerotismo. Que se criem novas homossexualidades subalternas, e dicotomias que separem homossexuais entre aqueles que são promíscuos e os bem comportados, reforçando ou continuando assim um esquema de valores, normas e condutas que durante anos a fio serviu para controlar, perseguir, constringer e castrar homens homoeroticamente orientados.

Não estou em condições de antecipar o sentido das mudanças sociais implicadas nas novas formas de parentalidade e família que esses homens estão concebendo. Como diz a epígrafe desse capítulo, o melhor ainda não foi escrito, o futuro ainda está por ser inventado, o que é bom, pois podemos depositar nele a esperança de dias melhores, de convívio mais justo e igualitário.

Entretanto, para construir esse futuro precisamos estar permanentemente atentos para os perigos e contradições que essas escolhas implicam. Penso que a ‘comunidade’ gay tem muito a aprender e ensinar com essas novas experiências. Mas precisamos tocar nos pontos sensíveis dessas novidades para que realmente possamos construir esse futuro melhor.

Antes de encerrar gostaria de salientar que estive o tempo todo referindo a homossexualidade e homossexuais como se estes formassem uma categoria uniforme, nada é mais enganoso que isso, nada é mais fictício que a figura típica do homossexual. Cada um dos homens com quem interagi ao longo dessa pesquisa evidenciaram que o homossexual nada mais é que um mecanismo de rotulação pautado no imaginário preconceituoso do século XIX. Portanto estamos diante de ‘sujeito de estudo’ sobre os quais não cabem generalizações ou conclusões definitivas... Justamente por isso não posso esquecer também de reafirmar o caráter circunstancial, e provisório dessa dissertação, como é todo conhecimento.

Ciente disso, e fiel à idéia de que pesquisador deve evitar impor soluções para o grupo estudado, devo afirmar que as considerações que teço aqui não se prestam a generalizações, e mesmo para o grupo estudado, elas devem ter apenas o valor de uma interpretação. Outros pesquisadores, trabalhando com o mesmo grupo podem construir interpretações diversas. Espero apenas que a discussão travada aqui sirva para enriquecer o debate, e iluminar questões futuras.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA NETO, Luis Mello. Para além do heterocentrismo: a construção da conjugalidade homossexual. **Estudos de Sociologia**, v. 9, n 3, p.101-108, 1986.

ANTUNES, Camila. **A força do arco-íris**. Veja, 2003 25 de junho, pág. 73 a 81.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BARBOSA DA SILVA, José Fábio. Homossexualismo em São Paulo: Estudo de um grupo minoritário. In GREEN James e TRINDADE, Ronaldo (Orgs). **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo, UNESP, 2005.

_____. Lembranças passadas a limpo: a homossexualidade masculina em São Paulo. In GREEN James e TRINDADE, Ronaldo (Orgs). **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2005.

BECKER, Howard.. A história de vida no mosaico científico. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994

BESSA, Karla. Os festivais GLBT de cinema e as mudanças estético-políticas na constituição da subjetividade. **Cadernos Pagu**, vol 28, p. 257-283, 2007.

BELTRAME, Luiz Ideraldo. **Recontando histórias positivas**: narrativas de homens que fazem sexo com homens vivendo com HIV. [Tese] São Paulo: USP, 2002.

BIANCARELLI, Aureliano. Violência entre casal gay é tema de manual: cartilha dá dicas a homossexuais; pra militante, agressões da sociedade e da polícia preocupam mais. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 03 de nov 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violências**. Departamento de Análise de Situação de Saúde, 2005, 64 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violência**. 2 ed, Brasília: Departamento de Análise de Situação de Saúde , editora do Ministério da Saúde, 2005, 64 p.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In LOPES, Marta Julia Marques (org). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre, Artes médicas 1996.

BOZON, Michel. **Sociologia da sexualidade**, Rio de Janeiro: editora FGV, 2004.

BURKE, Peter. Violência urbana e civilização. In: Oliveira, Nilson Vieira (org). **Insegurança pública**. Rio de Janeiro: Nova Alexandria, 2002.

CARRARA, Sérgio, RAMOS, Silvia. **Política, direitos, violência e homossexualidade**. Pesquisa da 9ª Parada do Orgulho GLBT – Rio 2004, Rio de Janeiro: CEPESC, 2005.

CARRARA, Sérgio; RAMOS, Sílvia & CAETANO, Márcio. **Políticas, direitos e homossexualidade: 8ª Parada do orgulho GLBT - Rio-2003**, Rio de Janeiro: Pallas, 2003, 120p

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade: a era da informação: economia, sociedade e cultura**, vol2, 3ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CECCHETTO, Fátima Regina. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2004.

COSTA, Jurandir Freire. **Violência e psicanálise**. Rio de Janeiro, Graal, 2003.

_____. **A inocência e o vício, ensaios sobre o homoerotismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

_____. A construção cultural da diferença entre os sexos. **Sexualidade, Gênero e Sociedade**, vol 2, n 3, p. 3-8, 1995. disponível no site www.jfcosta.org.br, acessado em 25 de março de 2005

DANTAS-BERGER, Maria e GIFFIN, Karen. A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol 21, p. 417-425, mar-abr, 2005

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Escolha amorosa e relação conjugal na homossexualidade e na heterossexualidade: um estudo sobre namoro, casamento, separação e recasamento, In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (org) relação amorosa, casamento, separação e terapia de casal, **Coletânea da ANPEPP**, Rio de Janeiro, v.1, n 1, p. 71-100, 1996.

FERREIRA, Adailton B. G. A sociabilidade ameaçada: a forma o conteúdo e a violência Cotidiana na soterópolis. In: ESPINHEIRA, Gey. **Sociabilidade e violência: criminalidade no cotidiano de vida dos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador**. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia, Universidade Federal da Bahia, 2004.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **História da sexualidade II: O uso dos prazeres**, Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. Um diálogo sobre os prazeres do sexo. In: **Um diálogo sobre os prazeres do sexo**, Nietzsche, Freud e Marx, Theatrum Philosophicum. São Paulo: Landy, 2000

FREITAS, Jotacê. **Os gays quebraram o pau numa praia da Bahia**. Salvador: Tapera, , 2004.

FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: **Para Inglês ver: Identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 87- 115.

GARCIA, Sylvia Gemignani. A propósito de sexualidades e culturas de resistência: Modernidade, Identidade e Política. **Physis**, v. 5, n 1, p.69-84, 1995.

GAYS querem direito de frequentar praia de nudismo na Bahia. Salvador: **Homo Sapiens**. mar/abr 2004, p. 2 - 15.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade, sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1993.

GREEN, James. “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos Pagu**, v.15, p. 271-295, 2000.

HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é par: Gênero e identidade sexual em contexto igualitário**, Garamond: Rio de Janeiro, 2004.

HITA, Maria Gabriela, Masculino, feminino, plural. **Cadernos Pagu**, v. 13, p.371-383, 1999.

ÍNTEGRA da lei Maria da Penha (lei 11.340/06). **Correio das mulheres**. Uma publicação integrante da campanha 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres. Edição 01, nov/dez, 20.

KIMMEL, Michael. **El Desarrollo (de género) del subdesarrollo (de género)**, La producción simultanea de masculinidades hegemónicas y dependientes en Europa y Estados Unidos. palestra apresentada na Conferencia Regional "La Equidad de Género en América Latina y el Caribe: desafíos desde las identidades masculinas", Santiago de Chile, 8 - 10 de junho de 1998.

LÍPER, Ricardo. **Sexo entre homens e a tradição espartana**, tudo que você sempre quis saber e tinha medo de perguntar, Salvador, Edições RCP, 2005.

MacRAE, Edward. **A construção da igualdade-Identidade sexual e política no Brasil da “abertura”**, Campinas: Unicamp, 1990.

_____. Em defesa do gueto. In GREEN, James e TRINDADE, Ronaldo. (orgs) **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2005.

McCLENNEN, Joan C. Domestic Violence Between Same-Gender Partners.Rececente findings and future Reserach. **Journal of Iterpersonal Violence**, v 12, n 2, February , p. 149-154, 2005.

MELLO, Luiz. Outras famílias: A construção social da conjugalidade homossexual no Brasil. **Cadernos Pagu**, v 24, p. 197-225, 2005.

_____. **Novas Famílias: Conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MÍCCOLIS, Leila e DANIEL, Herbert. **Jacarés e lobisomens: dois ensaios sobre a homossexualidade.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

MOORE, Henrietta. Fantasias de poder e fantasias de identidade: Gênero, raça e violência. **Cadernos Pagu**, v. 14, p. 13- 44. , 2000.

MOTT, Luís. **Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil-1999.** Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2000.

_____. **A cena gay de Salvador em tempos de Aids.** Salvador. Grupo Gay da Bahia, 2000a.

NORONHA, Ceci Vilar. **Violência entre parceiros íntimos: conceituações, reflexões e práticas.** Hipertexto elaborado para o curso Prevenção da violência intrafamiliar. Salvador, UFBa/ISC, 2006

NUNAM, Adriana. Violência doméstica entre casais homossexuais: o segundo armário? **Psico**, v.35, n.1, 2004.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de **A construção social da masculinidade.** Belo Horizonte: ed. Da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

_____. Discursos sobre a masculinidade. **Revista Estudos Feministas**, v.6, n.1, 1998.

PARKER, Richard. **Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Best Seller, 1991.

PEREIRA, Ricardo Calheiro. **O desperdício do sêmem**, um estudo do erotismo entre rapazes. Dissertação de mestrado.1998

PICAZIO, Cláudio. **Casamento: encontrando um começo.** Disponível no site www.casaisgays.com.br, acesso em 17 de out de 2006

PINHO, Osmundo. **Desejo e poder: racismo e violência estrutural em comunidades homossexuais.** Disponível no site: www.ciudadaniasesexual.org.br, acessado em 20 de jul de 2006

_____. A guerra dos mundos homossexuais. In:RIOS, Luis Felipe. Et al, **Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde**, Rio de Janeiro, ABIA, 2004, p. 127-133.

RAMOS, Silvia. **Minorias e prevenção da violência.** Rio de Janeiro: CeseC/UCAM, 2002, disponível no site www.cesec.ucam.edu.br. Acessado em 28 de março de 2005

RIOS, Luis Felipe. Homossexualidade no plural dos gêneros, **Crítica da masculinidade**, v.2, p. 6-7 , 2003.

SAFFIOTI, Heleiete Iara Bongiovani. O estatuto teórico da violência de gênero. In: SANTOS, José Vicente Tavares da.(org) **Violência no tempo da globalização**. São Paulo: HUCITEC, 1999, p.142 – 163.

SILVA DA, José Fábio Barbosa. Reprodução da monografia histórica e inédita de José Fábio Barbosa da Silva, 1958. In: GREEN, James e TRINDADE, Ronaldo. (orgs) **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2005.

SIMÕES, Júlio Assis. Homossexualidade masculina e curso de vida pensando idades e identidades sexuais. In PISTICELLI, Adriana, FILOMENA, Maria e CARRARA, Sérgio (orgs) **Sexualidade e saberes, convenções e fronteiras**, Garamond universitária, 2003.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 6ª edição, 2004.

TRINDADE, José Ronaldo. Construção de identidades homossexuais na era AIDS In: ANA, Paula Uziel; RIOS, Luis Felipe, PARKER, Richard (orgs) **Construções da sexualidade**. Gênero, identidade e comportamento em tempos de aids. Rio de Janeiro: Pallas/IMS e ABIA, 2004. p.169 - 197

UM ano em números: Disque Defesa Homossexual DDH – **Relatório de um ano**, disponível no site www.cesec.edu.br. Acessado em 28 de março de 2005.

WILHEM, Richard. **I ching**, o livro das mutações.Pensamento, São Paulo, 1956.

YOUNG, Jock. Essencializar o outro: demonização e criação da monstruosidade. In: YOUNG, Jock. **A sociedade excludente**: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente.Rio de Janeiro: Revan, 2002, p 145 -178.